

Mário Neme



HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DE

Piracicaba

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

MARIO NEME

HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DE PIRACICABA

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba
Piracicaba – SP
2009

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

Rua do Rosário, 781 - piso 2

13400-183 - Piracicaba-SP

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

Rua do Rosário, 781 – 13.400 – 180

Telefone – (19) 3434-8811

E-mail – ihpg@ihgp.org.br

DIRETORIA (2008 – 2010)

Presidente – Pedro Caldari

Vice-presidente – Marly Therezinha Germano Perecin

1o. Secretário – Waldemar Romano

2o. Secretário – Toshio Iczuca

1o. Tesoureiro – Vitor Pires Vencovsky

2o. Tesoureiro – João Umberto Nassif

Orador – Gustavo Jacques Dias Alvim

Diretora de Acervo – Francisco de Assis Ferraz de Mello

SUPLENTES

Elias Salum

Noedi Monteiro

Renato Leme Ferrari

CONSELHO FISCAL

Antônio Altafin

Antônio Carlos Neder

Geraldo Claret de Mello Ayres

SUPLENTES

Flávio Rizollo

Timótheo Jardim

MARIO NEME

HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DE PIRACICABA

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba
Piracicaba – SP
2009



EQUILIBRIO
e d i t o r a



PIRACICABA
Prefeitura do Município
Ação Cultural
Secretaria Municipal

Copyright © Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

N433h

Neme, Mário

História da Fundação de Piracicaba / Mário Neme – Piracicaba, SP:
Equilíbrio : Instituto Histórico e Geográfico – IHGE, 2009.

224 p.

Publicado com apoio da Secretaria de Ação Cultural de Piracicaba.

Reimpressão do original publicado em 1974

ISBN: 978-85-61237-20-2

1. Piracicaba – História. 2. Piracicaba – Fundação. I. Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. II. Secretaria de Ação Cultural de Piracicaba. III. Título.

CDU: 981.612PI



Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba
Piracicaba – SP
2009

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Equilíbrio Editora Sociedade LTDA

DIREÇÃO
*Carlos Terra
Gustavo Alvim*

CAPA
Genival Cardoso

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Fabrizio Komatsu

FICHA CATALOGRÁFICA
Rosângela Aparecida Lobo (CRB8 – 7500)

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Printfit Soluções

REIMPRESSÃO

O Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, em consonância com os seus objetivos estatutários, tomou a decisão de, sem prejuízo da edição de trabalhos inéditos, reimprimir alguns livros, publicados anteriormente por esta mesma entidade, e que se encontram esgotados. São obras valiosas de autores consagrados e renomados, que pesquisaram a história de Piracicaba com acuidade e competência, e cujos textos resultantes dessa dedicação tornaram-se fundamentais não só para os que querem simplesmente conhecer a história de Piracicaba, mas, também e sobretudo, para historiadores, professores, pesquisadores que encontram fontes para seus estudos e trabalhos acadêmicos.

São sete os livros ora publicados, com o apoio da Prefeitura Municipal de Piracicaba por meio da Secretaria de Ação Cultural, a saber:

História de Piracicaba em Quadrinhos, 1º e 2º volumes, de Leandro Guerrini (1970);

A Vila e seus Vilões, de Alcides Aldrovandi (1991);

Manual de História Piracicaba, de Guilherme Vitti (1966);

A Síntese Urbana, de Marly Therezinha Germano Perencin (1989);

Piracicaba no Século XIX, de Maria Celestina Teixeira Mendes Torres (2003);

História da Fundação de Piracicaba, de Mario Neme (1974).

Não se trata de uma segunda edição, mas, sim, de uma reimpressão, com uma revisão mínima, para pequenas e necessárias correções, sem qualquer alteração no seu conteúdo.

Há outros autores e respectivas obras, que, certamente, merecerão também essa atenção e reconhecimento. A Comissão de Publicações do IHGP está trabalhando no sentido de selecioná-las, para propor a republicação futuramente.



O escritor Mario Neme em seu gabinete de trabalho

ESTA EDIÇÃO

O Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, dando seqüência ao movimento editorial, auspiciosamente inaugurado em 1970, com a publicação de «História de Piracicaba em Quadrinhos», de Leandro Guerrini, recebido sob palmas pelos leitores, entrega, hoje, à cidade bicentenária, a consagrada «História da Fundação de Piracicaba», de Mário Neme, editada em 1943 por João Mendes Fonseca, contribuição magnífica à cultura piracicabana.

Obra de fôlego, que muito bem diz da pesquisa de seu autor, cuja reedição, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, se fazia necessária, porque é indispensável à compreensão da «Noiva da Colina», na poética expressão de Brasília Machado, precisa ser companheira das novas gerações, como foi familiar das gerações da década de 40. Ainda mais, porque a cidade deve a Mário Neme, pelo muito que lhe fez, com tanto amor, com tanto carinho, culto à sua memória, como um dos expoentes de sua inteligência, como exemplo do quanto pode a dedicação filial.

«História da Fundação de Piracicaba» é um trabalho em profundidade, o primeiro a ser publicado, mercê do espírito generoso de seu editor, pois o que havia sobre o passado municipal não passava de depoimentos ou ligeiros estudos. Pode ser considerada como obra clássica, que deve figurar entre preciosidades em todos os lares piracicabanos.

Procurando zelar pela história da terra plantada por Antônio Correa Barbosa, à margem direita do bandeirante rio que lhe empresta o

nome, o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba sente-se feliz em poder entregar aos estudiosos esta edição, fruto de muitos esforços, de muito desprendimento, na certeza de que será bem compreendido em seus propósitos, merecendo o apoio indispensável aos movimentos culturais vitoriosos.

Piracicaba está em fase de transição. Como sede natural de vasta região histórica, não pode descuidar de seu futuro, prendendo-se ao presente, com ufanismo de seu passado. A civilização, em permanente mudança, indica os rumos a seguir, mostrando que o homem é a medida de todas as coisas. Que Piracicaba se transforme, acompanhando os novos tempos, mas que jamais abdique da Cultura, preocupação diuturna de seu pretérito, que lhe assegurou posição de destaque entre os municípios paulistas e brasileiros.

O Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, ao preparar este lançamento, devidamente autorizado pelos familiares de Mário Neme, que lhe cederam os direitos autorais, deseja expressar-lhes seus agradecimentos e, mui especialmente, à Dra. Lícia Maria Neme, Biologista do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, que se incumbiu de rever a edição de 1943, atualizando-a, de acordo com as anotações feitas pelo extinto esposo, o historiador de Piracicaba. Deseja, ainda, agradecer a Flávio Moraes Toledo Piza pelo estudo da figura do homenageado, a nosso convite, e pela dedicação com que se houve no exame das provas tipográficas, emendando-as.

Finalmente, uma palavra de carinho, de profunda admiração ao pintor Angelino Stella, diretor da Pinacoteca Municipal, também amigo de Mário Neme, pela ilustração da capa, que enriquece a edição da «História da Fundação de Piracicaba». Com aquele talento, com aquela sensibilidade, estilizou a página de rosto da «Memória do estabelecimento da nova Povoação de Piracicaba junto à margem da parte dalém do Rio do mesmo nome e da sua mudança e de edificação para aparte daquém do dito Rio», documento que a «Noiva da Colina» precisa preservar para a posteridade, pois duvidamos que outra comuna possua preciosidade tamanha. Com a preocupação da autenticidade, respeitou o barroco, característica da época, com o talhe da letra a nos mostrar um escriba setecentista consciente de suas responsabilidades de historiador... Ilustração

feliz, que traduz o senso artístico do autor, a paciência beneditina dos inconfundíveis e que, por isso mesmo, nos toca, a ponto de envaidecer-nos ainda mais da cidade bicentenária, berço de artistas e de ricas tradições.

Aos confrades, pelo apoio unânime à iniciativa, pela cooperação oferecida à presidência, a nossa gratidão.

Piracicaba, 1.º de Agosto de 1974.

Acary de Oliveira Mendes

Presidente.

MÁRIO NEME, HOMEM DO POVO

Flávio Moraes de Toledo Piza

À primeira vista não parece muito fácil compreender a figura de Mário Neme, esse autodidata que deixa perplexos os que se defrontam com o servente da «Luiz de Queiroz» de espanador em punho, com o polemista das colunas políticas do «Doutor Salim», com o crítico implacável da «Lanterna de Diógenes», com o contista de «Donana Sofredora», com o folclorista seduzido pelos nossos cururus, com o redator do «Estado», com o historiador de São Paulo e do Pernambuco holandês, com o diretor do Museu do Ipiranga.

Como explicar a marcha ascensional do limpador de quadro-negro de uma universidade, que chega a uma chefia dentro dessa mesma universidade, sem passar pelos bancos como aluno, sem beber a ciência nas suas fontes, sem receber dela o pergaminho que formalizasse a caminhada contínua e segura? Não houve acaso, nem política, nem aquilo que a sagacidade popular batizou de «paraquedismo». Não houve um milagre de conto da carochinha, que desencantasse bedéis e os transformasse em humanistas eruditos, mas a verdade é que aconteceu essa coisa difícil de explicar pelos padrões de julgamento de hoje.

Não faltará quem tudo atribua ao trabalho constante e ao esforço obstinado nessa caminhada incessante para o alto. Embora reconhecendo

que isso não faltou, ainda não encontramos a completa explicação. O mundo está cheio de esforçados talentosos, de lutadores infatigáveis, que nunca chegaram a nada, porque, ao lado do talento e da obstinação, não lhes foi dado receber alguma coisa mais, que a vida não recusou a Mário Neme.

É que ele nasceu em Piracicaba em 1912 e daqui saiu nas alturas dos dezoito anos. Esses dados, assim soltos, quase nada conseguem dizer. Todavia, se os estudarmos com maior atenção, procurando analisar e interpretar certos traços representativos daquela época, não será difícil colocar a descoberto as pedras, solidamente fincadas no chão, que serviram de alicerce para os degraus dessa escalada impressionante.

Piracicaba de 1912 a 1930 era uma cidade com alma diferente da alma de todas as cidades. Havia em seu seio uma constante ebulição intelectual e artística. E não era apenas a Piracicaba de Lagreca, de Léo Vaz, de João Silveira Mello, de Jacob Diehl Netto, de Pedro Krahenbuhl, de Pedro Crem, de Tales de Andrade, de Leandro Guerrini, de Fabiano Lozano, de Lourenço Filho, de uma porção de gente desse mesmo naipe. Era a Piracicaba para a qual Lydia de Rezende se empenhava em trazer artistas e intelectuais; era a Piracicaba das conferências freqüentes na biblioteca da Universidade Popular; era a Piracicaba dos saraus do Santo Estêvão, construído pela iniciativa particular; era a Piracicaba que Sud Mennucci, de parceria com Samuel Neves, teimava em transformar no município mais alfabetizado da União; era a Piracicaba em que, morta uma sociedade cultural, ficou seu prédio por quase meio século sem dono, abrigando estudantes, até que por usucapião se transformou no Centro Acadêmico de hoje; era a Piracicaba em que uma senhora de outras plagas se espantava de, ao passar pelas ruas, ouvir o som de tantos pianos partindo de casas tão modestas e em que outra dama de fora se admirava de uma estante de livros constituir uma das peças mais preciosas dos lares mais humildes, neles funcionando como uma espécie de centro de gravitação espiritual; era a Piracicaba em que advogados, agrônomos e professores se reuniam para apresentar no Politeama, durante as sessões mudas, verdadeiros concertos da música mais refinada; era a Piracicaba das serenatas, com magníficas orquestras tocando de esquina em esquina, pelo mero devotamento à música; era a Piracicaba em que, lembrando a Grécia de Sócrates, havia homens como Antônio Pinto e Osório de Sousa, que por

ela andavam, disseminando cultura, tão embebidos no mero prazer de ensinar, que nem pensaram em escrever o que ensinavam: poetas e filósofos, como os atenienses, que nada mais ambicionavam além do culto da beleza no meio de um punhado de discípulos; era, em resumo, a Piracicaba em que a Arte e a Beleza pairavam no ambiente, não sendo possível evitar o seu contato e a sua influência sobre as sensibilidades.

Talvez bastasse esse ambiente contagioso de cultura para explicar alguns dos traços mais expressivos da personalidade de Mário Neme. Houve, porém, algo mais.

Nos fins do século passado, quando Piracicaba ainda era uma cidade pequena, muito mais sujeita às fortes correntes espirituais, aqui se instalou uma casa de ensino de forte influência no desdobramento de sua vida cultural. Na escola de Miss Watts e de Miss Stradley vigorava um tipo especial de educação, uma maneira diferente de estudar. Não era uma diferença de currículo ou de método: era uma diferença de concepção, de filosofia fundamental e decisiva. Ninguém ali entrava «para» ser alguma coisa, pois não havia diplomas reconhecidos pelos governos. Entrava-se ali para aprender. E só para aprender. Já naquele tempo, por toda a parte, se estudava «para» ser engenheiro, «para» ser advogado, enfim, «para» uma finalidade restrita. O estudo, neste caso, era um meio e não um fim. O ensino ali ministrado, ou melhor, a educação ali oferecida era uma coisa que dizia respeito à formação de pessoas e não a teses sociais ou formas de ganhar dinheiro. Ali não se falava em liberdade ou escravidão, em opulência ou pobreza: ensinava-se tão somente a pensar. Como já se dera na velha Grécia, esse ensino individualizado e reflexivo trazia a clareza do raciocínio e a limpidez de expressão, gerando o amor pela pureza do pensamento. Essa educação não produz massas amorfas e obedientes, nem tropa que siga em silêncio o cincerro da madrinha. Forma criaturas capazes de pensar pela própria cabeça. Esse plasmar de espíritos é a parte da História que nem sempre os historiadores conseguem registrar; mas é uma fonte da História, pois que modela o futuro.

Não importa que Mário Neme não tenha freqüentado essa escola: o ambiente estava impregnado dela e da sua concepção do homem e da cultura. E por isso mesmo se explica que Piracicaba tenha apresentado aquela fase de ouro. Na cidade daquelas duas décadas, o estudo, a cultura, a pesquisa intelectual constituíam a finalidade da vida e não simples

recurso para ganhar o pão. O moço estudava para tentar compreender o papel do homem dentro do cosmos e dar o máximo de utilidade e de grandeza à sua vida.

Como é fácil verificar, esse ambiente era ideal para o pobre que não podia freqüentar escolas superiores e se via condenado, pela posição econômica, a um autodidatismo irremediável. Mário Neme, dentro desse ambiente, tentou a «Luiz de Queiroz». E hoje, diante do seu legado intelectual, bendizemos as dificuldades financeiras que o impediram de envergar uma beca e de reger uma cátedra. É evidente que o diploma de agrônomo – nas mãos de um rapaz pobre que levava a sério os seus compromissos e não se envergonhava do trabalho duro – nos teria roubado Mário Neme, jamais existindo este livro que hoje o nosso Instituto reedita, como um presente régio à terra de seu berço.

O ambiente era ideal para o autodidata, que desse ambiente recebera o dom mais precioso para a formação de um intelectual: a capacidade de pensar, de viver na companhia de seu próprio cérebro, de saber procurar satisfação para a curiosidade intelectual insaciável de quem raciocina, de quem analisa, de quem procura compreender. O autodidata que pensa é humilde por natureza, pois tem mais viva do que o universitário a sensação da pequenez humana. E, lutando pelo seu esforço, sem guias intelectuais, acaba formando o seu próprio pensamento, já que não recebe nos bancos escolares o pensamento de outrem. É claro que a luta é mais árdua, mas, em compensação, é muito mais confortante a sensação de quem se aproxima do alto.

Assim, não é difícil avaliar o estado de espírito de Mário Neme, servente da escola superior que não pôde cursar, quando o professor da sala que varria o levou a fazer os desenhos que até hoje ornamentam o recinto e que se foram tornando lembranças cada vez mais honrosas, à medida que o bedel se projetava na vida intelectual do país.

Mário Neme foi um moço que aprendeu a pensar e depois, pela sua condição econômica, teve de viver no meio do povo de uma cidade onde a cultura se tornara endêmica, com ressonâncias que, embora atenuadas, atingiam até as faixas mais pobres dos pescadores da Rua do Porto e dos enxadeiros do Engenho. Com a sensibilidade inata que o fez desenhista sem mestre, aquele jovem pobre tinha de ser arrastado e envolvido pela

cultura espontânea do povo: ele também era povo que não pudera ambicionar o grau de uma escola superior. Como jovem pobre que pensava e sentia, aprendeu com o povo, quando com ele mergulhava nas longas puxadas de cururu. Sentiu a alma das ruas e os anseios dos irrealizados, a quem a vida não estendeu a mão. Em vez de – como os «scholars» – ter no povo um material de estudo, Mário Neme – como autodidata – teve no povo o grande mestre e o grande burilador de sua sensibilidade. Suas aventuras na arena política já eram a prova da sua integração com o povo, isto é, com o seu parceiro de sonhos e de frustrações. Tanto era despreocupado esse amor, que vitorioso o incêndio de 1930 – que tivera uma das primeiras labaredas na vitória do nosso Partido Independente sobre o velho e intocável PRP – não cogitou de uma carreira política e se lançou, anônimo, no turbilhão de um grande centro.

Como parte integrante do povo, o moço daqui saiu sentindo com agudeza o espírito popular e a cultura espontânea das massas: nessa hora já estava desenhada, em traços definitivos, a silhueta do folclorista que nunca mais deixaria de ser.

E lá fora, no tumulto da metrópole, foi parar na redação de um jornal independente e altivo, de forte tradição democrática e onde se juntara uma famosa «turma de Piracicaba». Note-se, de passagem, que a existência dessa turma numa redação desse tipo já era uma revelação a mais do ambiente piracicabano de pensar pela própria cabeça e de manter os ouvidos junto aos lábios do povo, dos que lutam, dos que anseiam.

No «Estado», por longos anos, escreveu sobre os fatos diversos e as notícias do interior, isto é, continuou escutando os fatos vindos do povo e as notícias da gente distanciada dos grandes centros.

Sempre ligado ao povo, sempre amigo do povo, dotado de um cérebro que sentia prazer em pensar e de uma sensibilidade que não cessaria de espicaçá-lo, Mário Neme estava destinado a seduzir-se, a encantar-se, a se deixar arrastar pela pesquisa da história desse povo: seu passado, sua origem, os fundamentos do que ele chegou a ser. Não resistiu, nem poderia mesmo resistir: deixou-se levar, deixou-se envolver. E, como autodidata que criara o seu próprio pensamento, sem peias nem rédeas, teria de assumir, na sua faina de pesquisa e de interpretação, um papel marcante de desmistificação.

O ambiente o levou a pensar, a pobreza o fez amar o povo e admirar a sua cultura espontânea, isto é, modelou o folclorista. Deste para o historiador não havia mais que um passo e esse único passo era estimulado, era exigido pela insaciável curiosidade intelectual que perturba os autodidatas.

E – confirmando o que dissemos do ambiente – logo que se entregou ao fadário de historiador, suas atenções se haviam de concentrar sobre a cidade de Piracicaba, onde aprendera com o povo, onde sonhara com o povo, onde se angustiara com o povo. Tão forte fora a influência daquele ambiente, que sua fala não apresentava o sotaque libanês de dentro do lar, mas o sotaque piracicabano da Rua do Porto.

Ao acompanharmos a publicação deste livro pelo nosso Instituto Histórico e Geográfico, era impossível não sentirmos que a carreira fulgurante de seu autor repousava sobre esses dois fatores muito pouco visíveis e mesmo despercebidos de muitos. Um deles é o ambiente em que se forjou a sua personalidade, ambiente que se integra na história de Piracicaba; que explica a torrente de intelectuais com que, em certa época, a cidade brindou a nação; que, finalmente, torna de fácil compreensão a personalidade do autor. O outro é o autodidatismo, que sempre foi moda denegrir sumariamente, mas que possui, como todas as coisas deste mundo, a feição de uma medalha: um lado ruim e outro lado bom. Não cabe, no caso de Mário Neme, procurar ou discutir o lado ruim, se é que chegou a ser expressivo. Cabe-nos apenas salientar quanto foi vantajoso e produtivo o lado bom: o aprendizado com o povo, o pensamento liberto, a pesquisa sem opiniões preconcebidas, a curiosidade intelectual sem freios e sem fronteiras, a insatisfação de sentir-se eternamente ignorante, a angústia de perceber que a vida é um relâmpago diante da eternidade exigida pela pesquisa, pelo estudo, pelo conhecimento. O especialista pode realizar-se aprofundando-se em minúcias; o autodidata jamais se realiza, porque persegue as causas profundas e as explicações fundamentais. Sabe que essa busca é torturante e que jamais há de encontrar respostas satisfatórias, mas insiste com obstinação, ao mesmo tempo que não o tolhem as fronteiras que o diplomado é forçado a respeitar por um princípio de ética. Para o autodidata não existem várias ciências: existe um só mistério muito grande, existe uma só insatisfação intelectual, existe uma só angústia de quase nada saber.

Esses dois fatores fundamentais, coadjuvando a sua inteligência e a sua sensibilidade inatas, explicam fartamente a ascensão do servente, de espanador em punho, que se transformou em diretor de uma casa da mais alta cultura e legou à sua pátria e à sua cidade natal um patrimônio intelectual com que ambas se honram, de que ambas se orgulham.

E, por assim também se honrar e orgulhar, o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba procura emprestar à reedição deste livro, não apenas o caráter de uma contribuição opulenta à cultura nacional, mas também o sentido bem claro de uma homenagem, comovida e grata, a esse piracicabano que tanto engrandeceu e tanto amou a sua terra.

Esta edição apresenta pequenas alterações feitas pelo autor. Quanto às notas de rodapé, foram renumeradas a partir da de número 74.

Graças aos recursos técnicos da EDITORA FRANCISCANA, do Lar Franciscano de Menores de Piracicaba, mais um motivo de orgulho para os piracicabanos, foram aproveitadas as ilustrações da primeira edição, embora deixassem de oferecer condições ideais para reprodução. Assim, mesmo na impossibilidade de se conseguirem os originais de 1943, exceto o da representação solicitando elevação a vila, tornou-se possível a fidelidade, o lançamento da obra como apareceu, há três décadas

Uma vista panorâmica, atual, da casa da sede da «Fazenda Milhã», cedida pelo dr. Fernando Ferraz de Arruda, se acrescenta a esta edição. Comprova a preocupação de seus familiares de conservar a relíquia histórica, o que, infelizmente, não é muito comum entre nós...

PREFÁCIO

Este livro é uma tentativa de reconstituição da história de um município paulista, desde o aparecimento de seu primeiro povoador até a criação da vila. Refere-se a um período que vai de 1725 a 1822, e procura ser trabalho sistemático, obedecendo, quanto foi possível, à mais completa seqüência cronológica. Poderia ser classificado como «história sistemática» na falta de expressão melhor, que melhor exprima o que ele tem de contrário ao característico da maioria dos trabalhos desse ramo publicados no Brasil. Trabalhos que são episódicos — «capítulos de história parcelada», no dizer de Paulo Prado.

Os modernos estudos de sociologia que têm necessariamente de basear-se em grande parte na história das comunidades, só com imensa dificuldade estão sendo feitos entre nós, devido mais que tudo à carência de trabalhos sistemáticos de reconstituição histórica quanto possível completos e exatos, mesmo que destituídos de pompa e pobres de interpretações sociais. Há uma necessidade cada vez mais sensível, no Brasil, de se realizarem esses trabalhos de história que não se limitem apenas à reconstituição de acontecimentos importantes — ou epopéicos — ocorridos de quando em quando no decorrer do tempo; mas que se esforcem no sentido de apresentar a história de uma comunidade desde os seus primeiros indícios de povoamento e formação até uma época qualquer, ponto do qual, futuramente, poderão partir os estudos complementares. Para que esses trabalhos se conservem o mais possível a salvo de influên-

cias parciais, particularmente comuns em estudos históricos, devem por toda forma manter um distanciamento de cem anos no mínimo. No caso do Estado de São Paulo, onde a criação de municípios principiou verdadeiramente em fins do século XVIII e se tornou intensa em meados do século seguinte, pode ser em geral recomendado que tais estudos não ultrapassem a data da ereção das vilas. Só os núcleos quinhentistas e seiscentistas – os mais antigos, de um modo geral – permitirão uma reconstituição posterior à data da criação do município.

Esses trabalhos não devem, igualmente, ultrapassar os limites da chamada «pequena história», que se restringe, no mais, à fixação de datas, nomes e fatos. Essa não é, na verdade, a história que os sociólogos mais estimam e prezam. Para os iniciados e especialistas em ciências sociais, só interessam os estudos de interpretação da história, o que não deixa de ser perfeitamente racional. Acontece, porém, que reconstituição e interpretação são dois processos que muito dificilmente podem verificar-se ao mesmo tempo. O primeiro deve necessariamente preceder o segundo, sem o que a reconstituição será de qualquer modo sacrificada, pela necessidade de acomodar-se à tese interpretativa. É evidente que a honestidade científica do estudioso não terá influência nenhuma no sentido de evitar esse inconveniente.

Cada uma das nossas comunidades compreende duas épocas históricas distintas: uma, do princípio de povoamento e formação – que é quase sempre muito escassamente documentada; outra, da constituição de município de vida administrativa autônoma, e de documentação própria. Neste segundo caso, já o acervo do arquivo local, as atas da câmara, os papéis avulsos, a correspondência oficial, os registros, as posturas, etc., podem ser material suficiente, e até abundante, para uma análise mais profunda, mais pretensiosa e mais rica em deduções de ordem sociológica. O que não se dá com o período anterior, carecente, mais que tudo, da documentação sistemática, sem a qual não será possível o estudo interpretativo. Só depois de feita essa reconstituição é que se poderá deduzir dela a significação social, política e econômica que por ventura tenha – ou pelo menos pareça ter. Trabalho este mais de sociólogo do que de historiador.

Se valioso é sem dúvida o trabalho da interpretação, indispensável, e também valioso, nos parece o da reconstituição. Da reconstituição prin-

principalmente do período por assim dizer «pré-histórico» da comunidade, em que se encontram elementos capazes de explicar, por exemplo, as razões de seu povoamento, de seu progresso lento ou rápido, ou de sua decadência. Razões que podem prender-se a causas de importância imensa na vida futura do núcleo primitivo.

A «História da Fundação de Piracicaba» é ainda apenas uma tentativa muito cheia de falhas de reconstituição sistemática. Talvez possa servir desde já de material para um trabalho mais valioso. Entretanto, parece-nos que a interpretação sociológica da história de um município só será realmente interessante quando feita como parte de estudos regionais. No caso de Piracicaba, a compreensão mais profunda de sua formação social e econômica terá que sair forçosamente do conhecimento dos fenômenos sociais e econômicos que dirigiram a vida da região em que se localiza o município, do ponto de vista geográfico. Sua existência se liga intimamente à vida da zona capitaneada por Itu, nos primeiros tempos; e depois disso à vida da zona de povoamento principiando, dos campos de Araraquara, do centro-oeste paulista, para o qual Piracicaba serviu por muito tempo de boca-de-sertão.

Por outro lado, do ponto de vista histórico, é muito evidente a interdependência social e econômica, e psicológica também, que houve entre Piracicaba e alguns núcleos de povoamento largamente distanciados, como a colônia militar de Iguatemi, no profundo de Mato Grosso, e a zona de mineração de Cuiabá, das quais se separava por extenso território despovoado e grandemente desconhecido, e às quais muito dificilmente se ligava por caminhos de água e de terra. Economicamente, Piracicaba dependeu tanto de Iguatemi que, em 1777, com o arrazamento dessa colônia militar, o pequeno núcleo de lavradores muitíssimo padeceu, a ponto de quase desaparecer também.

De início, é de Itu principalmente que vêm os seus povoadores. A Itu a povoação se liga estreitamente pela necessária subordinação administrativa, judicial e religiosa. Depois disso, principia o capitão-povoador de Piracicaba a orientar e comandar o povoamento de todo imenso território que se estende pelos dois lados do Tietê abaixo. Credenciado pelo governador da Capitania, percorre ele o sertão, desce o grande rio, abre estradas por terra. Manda e desmanda. Suas funções crescem tanto em importância que se torna atrabiliário, prepotente. Mais que isso, insubor-

dinado. Não acatá as ordens dos superiores e chega até a não atender ao capitão-general.

Um caso curioso de desobediência dele foi o que se deu com a fundação oficial de Piracicaba. Além de curioso, esse caso é de importância grande para o estudo do povoamento e da formação do atual município. Ordenara o capitão-general que a população se fundasse na foz do rio Piracicaba no Tietê. A isso se prendiam interesses imediatos da Capitania – ou de seu governo, empenhado em ações bélicas contra os espanhóis do Paraguai. Não havia então, além de Porto Feliz (Araraitaguaba), outro porto de reabastecimento para os comboios que demandavam pela estrada das águas, os postos militares dá fronteira. O capitão-povoador, entretanto, desprezando ordem expressa do governador, foi estabelecer o novo núcleo nas cercanias do salto do Piracicaba, distante cerca de setenta quilômetros rio acima do ponto indicado na portaria do capitão-general.

Nessa fundação, feita mais ou menos à revelia, ocorrem certas circunstâncias que devem ter interesse inegável num estudo do povoamento do Estado de São Paulo. Na ocasião em que se dá – 1769 – já desaparecera de todo a exploração do ouro que foi a riqueza móvel condicionante de uma forma de pioneirismo – o dos bandeirantes. Pioneirismo quase sempre pouco-povoador e mesmo não povoador. Imperava então na Capitania o regime militarista – que foi, para uma gente um tanto inquieta e pouco sedentária, uma espécie de derivativo – uma fase de transição ao escassear o ouro nas minas, e ao desaparecer o interesse grande na preação dos índios. Fracamente se iniciava nesse fim de século, como fonte de riqueza, a exploração agrícola, que se conservou atividade secundária até princípios do século XIX.

Nesse período de decadência econômica foi que se fundou Piracicaba – o que devia ser feito no interesse militar do governo de São Paulo. A povoação porém não se ergueu nas margens do Tietê, como era da estratégia do capitão-general. Não se localizou nem mesmo à margem de qualquer estrada. Pois, não obstante já houvesse sido aberta meio século antes uma estrada para Cuiabá passando por ali, tratava-se de caminho muito ruim e mais ou menos desaparecido, trancado por proibição oficial logo depois de construído. A posição do novo núcleo desviava-se até mesmo da estrada móvel do Tietê, que fora e era a grande via de penetração.

Por tudo isso, Piracicaba não foi núcleo de «fundação deliberada»¹, não só porque não se cumpriu a missão oficial conferida a seu fundador, mas principalmente porque a povoação já existia desde o primeiro quartel do século, havia quase cinqüenta anos. O governo da Capitania, através de seu preposto e do ato de certo modo arbitrário dele, apenas legalizou – com a fundação oficial em 1767 – um estado de coisas existente, que perduraria, e progrediria certamente, a despeito de tudo.

Não se trata também de primitivo «pouso» de estrada, de ponto de descanso de caravanas. Não se prende, direta ou indiretamente, ao movimento das bandeiras.

Não se inclui igualmente no quadro dos núcleos formados em torno de capela; só depois de oficialmente fundada foi que a povoação teve a sua casa de Deus. Casa que era apenas um rústico e muito pobre telheiro, levantado com dificuldades imensas mercê da má vontade dos próprios povoadores.

Por outro lado, o povoamento de Piracicaba não precedeu a abertura de estrada – pois só se iniciou depois de construído o caminho de Itu para suas terras, caminho feito pelo seu primeiro sesmeiro. Ocorreu aí uma pura fundação pelo processo das sesmarias – pelo processo agrário. Já os seus primeiros habitantes não tinham outra atividade senão a agrária. Principalmente a agrícola. E especialmente a lavoura de cana de açúcar. Isso tudo dá ao povoamento de Piracicaba umas tantas parecenças com o pioneirismo agrário do século XX e de fins do XIX. Esse pioneirismo, na verdade, iniciou-se aí. Em 1726 – quando o ituano Felipe Cardoso abre o caminho para o salto do Piracicaba, e requer e obtém uma sesmaria que abrangia então grande parte da atual zona urbana do município – as vilas e povoações existentes em São Paulo haviam todas surgido em consequência do bandeirismo. Ou então eram de fundação deliberada, como a colônia militar de Iguatemi. Ou ainda, como no caso de Atibaia e Bragança, na zona periférica de São Paulo, como núcleos agrícolas tributários da já então capital paulista.

*
* *
*

1 Ver «Contribuições para a história do povoamento de São Paulo até fins do século XVII» Rubens Borba de Moraes, in «Geografia», vol. I, pág. 69.

No rumo do oeste – que é o verdadeiro rumo do pioneirismo agrário – é com Piracicaba que principia o povoamento do Estado. Aí começa a exploração agrícola, que vai fixar o homem, levantar cidades, abrir estradas, e que vai dar ao paulista a sua primeira fonte de riqueza estável e mais ou menos organizada.

Na reprodução dos documentos adotamos o critério de não apenas atualizar a ortografia deles, mas também de completar as palavras abreviadas – de largo uso antes do advento da máquina de escrever. Isso torna mais acessível a sua leitura sem qualquer inconveniente, pois a sintaxe permanece inalterada, com a mesma fidelidade que teria a transcrição textual. Uma reprodução por assim dizer fotográfica, tendo em vista principalmente a ortografia variável e arbitrária de escrivães pouco esclarecidos, nenhuma vantagem traria ao leitor, com muito de dificuldade na leitura. Mesmo porque, permanecendo a sintaxe, permanece sem dúvida o espírito da língua vigorante entre nós naqueles tempos, que é o que cumpria manter.

Mário Neme

CRONOLOGIA DOS FATOS PRINCIPAIS DA HISTÓRIA DE PIRACICABA

(1693 – 1823)

- 1693 – novembro – 15 – Doação da primeira sesmaria em Piracicaba, a Pedro de Morais Cavalcanti – sem confirmação.
- 1709 – novembro – 23 – Carta régia criando a Capitania de São Paulo.
- 1725 – Abertura da estrada de Itu a Piracicaba, por Felipe Cardoso. Abertura da estrada de São Paulo a Cuiabá, passando por Piracicaba, por Luiz Pedroso de Barros.
- 1726 – junho – 26 – Doação de sesmaria a Felipe Cardoso no porto do rio Piracicaba.
- 1728 – fevereiro – 6 – Confirmação da sesmaria de Felipe Cardoso.
- 1728 – julho – 25 – Doação de sesmaria a Manuel Lopes Castelo Branco, em Piracicaba.
- 1728 – março – 28 – Carta de Manuel Corrêa de Arzão, enviada de Piracicaba ao capitão-general, sobre expedição contra os índios.
- 1748 – maio – 9 – Alvará régio extinguindo a Capitania de São Paulo.
- 1765 – janeiro – 6 – Restauração da Capitania de São Paulo.
- 1765 – julho – 22 – Posse em Santos do capitão-general D. Luiz António de Souza Botelho Mourão.

- 1766 – abril – 7 – D. Luiz Antônio ratifica em São Paulo a posse no cargo de governador da Capitania.
- 1766 – julho – 24 – Nomeação de Antônio Correia Barbosa para o cargo de Diretor e Povoador de Piracicaba.
- 1767 – julho – 27 – Parte de Porto Feliz a primeira expedição destinada a fundar Iguatemi.
- 1767 – agosto – 1 – Fundação oficial de Piracicaba, por Antônio Correia Barbosa.
- 1770 – julho – 26 – O capitão-general envia a Antônio Correia Barbosa provisão para levantar capela em Piracicaba, sob a invocação de N. S. dos Prazeres.
- 1771 – dezembro – 11 – Promoção de Antônio Correia Barbosa ao posto de capitão.
- 1774 – junho – 21 – Posse do primeiro pároco da Freguesia de Piracicaba, Padre João Manoel da Silva.
- 1774 – julho – 29 – Primeiro batizado na nova Freguesia de Piracicaba.
- 1775 – junho – 14 – Posse do novo capitão-general Martim Lopes Lobo da Saldanha.
- 1776 – dezembro – 21 – Deixa a freguesia o vigário Padre João Manoel da Silva.
- 1777 – outubro – 27 – Tomada da praça forte de Iguatemi pelos paraguaios.
- 1782 – março – 16 – Posse do capitão-general Francisco da Cunha Menezes.
- 1784 – junho – 6 – Representação do povo ao capitão-general pedindo a mudança da povoação da margem direita para a esquerda, do rio.
- 1784 – julho – 7 – Portaria do governo da capitania ordenando a mudança da povoação.
- 1784 – julho – 30 – Mudança da povoação, dirigida pelo capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Góes e Aranha.

- 1784 – julho – 31 – Demarcação do rossio da povoação.
- 1784 – julho – 31 – Desaparecimento da imagem de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira da freguesia.
- 1785 – abril – 7 – Provisão de pároco da freguesia para Frei Tomé de Jesus, mossado a 23 de maio do mesmo ano.
- 1786 – maio – 5 – Posse do capitão-general frei D. José Raimundo Chichorro da Gama Lobo.
- 1786 – outubro – Representação dos Piracicabanos ao governador da capitania contra Antônio Correia Barbosa.
- 1787 – – – Nomeação de Joaquim Meira Siqueira para comandante das armas da freguesia.
- 1788 – junho – 5 – Posse do governador Bernardo José de Lorena.
- 1788 – julho – 15 – Retira-se da freguesia o vigário frei Tomé de Jesus.
- 1791 – – – Falecimento do capitão-povoador Antônio Correia Barbosa.
- 1797 – junho – 28 – Posse do capitão-general Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça.
- 1798 – – – Nomeação do vigário padre José Francisco de Paulo.
- 1802 – – – Nomeação do vigário padre Joaquim Manuel Fiusa.
- 1803 – fevereiro – 1 – Demissão de Carlos Bartolomeu de Arruda e nomeação do capitão Francisco Franco da Rocha para o cargo de comandante da povoação.
- 1804 – – – Nomeação do vigário padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel.
- 1808 – outubro – 14 – Delineamento da povoação de Piracicaba (Duas praças, cinco ruas e cinco travessas).
- 1811 – março – Demissão, a pedido, do comandante capitão Francisco Franco da Rocha.
- 1811 – – – Nomeação de Domingos Soares de Barros para o cargo de capitão-comandante da freguesia.

- 1811 – Novembro – 1 – Posse do capitão-general Luiz Teles da Silva, Marquês de Alegrete.
- 1813 – agosto – 20 – Posse do triunvirato (Bispo D. Mateus Pereira, ouvidor D. Nuno Eugênio de Lossio e intendente da Marinha Miguel José de Oliveira Pinto).
- 1814 – setembro – 8 – Posse do capitão-general D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de Palma.
- 1816 – junho – 17 – Representação dos piracicabanos ao capitão-general pedindo a elevação à vila.
- 1819 – abril – 25 – Posse do capitão-general João Carlos Augusto, Oeynhausen Grevembourg.
- 1821 – junho – 23 – Aclamação e posse do governo provisório.
- 1822 – agosto – 10 – Ereção da freguesia de Piracicaba em vila, sob a denominação de Vila Nova da Constituição.
- 1822 – agosto – 11 – Primeira sessão da câmara da nova vila.
- 1822 – outubro – 12 – Aclamação de D. Pedro I em Piracicaba.
- 1823 – novembro – 20 – Acordo sobre as terras do rossio de Piracicaba.

CAPÍTULO I

*O primeiro povoador – Uma lenda que se desfaz –
Caminho por terra de Itu a Piracicaba – A Capitania
de São Paulo – Seus primeiros governadores – As
minas de ouro de Cuiabá – Construção da primeira
estrada de São Paulo a Cuiabá*

O povoamento de Piracicaba principiou nos primeiros anos do século XVIII, ao declinar o ciclo das bandeiras. Já havia realmente moradores, posseiros e sesmeiros nos sertões que margeavam o grande afluente do rio Tietê quando ocorreram os tristes episódios que enlútam a história do ouro de Cuiabá.

O primeiro povoador de Piracicaba foi o ituano Felipe Cardoso que em 1726 obteve terras de sesmaria que circundavam o porto do rio, exatamente no local em que a atual cidade haveria de nascer e desenvolver-se. Esse povoador assenhoreou-se da data que lhe fora concedida pelo então capitão-general² de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, e

2 O Brasil dividia-se em capitanias, tornadas independentes a partir de 1752 cada uma administrada por um governador e capitão general, ou governador geral nomeado diretamente pelo rei de Portugal. O capitão-general centralizava a administração na capitania, da qual era chefe supremo em todos os setores: administrativo, executivo, fiscal, judiciário e militar. Entre as suas atribuições constava a de dar terras de sesmaria sob determinadas condições.

fez nas terras que a compreendiam os melhoramentos e benfeitorias a que era obrigado por lei, de modo a alcançar, em 6 de fevereiro de 1728, a confirmação do Reino a parte da carta de sesmaria passada a seu favor.

É essa carta de sesmaria o primeiro documento por nós encontrado se referindo aos sertões de Piracicaba. De acordo com ele, foi doado àquele colonizador exatamente o trato de terras a que iria prender-se mais tarde uma tristíssima questão, a bem dizer, um dos capítulos mais deploráveis da história do município. Essa carta de sesmaria fora passada a Felipe Cardoso «porque estava vaga muita parte de terra no porto de Piracicaba e ele suplicante queria situar-se no porto do dito rio», e «se achava com possibilidade de povoar terras». E como o beneficiário fora de fato povoar a data concedida e nela fizera os melhoramentos que lhe cumpria, confirmou o rei de Portugal, em 1728, a doação de «meia légua de terras da que lhe deu o dito governador de São Paulo no sítio acima referido».³

Outra razão, no entanto, motivara a pronta doação das terras por parte do governador da Capitania: Felipe Cardoso fizera «à sua custa o caminho por terra de Itu a Piracicaba e houvera fornecido gratuitamente mantimentos aos que faziam o caminho do Rio Grande», isto é, o caminho de São Paulo a Cuiabá. É o que se afirma na carta de sesmaria, cujo texto integral, bem como o da carta de confirmação, em que aquele se contém, transcrevemos em nota suplementar no fim do volume para que o leitor possa ter uma idéia das condições em que eram feitas tais mercês.⁴

Nesse mesmo ano, um segundo povoador, Manuel Lopes Castelo Branco, conseguia uma sesmaria «de légua e meia de terras em quadra no caminho e sertão de Piracicaba», porque «tinha feito suas roças de uma e outra parte do rio Capivari sem constrangimento de pessoa alguma, havia tres para quatro anos». Diz o título, na sua parte final: «Carta de data de terras de sesmaria por que vossa senhoria há por bem fazer mercê conceder em nome de Sua Majestade que Deus guarde a Manuel Lopes Castelo Branco de légua e meia de terras em quadra no caminho e sertão de Piracicaba junto do rio Capivari de uma parte e outra dele fazendo no mesmo pião defronte do seu sítio, e com as mais confrontações acima de-

3 Sesmarias, TI, 492.

4 V. Nota A, no fim do volume.

claradas. Para vossa senhoria ver. E não se continha mais na dita sesmaria que aqui registei da própria a que me refiro em o dito dia mês e ano acima declarado» (25 de julho de 1728).⁵

Não pode haver dúvida, portanto, que poucos anos depois do descobrimento das minas de Cuiabá já era Piracicaba povoada. Que o era antes disso, desde muito, ou que pelo menos eram conhecidos os seus sertões, prova-o o fato de, em 1693, ter requerido certo Pedro de Moraes Cavalcanti uma sesmaria em Piracicaba, a qual abrangia «uma e outra banda do rio, ficando-lhe o salto no meio», alegando o peticionário que iria povoá-la com toda a sua família.

«Essa – diz Azevedo Marques – foi a primeira sesmaria concedida em Piracicaba, pelo capitão-mor Manuel Peixoto da Motta, a 15 de novembro de 1693, e se acha registrada no livro 11 de sesmarias antigas do Cartório da tesouraria da fazenda de São Paulo»⁶. Não pudemos certificar-nos desse fato, mas de sua veracidade não duvidamos, uma vez que o autor dos «Apontamentos Históricos» cita a fonte de que proveio a informação. Entretanto, a carta de data concedida em 1726 a Felipe Cardoso refere-se, como já vimos, a uma sesmaria que abrangia «uma légua de largo de testada, meia para baixo e meia para cima, ficando o porto em meio». Estando o porto de Piracicaba muito próximo do salto do seu rio, parece que num e noutro caso se trata das mesmas terras. É possível que o beneficiário da primeira sesmaria concedida não tivesse tomado posse dela nem feito os melhoramentos exigidos pela lei, de modo que, em 1726, estivessem novamente devolutas aquelas terras. É a explicação capaz.

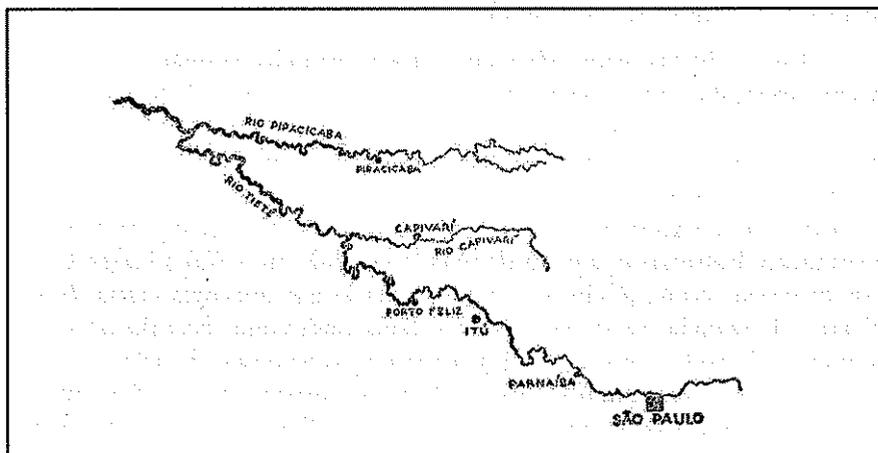
Tivesse ou não Pedro de Moraes Cavalcanti levado sua família para as terras que teria obtido, o que se conclui é que Piracicaba, já em 1693, se não habitada, pelo menos era conhecida como lugar onde podia alguém viver com toda a sua família. Pois, mesmo naqueles remotos e históricos tempos, como se infere dos costumes da época, ninguém, para viver pacificamente do seu labor – desde que não fosse fugitivo ou perseguido dos «homens principais» das vilas e povoados – se atirava às agruras de

5 Sesmarias, II, 459.

6 Azevedo Marques, Apontamentos Históricos. Azevedo Marques, Apontamentos Históricos.

uma vida completamente isolada, entre os traiçoeiros perigos de um sertão inóspito e desconhecido.

Menos concebível é ainda que tencionasse alguém, mesmo em tais tempos, e mesmo fugitivo, carregar com toda a família para um lugar inteiramente desabitado. E, no caso de se tratar de fugitivo da justiça, é óbvio que não teria feito uma petição. Conclui-se, assim, que já em 1693 era Piracicaba habitada, ou quando não, pelo menos conhecida como lugar habitável.



Diante de tudo isso, está claro que é inteiramente destituída de fundamento, ou possibilidade, a lenda que Azevedo Marques registrou nos seus «Apontamentos Históricos», por ouvir dizer de «pessoa autorizada». Diz o ilustre historiador:

«O princípio da povoação foi servir de degredo; os capitães-mores de Itu e Porto Feliz, quando algum dos seus súditos lhes caía em desgraça, faziam-no embarcar em Porto Feliz, descer o rio Tietê até a foz do Piracicaba, subir por este e largá-lo em Piracicaba então denominado sertão. O último capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes Aranha, notável pela sua administração despótica, ainda mandou muita gente para ali. Mas um desses desgraçados não se conformando com o seu destino e calculando que apesar de longa a viagem por água não devia estar muito longe de Itu, empreendeu romper o degredo, meteu-se nas brenhas nessa

direção e ao avistar do alto do Samambaia a sua terra querida, deu um brado de satisfação. Pelos traços deste desgraçado foi aberta a estrada de Itu para essa localidade e de então em diante foram aí sendo dadas sesmarias de lado a lado».⁷

Inverossímil essa versão, uma vez que só em 1779 foi Vicente da Costa Taques Goes e Aranha provido no cargo de capitão-mor⁸ de Itu. Outro tanto, não tem a menor parcela de verossimilhança a hipótese de que aqueles capitães-mores, para se vingarem de seus inimigos e desafetos, os remetessem tanto de Itu como de Porto Feliz para as paragens piracicabanas como se os mandassem para um «degredo».

Ora, tão perto ficam aquelas localidades de Piracicaba, mesmo pelo caminho dos rios, se já não existisse o do sertão, feito por Felipe Cardoso havia mais de meio século, que chega a nos parecer de extrema infantilidade houvesse alguém imaginado tal história. Mormente se atendendo para o arrojo dos homens daquela época, em que as «bandeiras» atingiam as margens do Pacífico e do Amazonas e escalavam a cordilheira do Peru. Sem dizer ainda que a metade do percurso, pelos rios, tanto para os «degredados» como para os seus transportadores, seria feita rio abaixo, com a maior facilidade para aqueles que quisessem retornar à sua morada, o que fariam, aliás, em alguns dias, sem grande esforço.

Nem é preciso dizer, para lançar por terra a lenda do primitivo degredo, que já em 1721 era o Tietê conhecido em todo o seu percurso e bem assim o Piracicaba. E que em fins de 1725 concluía Luiz Pedroso de Barros a feitura do caminho por terra para as minas de Cuiabá, o chamado «caminho do sertão», o qual atravessava o rio Piracicaba logo abaixo das corredeiras do salto, «em um baixio arenoso que dava perfeitamente vau durante o tempo invernos».

*

* *

Outro argumento valioso fornecerá a história em abono de nossa afirmação inicial, de que Piracicaba já era povoada muitos anos antes de

7 Idem, *ibidem*.

8 Cada vila possuía um CAPITÃO-MOR, eleito trienalmente pela Câmara. Cabi-lhe as funções de administração e polícia, com autoridade quase absoluta. Era mandatário direto do governador da capitania e só a este obrigado a prestar contas de seus atos. Geralmente se reelegia indefinidamente.

se remeter para as margens de sua formosa cascata o primeiro diretor povoador, tornando ainda mais evidente o equívoco de Azevedo Marques no que respeita àquele lendário degredado por ordem de Vicente da Costa Taques Góes e Aranha. Como se verá, quase dez anos antes de ter sido este provido no cargo de capitão-mor de Itu, já se cuidava de aviventar um «picadão antigo» que ligava aquela vila a Piracicaba.

Esse «picadão antigo» é aquele mesmo de que nos fala a carta de sesmária concedida a Felipe Cardoso, na qual se afirma que ele «tinha feito à sua custa o caminho de Piracicaba até a vila de Itu», o que ocorreu na mesma ocasião em que Luiz Pedroso de Barros abria a primitiva estrada para Cuiabá, que, aliás, foi logo em seguida oficialmente abandonada.

*

* *

A Capitania de São Paulo foi criada por carta régia de 23 de novembro de 1709, constituindo-se do vasto território que hoje forma os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, até então pertencentes à Capitania do Rio de Janeiro.

O primeiro governador e capitão-general de São Paulo, António de Albuquerque Coelho de Carvalho, fixou sua residência e, assim, a sede do governo, em Ouro Preto, por ser essa região de Minas Gerais a mais importante dentre todas as da Capitania, devido ao descobrimento de ricas jazidas de ouro. Por esse motivo, a vila de São Paulo, elevada à categoria de cidade a 11 de julho de 1711, nos primeiros tempos não gozou as regalias de capital.

Substituiu a Albuquerque Coelho no governo de São Paulo, em 1713, D. Braz Baltazar da Silveira que, por sua vez, foi substituído, em 1717, por D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar.

Todos esses governadores tiveram residência em Ouro Preto, não obstante fosse São Paulo legalmente a cabeça da Capitania.

Crescendo em importância o comércio e a mineração na Região de Minas Gerais, resolveu a Metrópole em 1721 torná-la Capitania independente, dando-lhe governo próprio e desmembrando-a da de São Paulo.

Perdendo Minas Gerais, continuou a Capitania de São Paulo com todo o restante do antigo e extenso território. A cidade de São Paulo passou a ser, então, sede do governo, nela se instalando o capitão-general Rodrigo César de Menezes, que exerceu suas funções de 5 de setembro de 1721 até 14 de agosto de 1727.

A rigor, pode-se dizer que começa com Rodrigo César a história administrativa da então Capitania e hoje Estado de São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul. Com a sua chegada e instalação na cidade de São Paulo, como as demais vilas e povoações paulistas tomou Piratininga considerável impulso, devido em grande parte aos descobrimentos de minas de ouro no território de Mato Grosso, principalmente em Cuiabá. Realmente, o ouro cuiabano imprimiu súbito e auspicioso progresso, se bem que momentâneo, à Capitania de São Paulo.

*
* *
*

As minas de ouro de Cuiabá foram descobertas em abril de 1718 pelos desbravadores paulistas Pascoal Moreira Cabral, António Pires de Campos, Domingos Rodrigues do Prado, Aleixo Garcia, Fernando Dias Falcão, os irmãos Lourenço Leme e João Leme da Silva, João Antunes Maciel e António Antunes Maciel.

Para usar da linguagem pitoresca de um cronista cuiabano de meados do século dezoito, o ouro de Cuiabá, encontrado quase à flor da terra, achando «uns a cem oitavas, outros a meia libra, a cinqüenta oitavas e os mais a este respeito (na mesma proporção), conforme a diligência que fizeram em cavar com as mãos, que outros instrumentos de mineirar não tinham» – esse ouro assim **brotando da terra**, ah ! «foi uma trombeta que chegou ao fim do orbe e soando a fama de Cuiabá por todo o brasílico hemisfério, até Portugal, e ainda pelos reinos estranhos, tanto que chegaram a dizer que no Cuiabá serviam os granetes de ouro de chumbo nas espingardas para caçar veados, que de ouro eram as pedras em que nos fogões se punham a cozer as panelas e que para o tirar não era preciso mais do que arrancar as touças de capim e nelas vinham pegados os troços de ouro, e outras mais exagerações que chegavam a fabulosas; se bem que isso de arrancar-se capim e verem-se pegados nas raízes granetes de ouro

foi visto por muitas vezes».⁹

E prossegue o cuiabano:

«Divulgada a notícia pelos povoados, foi tal o movimento que causou nos ânimos, que das Minas Gerais, Rio de Janeiro e de toda a Capitania de São Paulo se abalaram muitos, deixando casas, fazendas, mulheres e filhos, botando-se para estes descobertos como se fora a Terra da Promissão ou o Paraíso incoberto, em que Deus pôs nossos primeiros pais.

Entrado o ano de 1720, fizeram viagem para estas minas algumas gentes divididas em diversos comboios, subindo o rio Anhanduí, atravessando a Vacaria, descendo pelo Mateteú, e deste pelo Paraguai acima. Padeceram grandes destroços, perdições de canoas nas cachoeiras por falta de pilotos e práticos, que ainda então não havia, mortandades de gentes por falta de mantimentos, doenças, comidas das onças, e outras muitas misérias. Não sabiam ainda pescar, nem caçar, nem o uso de tol-dar as canoas, que tudo lhes apodrecia com as chuvas, nem também dos mosquiteiros para a defesa dos mosquitos, que muitos anos depois foram a experiência e a necessidade ensinando todas estas cousas pelo que padeceram de misérias sobre misérias os que escaparam da morte. Houve comboio de canoas em que morreram todos sem ficar um vivo, pois eram achadas as canoas e fazendas podres pelos que vinham atrás, e os corpos mortos pelos redutos e barrancos.

Correndo o ano de 1722 chegou monção de povoado com maior destroço do que a passada, morrendo inumeráveis pessoas a fome e peste e comidas das onças, cujos corpos eram achados pelos que vinham posteriormente, assim como as fazendas podres, as canoas largadas pelas margens dos rios, e outros mortos dentro dos ranchos das mesmas redes em que se haviam deitado».

*

* * *

Por aí segue a narrativa de José Barbosa de Sá, relatando novas desgraças, pois as monções desde logo passaram a ser assaltadas pelo gentio. Com incrível fúria, os Paiaguá, Caiapó e Guaicuru destroçavam inteira-

9 R. I. H. S. P., IV, 4.

mente as expedições, matando quantos delas faziam parte.

A fim de evitar os perigos dessa difícilíssima viagem pelos rios e principalmente os ataques dos índios e as ameaças das febres palustres, o capitão-general Rodrigo César de Menezes mandava lançar, em 23 de novembro de 1721, um bando convocando as pessoas «com préstimo e inteligência, para emprenderem e conseguirem» abrir «o caminho pelo sertão para as novas minas de Cuiabá, para ficar mais fácil a todos o irem e virem com cavalos e cargas, com mais comodidade de que até agora experimentam pelos rios».¹⁰

Em 19 de janeiro de 1722, dois meses após, o capitão-general concedia ao sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar, Manuel Godinho de Lara, Sebastião Fernandes do Rego e mais sócios, provisão para abrirem o caminho por terra para as novas minas de Cuiabá.¹¹

Todavia, não levaram a cabo a incumbência. Encarregou-se então Luiz Pedroso de Barros de construir essa estrada, e «pelos anos de 1723 a 1725 abriu caminho de São Paulo até o rio Paraná, à sua custa, pelo que lhe foi conferida a mercê do hábito de Cristo com tença de 50\$ e o perdão do crime em que estava envolvido pela assuada e agressões que sofreu o ouvidor do Rio das Mortes em 1720».¹²

10 Docs. Ints., XII, 14.

11 Rev. Arq., XII, 97 e Docs. Ints., XXXII, 15.

12 «Apontamentos Históricos». Azevedo Marques está enganado quanto a esta data. O ouvidor sindicante, desembargador António da Cunha Sotto-Mayor viera a São Paulo a fim de sindicar sobre descaminhos de ouro. Aqui teve ele uma aventura amorosa com a jovem Maria Rosa de Siqueira, comprometendo-a. O povo, com alguns chefes à frente, revoltou-se e assaltou a casa do desembargador, que fugiu para o Rio de Janeiro, onde se casou com a ofendida.

Esse primitivo caminho de Cuiabá atravessava o rio Piracicaba¹³, e o fazia exatamente pelo ponto que ainda hoje é considerado o porto da cidade. Fica logo abaixo das corredeiras do salto e é o ponto do qual se disse: «um baixio arenoso que dava perfeitamente vau durante o tempo invernos». ¹⁴

Nas imediações dessas corredeiras e da estrada que cortava o rio, do porto em suma, começaram então a se estabelecer posseiros e sertanejos, «atraídos pela abundância de pesca e caça e pela fertilidade de seu solo de terra roxa apuradíssima», como afirma Silveira Melo.

Data daí o povoamento de Piracicaba, incrementado alguns anos depois, em consequência do surto agrícola que se produziu na Capitania, até que fosse definitiva e oficialmente estabelecida a povoação.

Entretanto, logo depois de construído, por mal feito e por outros motivos, ao qual se juntava o interesse do fisco, foi o caminho de Cuiabá abandonado e proibido pelo capitão-general¹⁵.

A assuada ocorreu em São Paulo, a 12 de setembro de 1712, e por carta régia de 14 de novembro de 1713 foi expedida uma ordem para abrir-se uma devassa e castigarem-se os culpados. (V. «Revista do Arquivo», vol. VII, pág. 84).

Essa Maria Rosa de Siqueira é aquela heroína paulista de que nos dá notícia Jacinto Ribeiro, a qual se portou bravamente quando a nau em que viajava com destino a Lisboa, em 1713, em companhia de seu marido, Sotto-Mayor, foi atacada por corsários argelianos. (V. «Cronologia Paulista», vol. 2.0, pág. 39).

Silveira Melo também se enganou quando disse (baseado certamente em Toledo Piza, Docs. Ints., XXXV, 295 – nota) que o crime em que estava incurso Luiz Pedroso de Barros era o de ter comandado um corpo de paulistas na guerra dos Emboabas.

Confirmação régia do Hábito de Cristo – 1725. Docs. Ints., XVIII, 176.

13 Ver Nota B, no fim do volume.

14 A frase foi reproduzida, em grifo, na história de Piracicaba escrita em fins do século passado por Joaquim Silveira Melo, in «Almanaque de Piracicaba para 1900», pág. 100.

15 Como o pesadelo da Corte era o contrabando, isto é, o extravio do ouro, cumpria persegui-lo a todo transe. Cominaram-se, por tanto, penas contra os contrabandistas: pena de morte, pelourinho, açoites, confisco de bens, degredo para a Índia e África, etc. Mas isto não bastava. Qual o preventivo a adotar? Muito simples: proibir que se abrissem estradas, além daquelas que levassem diretamente às casas de fundição. Assim, a carta régia de 25 de março de 1725 e a ordem de 29 de abril de 1727 man-

Em consequencia disso, Piracicaba tornou-se excelente ponto de refúgio para os perseguidos, já então numerosos, no desassossego iniciado em São Paulo pelo capitão-general nomeado em substituição a Rodrigo César de Menezes.

dam suspender a abertura de caminhos de Minas para Mato Grosso.

As ordens de 30 de abril de 1727 e de 15 de setembro de 1730 proibem a abertura de uma nova estrada de São Paulo para Minas. O aviso do Conselho Ultramarino de 26 de outubro de 1733 proíbe abrir uma estrada para Goiás. O alvará de 27 do mesmo mês e ano proíbe abrir novas picadas para as minas descobertas ou por descobrir. Todas estas barbaridades foram reforçadas por ordens régias de 12 de outubro de 1758. Que inteligente, que maravilhoso sistema de colonização! («As Razões da Inconfidência», pág. 32).

ing. The first part of the paper is devoted to the study of the asymptotic behavior of the solutions of the system (1) as $\epsilon \rightarrow 0$. The second part is devoted to the study of the asymptotic behavior of the solutions of the system (1) as $\epsilon \rightarrow \infty$.

CAPÍTULO II

O governo nefasto do capitão-general Antônio Caldeira da Silva Pimentel – Ataque dos índios Paiaguá aos navegantes do Tietê – Substituição do governador da Capitania – Combate aos índios que infestavam o território de Mato Grosso – Voluntários de Piracicaba

Antônio Caldeira da Silva Pimentel, que exerceu a governança da Capitania de 15 de agosto de 1727 a 14 de agosto de 1732, foi dos mais nefastos para nós.

Ainda em Santos, chegado de Lisboa, recebera Caldeira Pimentel, dentre outras, uma representação da Câmara de São Paulo, pela qual pediam os vereadores fosse abolido «o Registo que se faz do ouro que vem das Minas de Cuiabá na paragem do Ararituaba ou Piracicaba» por estar esse registo dentro do território de São Paulo. «Assim o vemos praticado – diziam – nas Minas Gerais, onde o Registo está nos limites do distrito delas, e dentro delas são os moradores e mineiros senhores do seu ouro». ¹⁶

Parece que, sem grande importância, esse quase desconhecido registo, que teria sido instituído por César de Menezes em um ponto in-

16 Rev. Arq., XXXIII, 121.

determinado da estrada de Luiz Pedroso, destinava-se apenas a quintar o ouro de escassos transportadores que vinham de Cuiabá pelo ruim caminho de terra. É a suposição plausível, que se reforça ainda mais à leitura da representação dos camaristas de São Paulo, os quais dizem a certa altura «que pois vem chegando tempo de virem tropas de Cuiabá e Goiás». A representação é de maio de 1729, e daí se conclui que é de tropas mesmo que falam (mesmo porque não empregavam esse termo para as monções), pois, como se sabe, passada a época das águas, retomavam as tropas suas idas e vindas pelos sertões.

A essa representação, Caldeira Pimentel respondeu cinco dias após, dizendo desafortadamente que, «ao mesmo tempo que vossas mercês se esquecem das suas obrigações, nem a ficar mais culpável, a confiança de me falarem no que não lhes toca, nem... do fingido zelo os pode desculpar»... E promete enviar a carta dos vereadores a El-rei, «com a declaração das tenções, intenções e fins a que se encaminha: para que os haja de premiar como merecem, nem eu deixarei de o fazer da minha parte para que outro dia se não atrevam a semelhante ousadia».¹⁷

«Cabe-lhe, de parceria com Sebastião Fernandes do Rego – diz Simões Magro – a responsabilidade da substituição do ouro de Cuiabá por chumbo; cabe-lhe a responsabilidade de alterar o peso do ouro quintado, tendo mandado forjar um cunho falso, que o seu sucessor apreendeu. A troco de dinheiro concedeu, sem as formalidades legais, dezenas e dezenas de sesmarias. E este homem ruim, sem princípios e sem família, exigia em uma pragmática proclamada a toque de caixa pelas ruas de São Paulo que os altivos descendentes de Amador Bueno se ajoelhassem à sua passagem, para dele receberem a bênção» !

Foi durante o governo de Caldeira Pimentel que os paiaguá, na embocadura do rio Jaguari, atacaram uma flotilha de canoas chefiada pelo ouvidor Ant3nio Alves Lanhes Peixoto, que com 100 homens conduzia cerca de 80 arrobas de ouro, dos quintos. A expedição foi completamente destr3cada, morrendo muitos dos tripulantes, inclusive o ouvidor, salvando-se apenas 17 homens à custa de esforos inauditos.

17 Rev. Arq., XXXIII, 123.

Finalmente, depois desses cinco anos de tão infeliz governo, atendendo aos paulistas que, «cansados de aturar as impertinências do pro-cônsul plebeu, pediram, expressamente a El-Rei que lhes desse um governador fidalgo», a Corte nomeava em substituição a Caldeira Pimentel o Conde de Sarzedas, António Luiz de Távora.

*
* *
*

Os índios bravios que infestavam todo o território de Mato Grosso, com os seus sucessivos ataques às caravanas e monções dos paulistas que buscavam aquela região aurífera, acabaram por atrair sobre as suas aldeias a fúria dos colonizadores. Desde 1733 até 1737, quase todos os selvícolas que habitavam o oeste de São Paulo e toda a região sudeste de Mato Grosso foram dizimados pelas fortes expedições de guerra remetidas de São Paulo, as quais os acossaram sem tréguas.

Na época capitão-general de São Paulo, foi o Conde de Sarzedas quem organizou tal luta de extermínio contra os índios paiaguá e caiapó, para o que formou numerosas tropas de homens valentes e decididos, conferindo o comando aos paulistas Gabriel Antunes Maciel e António Pires de Campos. A uma dessas tropas expedicionárias se juntaram sertanejos de Piracicaba, comandados por Manuel Corrêa Arzão¹⁸, descendente de antigos desbravadores e que habitava o sertão de Piracicaba. Ao apelo do Conde de Sarzedas, respondeu Corrêa Arzão com uma carta despachada de Piracicaba e datada de 28 de março de 1733. Dizia o sertanista:

«Exmo. Sr. – Meu senhor, em vinte e dois de março recebi uma de V. Excia. de vinte e sete de fevereiro, de cuja fiz a estimação que possível me foi. Agradeço a V. Excia. o quanto posso a mercê que faz e pela

18 «Corrêa Arzão percorrera com seu pai António Rodrigues Arzão, em fins do século 17, os sertões de Cuiabá, quando ainda não tinham sido descobertas as minas do mesmo nome. Era bisneto de Cornélio Arzão, natural de Flandres, que se casara com a paulista Elvira Rodrigues. Foi o pai do sertanejo residente nas proximidades do salto de Piracicaba quem forneceu a Bartolomeu. Bueno de Siqueira (mais tarde vitimado pelos índios Paiaguá no lugar denominado Canandó, no rio Paraguai) e Carlos Pedroso de Siqueira, as indicações relativamente ao sertão por ele percorrido e habilitando-os assim a que fossem os primeiros a trazer ouro das minas de Minas Gerais». (Silveira Melo, «Almanaque de Piracicaba para 1900»)

honra tão generosa com que aumenta a minha pessoa, ação de príncipe com V. Excia. Do que V. Excia. me fez mercê, vejo estimará muito vá eu para a conquista dos bárbaros, que infestam as minas de Cuiabá. Sem dúvida nenhuma, exmo. sr., devemos como vassallos de Sua Majestade que Deus guarde não faltar nessas semelhantes ocasiões, que são tanto do crédito da nação e do serviço do mesmo senhor. Pelo que a mim toca estou pronto para dar gosto a V. Excia. e servir ao Soberano como devo, com o limitado com que me acho, ainda que os anos me permitiam algum descanso. Contudo não posso ter maior de que servir-se V. Excia. de mim, para essa ocasião e o mesmo serei em todas as mais que V. Excia. for servido ocupar-me pois se com menos anos e só pela conveniência própria me arrisquei a criar com os mais aquele sertão, com a presente ocasião que não só promete conveniência como vê tanto crédito e honra e do serviço de Sua Majestade que Deus guarde me não devo eximir assegurando a V. Excia., que para satisfação desta minha obrigação me considero com menos idade do que tenho, e com não menos talento do que tinha quando por essas paragens andei. Do que V. Excia. me faz mercê, me diz se dão os aviamentos necessários pela minha impossibilidade. Agradeço a V. Excia. muito essa mercê, assegurando a V. Excia. se me achasse com mais aumento de fortuna, sem mais despesa veria que essa era a minha obrigação, pedindo a V. Excia. ocupe a minha vontade, que para servir a V. Excia. fico pronto como devo. – Deus guarde a pessoa de V. Excia. muitos anos. Piracicaba, 28 de março de 1733 – De V. Excia. – o mais humilde escravo – Manuel Corrêa Arzão».¹⁹

Com a franqueza bem da época e da raça, fala Corrêa Arzão apenas na sua pessoa, ou melhor, responde ao governador de São Paulo naquele estilo em que predomina a primeira pessoa do singular. Mas, vê-se logo que não contava, para a empresa, com a sua pessoa apenas. Dispunha de companheiros, senão subordinados. Outra coisa não significa aquele expressivo: – «com o limitado com que me acho»; é o que se vê da expressão «me arrisquei a criar com os mais a criar aquele sertão» – e também da indagação que faz ao Conde de Sarzedas: «se dão os aviamentos necessários».

19 Cit. por Joaquim Silveira Melo, op. cit., pág. 101.

CAPÍTULO III

Extinção e restauração da Capitania de São Paulo – O governo militarista de Morgado de Mateus. Guarnecendo a fronteira com o Paraguai – Fundação da Colônia Militar de Itaguaí

Transportando-se para Goiás, em obediência a uma ordem régia, a fim de regularizar a administração das minas, o Conde de Sarzedas, vítima das febres intermitentes, falece a 29 de agosto de 1737, no lugar denominado arraial das Traíras.

Para substituí-lo foi nomeado D. Luiz de Mascarenhas, depois de permanecer o governo da Capitania, em caráter interino, nas mãos de Gomes Freire de Andrade, governador removido de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, inimigo declarado de São Paulo, cuja aversão pelos paulistas provinha das desinteligências que tivera com o Conde de Sarzedas a propósito das divisas de São Paulo com a Capitania de Minas Gerais, criada por alvará de 2 de dezembro de 1720.

Felizmente, porém, Gomes Freire exerceu a interinidade de 1º de dezembro de 1737 a 12 de fevereiro de 1739, quando tomou posse D. Luiz de Mascarenhas, que governou a Capitania até 4 de agosto de 1748.

Durante a interinidade de Gomes Freire, sofreu São Paulo, em 1738, depois da primeira mutilação que foi o desmembramento de Minas Gerais, a separação de Santa Catarina e Rio Grande.

Não satisfeito, entretanto, com os grandes cortes já alcançados, enquanto D. Luiz de Mascarenhas passava o maior tempo de seu governo em Goiás, a tratar dos interesses das minas, Gomes Freire influiu e manobrava na Corte, conseguindo afinal dar o golpe de morte contra São Paulo. Por alvará régio de 9 de maio de 1748, foram criados dois governos, um nas minas de Goiás e outro nas de Cuiabá, que formaram duas capitanias separadas, desmembradas da de São Paulo, dada por extinta e agregada à do Rio de Janeiro como simples comarca desta.

Mas não foi para a morte, foi para a vida que São Paulo marchou.

Perseguidos, espezinhadados, os paulistas que serviam nas guarnições foram debandando, fugindo para o sertão e dedicando-se à lavoura a fim de arrancar do solo o necessário para seu sustento. Uma abençoada mudança se operou na vida de São Paulo, quando, fugitivos das casernas, perseguidos dos prepostos de Gomes Freire, antigos exploradores do sertão se lançaram todos à atividade agrícola, edificando incipientemente as bases do atual parque agrário paulista.

«Por outro lado, – diz Simões Magro – os resultados das minas não correspondiam aos esforços empregados para descobri-las. Todo o trabalho, toda a luta era para o descobridor; todo o proveito, todo lucro ia para o fisco, ou ficava na mão dos forasteiros, que acudiam em massa, apenas tinham notícia de um novo descoberto, ou ficavam nas cidades e vilas, financiando as armações.

Assim, quando se extinguiu a Capitania de São Paulo, também estava desvanecido o sonho maravilhoso. As esmeraldas, os diamantes, o ouro – tudo fora ilusão. Ilusão que embalara a meninice e a mocidade daqueles homens fortes, mas que agora, à idade da razão, lhes aparecia como realmente era, uma visão enganadora e vã. A riqueza, a verdadeira riqueza estava ali, na cultura da terra, da terra dadivosa e boa. E eles agora se admiravam de que tendo-a ali tão perto, nas glebas sadias do planalto paulista, por tantos anos tivessem andado à sua procura pelos pantanais de Mato Grosso, ou pelas serras agrestes de Goiás ou de Minas, onde tinham ficado, aos milhares, as cruces que marcavam a

última morada dos que morreram vítimas das carneiradas, das feras, das flechas dos bugres, de moléstias e sofrimentos de toda a sorte.

De mais, o fisco o sempre presente fisco ainda não se lembrara da agricultura. Toda a sua atenção estava voltada para o ouro, os diamantes, as pedras de todas as cores, que haviam de deslumbrar as cortes européias, transformadas em jóias cinzeladas, ou recamando os tecidos finos, de que se alfaiavam os peraltas e as sécias da corte joanina.

Lançavam-se, pois, à agricultura, e à criação do gado. As sesmarias, que jaziam abandonadas, encheram-se outra vez de culturas risonhas. Alinharam-se os primeiros cafezais. Ergueram-se por toda a parte, os engenhos de moer cana, e novamente desciam a serra, para embarcar em Santos caixas e mais caixas de açúcar: Pelo caminho que Cristóvão de Abreu abrira, chegavam também a Sorocaba tropas e mais tropas de mures e de equinos, que eram vendidos logo para Minas, principal cliente das animadas feiras.

São Paulo ia progredindo, lentamente. A Câmara ia dirigindo os negócios da cidade sem que a afrontasse a presença do capitão-general. Chegara o primeiro bispo e o povo se animara ao alvoroço das festas religiosas, realizadas agora com a pompa faustosa dos pontificais. Um sossego, de há muito desconhecido, reinava na terra».

Desse sossego, dessa quietude e desse progresso Piracicaba certamente se beneficiara. E se já em 1730 os sertanejos buscavam-na para suas roças, para suas pescas e caças, depois do incremento agrícola que refluíu por toda a Capitania, estaria, é certo, mais povoada, mais alargada, mais de jeito a indicar uma futura povoação.

Dezessete anos depois do golpe de Gomes Freire de Andrade, por carta régia de 6 de janeiro de 1765, era restaurada a Capitania de São Paulo, com governo independente. Para seu governador e capitão-general foi nomeado D. Luiz António de Souza Botelho Mourão, que trouxe da Metrópole muitas instruções, dentre as quais as contidas na carta régia de 26 de janeiro de 1765, autorizando-o a criar vilas e freguesias nos lugares em que julgasse conveniente.²⁰

20 «Nesta ocasião se me oferece representar a V. Exa., que havendo-se S. Mje. que Deus guarde despachado para esta Capitania, foi servido, entre outras cousas de que me mandou instruir, encarregar-me com maior eficácia o aumento das Povoações». (Trecho de carta de D. Luiz

Esse capitão-general iniciou o seu governo em Santos, a 22 de julho do mesmo ano, ratificando a posse do cargo em São Paulo, a 7 de abril do ano seguinte.

Foi decepcionante a impressão que recebeu do vasto território sob sua jurisdição. Encontrou a Capitania «morta, sem defença, sem rendas, sem comércio, sem lavoura»; as vilas e povoações todas «pequenas, ainda as de maior nome, faltas de gente, e sem nenhum modo de ganhar a vida, os campos incultos, tudo coberto de mata brava, a lavoura por mau método»...

São Paulo decepcionou um dos seus mais ativos governadores mandados pela Metrópole.

Para o nosso caso, falar desse governador é falar da colônia: de Iguatemi e da fundação de Piracicaba. Pode-se dizer que, a rigor, a criação da povoação de Piracicaba se deve exclusivamente ao regime de intenso militarismo inaugurado na Capitania por D. Luiz António de Souza Botelho Mourão, o ilustre Morgado de Mateus.

Dentre outros atos de caráter militar, como a criação de novas companhias em Santos, encomendas de fardas e armamento para a infantaria e artilharia, reforma das fortalezas, sem dizer que os exercícios da tropa eram presididos pelo próprio capitão-general, o Morgado de Mateus promoveu, em 1767, a graduação de Santo António em Coronel das tropas regulares paulistas.

Logo no início de seu governo, passou a preocupar-se com um plano militar de grande fôlego, compreendendo a defesa do território e apossamento do vice-reinado castelhano do sul. Era, em verdade, um projeto, de visionário, ao qual D. Luiz António deu tudo o que possuía em inteligência, atividade, patriotismo e mesmo imaginação.

Em julho de 1767 escrevia ao Conde da Cunha, vice-rei do Brasil, informando-o das providências tomadas para a ereção da praça forte de Iguatemi, que lhe parecia constituir «uma chave que fecha o Cuiabá e Mato Grosso porque nunca poderão lá mover a guerra que por ali se não divirta, e finalmente – continuava – este é o passo mais certo que se pode dar para franquear os meios de abrir a porta para a conquista de tudo o que possuem os Espanhóis dentro do circulo do Rio da Prata, ou Paraguai, que deve ser a nossa raia».²¹

Antônio ao Bispo do Rio de Janeiro, em 16 de janeiro – 1768 – Docs. Ints., XXIII, 310).

21 Docs. Ints., IX, 3.

Pondo em execução seu «grande projeto», como o denominava, fez partir, do porto de Araraguaba (Porto Feliz posteriormente), a 27 de julho de 1767, uma expedição preparada com todos os requisitos militares da época, sob a chefia do capitão-mor João Martins de Barros. Essa frota desceu o Tietê e o Paraná, atingiu o rio Iguatemi e, subindo por este, estabeleceu-se em suas margens, algumas léguas acima da foz no Paraná. Aí fundou-se a colônia de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, com o fim aparente de patrulhar toda a zona marginal ao Rio Paraná e impedir aos paraguaios o acesso ao território brasileiro.

CAPÍTULO IV

Criação de vilas e povoações – Povoamento das margens do Tietê – Embaraços aos propósitos do capitão-general – Fundação oficial de Piracicaba – Reabertura do primitivo caminho para Cuiabá

Entretanto, não obstante sua preocupação obsedante pelos negócios militares, ou talvez em virtude mesmo dela, D. Luiz António deu amplo cumprimento às ordens régias relativas à criação de povoados e vilas. Destas, nada menos que oito foram erigidas durante o seu governo: São José dos Campos, Atibaia, Faxina, Mogi-Mirim, Apiaí, Itapetininga, Lages (hoje pertencente a Santa Catarina) e Guaratuba (hoje pertencente ao Paraná).

O propósito que por muito tempo animou o capitão-general foi o de criar povoações nas margens do Tietê, até a sua embocadura no Paraná, notadamente nas imediações das corredeiras, Avanhandava e Itapura em principal, a fim de facilitar o transporte às expedições que conduziam víveres e munições e de formar portos de reabastecimento para as tropas de Iguatemi e de outras colônias militares da fronteira. Convencido da privilegiada posição estratégica de Iguatemi, entendia D. Luiz António que eram «notórias as utilidades de que podem resultar a estas conquistas da segurança daquele passo, que depende de se povoar o Rio Tietê

e se fazer permanente em estabelecimento naquelas partes em que nos fortifiquemos». ²²

Nesse empenho, remeteu Antônio Corrêa Barbosa para a barra do rio Piracicaba no Tietê, a fim de plantar ali uma povoação. Escrevia o capitão-general, em 24 de dezembro de 1766, ao Conde de Oyeiras:

«Desejando dar providência sobre a falta que há de povoações civis nesta Capitania, tenho disposto mandar formar seis em diferentes partes que me pareceram as mais próprias, e as mais úteis pela sua situação comodidade e fertilidade do país, e são as seguintes:

1.^a – Uma na barra que faz o rio Piracicaba entrando no Tietê, dez léguas mais adiante de Ararituaba, última povoação em que se embarca para o Cuiabá, para que os que fazem esta viagem tenham escala mais abaixo, em que possam refazer-se; escolhi para Diretor dela o Antônio Corrêa Barbosa»... ²³

Foram invencíveis, porém, as dificuldades que encontrou para a realização de seu intento. O capitão-general determinou mesmo que se passasse «um bando por toda a Capitania para que todos os que quiserem tirar sesmarias nas bordas do Tietê, para se lhe darem». ²⁴ Mas ninguém acedia aos convites para ir povoar aquelas paragens, alegando que tais lugares eram pestilentos e avaro o seu solo. Não obstante, ainda em 1768, teimava D. Luiz Antônio: «Em quanto ao passo da Avandava, me tenho informado que o lugar pestilento e doentio é só onde faz inundação, porém que tem campos saudáveis, e aprazíveis, em que se pode formar a Povoação ou mais acima, ou mais abaixo há de haver sítio acomodado, para a dita Povoação». ²⁵

*

* * *

Por outro lado, Iguatemi a irradiar a sua triste fama por toda a Capitania e as ameaças contantes de incursões de tropas espanhola em

22 Docs. Ints., XXIII, 299.

23 Docs. Ints., XXIII, 40.

24 Docs. Ints., V, 78.

25 Idem, *ibidem*.



Nicente da Costa Paques Goes e Branda

território pátrio, constituíam forte motivo para que, apesar de suas largas promessas, ninguém atendesse aos desejos do governador.

Assim, a facilidade promovida pelo capitão-general no tocante à concessão de sesmarias marginais ao Tietê abaixo não era aproveitada pelos **cabôuculos**, que preferiam ficar com suas famílias nos povoados mais adiantados ou atirar-se aos sertões pouco explorados do oeste e nordeste.

Essas dificuldades foram de tal monta, que não só alteraram a localização de Piracicaba, como demoveram D. Luiz Antônio dos seus propósitos, pois em boa hora resolveu ele incrementar as povoações nascentes e erigir em vila as freguesias mais importantes, no que prestou inestimável benefício à Capitania.

Por motivos diversos, Antônio Corrêa Barbosa não se estabeleceu nas imediações da foz do Piracicaba no Tietê, indo localizar-se setenta quilômetros rio acima, na margem direita do caudaloso afluente do Tietê, nas proximidades do seu marulhoso salto para onde foi atraído pelo «seu terreno alegre, fértil, cheio de salsaparrilha, excelente para todo o gênero de cultura» e onde já se achavam estabelecidos, com ranchos e roçados, hortas e pomares, numerosos pescadores e sertanejos.

*

* * *

Por provisão de 24 de julho de 1766 era Antônio Corrêa Barbosa nomeado para o cargo de Diretor e Povoador de Piracicaba, com ordem expressa de tratar os moradores antigos e os que se estabelecessem de novo «com toda a suavidade e sem vexação», recomendação grandemente necessária para o primeiro regente «daqueles povos» – como se vai provar à saciedade no decurso desta história.

Logo depois de nomeado o capitão povoador, D. Luiz Antônio expediu um Bando relativo à fundação do novo núcleo, proclamação essa de 17 de novembro de 1766 – «para se formar uma povoação na paragem chamada – Piracicaba – de que é diretor, e Fundador Antônio Corrêa Barbosa». Do T. LXV 112.

*

* * *

Dando cumprimento às ordens recebidas, Antônio Corrêa Barbosa fundava oficialmente, a 1.º de agosto de 1767, a povoação de Piracicaba para onde fora «com administrados²⁶ vadios, dispersos, e vagabundos». O próprio governador da Capitania entregava-se ardorosamente ao mister de congregar gente para esse fim e, movimentando capitães-mores, ajudantes, auxiliares das vilas e povoações, cobrindo as despesas com saques ao Provedor da Fazenda Real, ia remetendo presos-vagabundos para engrossar a nova povoação, recomendando a Corrêa Barbosa os arranchasse e governasse com aquela suavidade exigida para o bem dos povos.

Exemplos desse afã do Morgado de Mateus são as ordens e portarias que reproduzimos a seguir, todas referentes aos primeiros anos da vida piracicabana, após a fundação oficial da povoação:

«Porquanto se faz preciso passar vários moradores da freguesia de Ararituaba para a nova Povoação de Piracicaba, aos quais, por serem pobres, se faz dificultoso pagarem fretes de canoa, e muito mais comprarem-na nova: o Provedor da Fazenda Real mandará assistir com o necessário para se consertar uma que na mesma paragem há incapaz de se navegar nela, para efeito de por este suave meio se conseguir um tão proveitoso fim, que S. Majestade tanto recomenda nas Suas Reais Ordens. S. Paulo a 3 de julho de 1767». (Docs. Ints., LXV, 155).

«Porquanto se faz preciso formar uma Povoação na paragem chamada – Piracicaba – termo da Vila de Itu, e se necessita saber se a terra onde ela se erige está possuída por alguma pessoa que da mesma tenha títulos: Ordeno a toda, e qualquer pessoa que tiver títulos das ditas terras, assim de Escrituras de Compras, de Sesmarias, ou outros quaisquer, os venham apresentar na Secretaria deste Governo no prefixo termo de quinze dias, contados do dia da publicação deste em diante; e acontecendo não haver ainda das referidas terras títulos alguns; mas sim, haver alguma pessoa que tenha feito requerimento para se lhe concederem por Sesmaria, apresente esse mesmo requerimento no dito termo, e os mais papéis / se

26 Por carta régia de 19 de fevereiro de 1696 os moradores de São Paulo foram autorizados a administrar, sob certas condições, os índios livres descidos do sertão. Era uma modalidade de escravidão gentio; sendo esses escravos designados pelo termo: ADMINISTRADOS.

os houverem / que tiver a esse respeito. S. Paulo a 4 de junho de 1767». (Docs.Ints.; LXV, 156).

*
*
«O Capitão-Mor Salvador Jorge Velho, assistirá ao Povoador de Piracicaba com algumas coisas precisas para a subsistência da gente que ali vai povoar, e todo o gasto com que lhe assistir, lhe pagará o mesmo povoador das Canoas, e frutos que colherem os mesmos moradores de Piracicaba, e também dos mesmos que a ele pertencerem. S. Paulo a 18 de setembro de 1767». (Docs. Ints.; LXV; 181).

*
*
«O Provedor da Fazenda Real mande pagar ao Sacerdote que for desobrigar os moradores da Nova Povoação de Piracicaba, a importância que” ajustar com o mesmo Sacerdote o Povoador da dita Povoação. S. Paulo a 23 de junho de 1768. Com a rubrica de S.Exa.» (Docs. Ints., LXV, 208).

*
*
«Todos os moradores, que se acham situados ”desde a Boa Vista até a Povoação de Piracicaba, o Capitão João Fernandes da Costa os não embarace, e os deixe à ordem do Povoador António Corrêa Barbosa, para os administrar conforme entender é mais útil à mesma Povoação. S. Paulo a 11 de agosto de 1769. Com a rubrica de S.Exa. (Docs. Ints., LXV, 282).

*
*
Entretanto, ainda em princípios do ano seguinte, cuidava D. Luiz António de realizar o povoamento do vale do Tietê, avançado cometimento que só começou a se fazer realidade em fins do século XIX. A 28 de janeiro de 1768 escrevia ao Povoador de Piracicaba:

«O ajudante Manuel José Alberto entregará a vmcê., os presos vagabundos que constam da relação por mim rubricada; de que vmcê. deve tomar conta e fazer-lhe assentos de suas naturalidades. Com os mesmos irá vmcê., povoar na margem do rio Tietê os sítios de Avandava, barra de Piracicaba, e Itapura, e os mais que forem convenientes para bem dos povos, na forma que vmcê. insinuar a António Lopes, a quem confiro as providências que a vmcê., deve participar para que tudo se execute na forma que determino. Dessa povoação assistirá vmcê. com alguns mantimentos aos homens, e com alguma ferramenta para os serviços, que lhe deve governar na forma dos mais de que está encarregado e não sirva a vmcê., de dificuldade a distância em que ficam os sítios em que mando se estabeleçam os povoadores; porque como a estrada é o rio, indo vmcê. arranchá-los e assinar-lhes os serviços que devem fazer, de tempos a tempos lhe vai passar revista, e dar ordens para os mais que hão de seguir, deixando-lhe alguns cabos mais capazes de que possa fiar-se para que os governe, e deste modo; inda que seja com mais trabalho fará vmcê. com sua boa atividade um grande serviço a Deus e a Sua Majestade, no qual espero vmcê. se empregue com o desvelo de bom vassalo, e para tudo o que for preciso não faltarei com as devidas providências, e para o seu aumento serei obrigado a atestar os seus serviços, como merecem».²⁷

Em pouco tempo faziam-se visíveis os efeitos das reiteradas medidas tomadas por D. Luiz António, pois grande foi o número de desordeiros e «mal vistos» bem como de gente «afamiliada» que se mudavam das vilas e povoados próximos para a florescente povoação, os primeiros com intuito de se incorporarem às expedições que demandavam Iguatemi e os últimos para nela estabelecerem suas culturas, que a liberdade do solo fazia fartas e as necessidades de Iguatemi tornavam lucrativas.

Verdadeiramente obsecado com a colônia de Iguatemi, D. Luiz António procurou logo abrir caminho por terra para incrementar o desenvolvimento daquele posto militar e facilitar o transporte de expedições de socorro para as forças ali aquarteladas.

Era ainda um projeto absurdo, do qual, aliás, D. Luiz António iria desistir pouco depois, resolvendo fazer a estrada para Iguatemi pela par-

27 Docs. Ints., V, 75.

te do sul da Capitania, partindo de Sorocaba. Mas, a possibilidade de fazer esse caminho por Piracicaba tentava o governador, que escrevia ao capitão-mor de Iguatemi, em outubro de 1770:...

«... o primeiro e o principal fim das exposições que se devem seguir é todo o estudo e toda a diligência em abrir uma passagem pelo caminho mais fácil até o Rio Paraguai e segurar a navegação dele até o Cuiabá.

Para facilitar este projeto tenho mandado abrir o caminho de terra, desde Piracicaba até essa Praça e aqui se acha Antônio Corrêa Barbosa, Diretor daquela Povoação, a quem passo as ordens necessárias para continuar esta diligência e lhe recomendo muito».²⁸

Ao encarregar Antônio Corrêa Barbosa dessa diligência, ordenou-lhe que procurasse encontrar vestígios do antigo picadão aberto para Cuiabá por Luiz Pedroso de Barros «pela povoação de Piracicaba, por onde entravam antigamente os descobridores, pela dita paragem, em direitura ao Rio Grande»²⁹. De qualquer jeito, é certo que em pouco tempo D. Luiz Antônio recebia do Povoador de Piracicaba notícias auspiciosas, pois a este respondia regozijando-se, mandando provisão para levantar capela e prometendo promover com brevidade a ereção da povoação em freguesia³⁰. É de 26 de julho de 1770 esta carta a Antônio Corrêa Barbosa:

28 Docs. Ints., IX, 82.

29 Docs. Ints., VI, 98.

30 Freguesia, divisão administrativa eclesiástica, era qualquer povoação dotada de pároco, denominação que ainda hoje sobrevive no interior do Brasil. Entretanto, o costume determinara que, em se elevando à classe de freguesia, a povoação passava automaticamente para a categoria do que hoje diríamos distrito de paz. Em regra, as povoações que alcançavam os foros de freguesia assumiam importância aos olhos do governo da Capitania e rapidamente se encaminhavam para a elevação a vila.

Logo, que assumiu o governo de São Paulo, D. Luiz Antônio de Souza procurou regulamentar a formação de freguesias, solicitando do Conde de Oeiras uma ordem ampla ao vigário capitular do Bispado, e outra para ele, «para de comum acordo demarcarmos as Paróquias como melhor entendermos, alterando, e mudando as côngruas (vencimentos dos párocos) conforme se tirarem os Fregueses para se unirem de umas para outras...»

Essa carta de D. Luiz Antônio principia dizendo: «Algumas das Freguesias desta Capitania ainda necessitam de se regularem quanto à sua Repartição (área administrativa), não só para que os povos possam com comodidade acudir aos ofícios divinos mas também para que os párocos possam com mais facilidade administrar-lhes os sacramentos» (Docs. Ints., XIX, 3).

«Muito me alegro com as boas notícias de ter acertado com a picada dos antigos para abrir por ela o caminho de que o tenho encarregado, para o Ivaí, e como esta obra é de tanta utilidade para aquela Povoação, recomendo muito a Vmcê. torne a continuar a diligência, pois convém muito fique acabada este ano, antes de entrarem as águas; e para que Vmcê. possa reformar a gente inútil com outra mais suficiente, recorrerá aos comandantes que agora vão aprontar a expedição; para que o reformem com recrutas necessários.

Vai a provisão para se levantar a Capela nessa Povoação. Vmcê. lhe procurará o melhor sítio, na frente da praça principal, e a delineará de modo que possa servir mais tarde de Capela-mor, a todo tempo que quiserem acrescentar o corpo da Igreja para fazer freguesia. A invocação há de ser de Nossa Senhora dos Prazeres, minha madrinha e padroeira da minha casa, e a sua imagem há de ser colocada no altar-mor; pois tenho tenção de a fazer venerar em toda parte que puder; dos lados, ou nos altares colaterais se hão de colocar os dois santos de meu nome que são S. Luiz, rei de França, e Sto. António de Pádua; no caso que não hajam essas imagens, com aviso de Vmcê. as mandarei fazer. Vão as licenças necessárias, para que o Reverendo Padre Angelo Pais de Almeida possa levantar altar portátil, e dizer missas aos domingos e dias santos, e em ocasiões de enfermos, tudo por tempo de quatro meses, dentro dos quais farão a Capela; e é preciso que logo sem demora se cuide nisso com toda a diligência e com toda a grandeza possível porque feita ela quero procurar que se desanexem e que tenham próprio pároco sem depender de Itu. Não tenho dúvida em fazer vir o seu irmão para que fique nessa povoação substituindo a falta de Vmcê. em sua ausência.

Vai o sal que Vmcê. pede, e me obriguei a pagá-lo na forma que tenho feito as mais cousas. Não hei de faltar em causa alguma ao que Vmcês., quiserem, o ponto é que da parte, desses povos se trabalhe e faça todo o possível por estabelecer uma boa povoação e conseguir a abertura do caminho do Ivaí Que Deus guarde Vmcê., muitos anos».³¹

Homem cheio de manias, uma delas era a de propagar o culto de Nossa Senhora dos Prazeres, já tornada padroeira da malfadada Iguatemi

31 Docs. Ints., VI, 104.

e agora invocada para a capela da povoação de Piracicaba. Sua crença religiosa chegava a ponto de contar com o auxílio da santa para o bom êxito de todas as empresas, militares. e administrativas. Assim, confessava certa feita ao vice-rei: «Porém, sr. exmo., o juízo humano falha a cada passo, e só Deus dá o verdadeiro acerto quando é servido; não se desconsolle V. Excia. e não me desampare que eu espero em Nossa Senhora dos Prazeres que a todos havemos de dar remédio, e eu do modo que puder vou a por em prática tudo quanto me lembrar útil à segurança, das terras que possuímos».³²

Mas a história vai demonstrar que, não tendo sido eficaz a proteção da Senhora dos Prazeres para a fatídica colônia de Iguatemi, não teve melhor sorte a madrinha. dos povos de Piracicaba, cedendo seu lugar, por artes do povoador, ao guerreiro Santo Antônio.

*
* *
*

A todas as ordens do capitão-general o primeiro povoador de Piracicaba dava de pronto cumprimento. Assim, procurou imediatamente levar a cabo a incumbência de «conseguir a abertura do caminho a Ivaí», porque D. Luiz Antônio a queria pronta quanto antes, «pois – dizia ele – convém muito fique acabada este ano, – antes da, entrada das águas».

Recebendo esta ordem em fins de julho de 1770, quatro meses depois, Antônio Corrêa Barbosa, com Luiz Vaz de Toledo Piza, que chefiava a expedição que viera de Itu por determinação do governador da Capitania, achava-se ao pé do salto do Avanhandava, tendo feito cerca de 50 léguas de caminho.

Na portaria de 20 de novembro desse ano, dizia o Morgado de Mateus:

«Porquanto tenho encarregado a Antônio Corrêa Barbosa a abertura do caminho para a nova praça de Iguatemi, e tem mostrado nesta diligência tanto adiantamento que se acha na direitura da Cachoeira de Avanhandava, de onde facilmente por ser já campo se poderá passar ao Rio Grande»...³³

32 Docs. Ints., XXIII, 173.

33 Docs. Ints., VI, 189.

Deduz-se daí que o picadão aberto por Luiz Pedroso de Barros, pelo menos até àquele ponto não estivera completamente abandonado e sem trânsito, desde sua proibição, em 1730, mais de quarenta anos passados.³⁴

Mas, tendo o capitão-mor de Sorocaba, José de Almeida Leme, se oferecido para fazer; à sua custa, o caminho para Iguatemi, partindo daquela vila e costeando o Paranapanema, mais ou menos em linha reta portanto, prontamente D. Luiz Antônio abandonou o plano de abrir a estrada pela parte de cima do Tietê, a qual, ele próprio dizia, tinha que dar muitas voltas para chegar a Iguatemi³⁵.

Por esse tempo cuidava Antônio Corrêa Barbosa de melhorar o caminho que por terra ligava Itu a Piracicaba, com o intuito de facilitar as comunicações entre aquela vila e a nova povoação, verdadeiro celeiro de Iguatemi.

Diz Joaquim Silveira Melo: «Na diligência de aviventar o picadão antigo de Piracicaba a Itu despachou daqui Corrêa Barbosa com algumas praças que, seguindo vestígios e abrindo picada, sem grande demora aprestando-se ao Sargento-mor de Itu Antônio Pacheco da Silva».

34 Não concordamos com a afirmação de Joaquim Silveira Melo, quando, referindo-se a esse fato, disse: «É que nos tempos de D. Luiz Antônio de Souza encontram-se observações como esta nas ordens que eram dadas: «Observo a Vmcê., que para fazer abreviar essa diligência cuide logo em satisfazer o que prometeu sem demora nem desculpas, que não admito» (Op. cit., pág. 106).

Por maior força que tivessem tais observações, não seriam elas suficientes para tornar de fácil acesso 50 léguas de sertão não transitadas por mais de quarenta anos.

35 Docs. Ints., VI, 145.

CAPÍTULO V

Elevação de Piracicaba à categoria de Freguesia – O primeiro pároco, e seu primeiro batizado – O recenseamento de 1775 – Reclamações contra o capitão-povoador de Piracicaba – O prestígio de António Corrêa Barbosa – O caso das sete canoas

Por provisão de 11 de dezembro de 1771, o capitão-general promovia António Corrêa Barbosa a capitão e, três anos após o bispo diocesano de S. Paulo, Fr. Manuel da Ressurreição, atendendo aos clamores dos seus habitantes, constituía Piracicaba em Freguesia³⁶ e mandava erigir Igreja Matriz, sendo nomeado para seu primeiro pároco o padre João Manuel da Silva. Os termos pitorescos da crônica da época³⁷ assim registram o acontecimento:

«Viveram os habitantes desta Povoação por espaço de seis anos, dez meses e vinte dias sujeitos à voz paroquial de Itu, com grave detrimento pela distância de catorze léguas, que intermedem, e tendo clamado na presença do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo Diocesano, D. Fr.

36 V. Nota C, no fim do volume.

37 Memória histórica da mudança do rossio de Piracicaba, de 30 de julho de 1784. Ms. existente no arquivo da Prefeitura do Município de Piracicaba.

Manoel da Ressurreição, e permitido este que se erigisse em o dito lugar Igreja para Matriz, constituiu a Freguesia separada da de Itu, e ao Senhor Santo António Padroeiro dela, e destinou para divisa de uma, contra o ribeiro Capivari; e sendo provido pároco o Reverendo padre João Manuel da Silva, presbítero secular de virtude e letras».

Empossado no dia 21 de Junho de 1774, o vigário João Manuel da Silva fazia oito dias depois, (*) o seu primeiro batizado, iniciando com o seguinte registo o «Livro que há-de servir para assento de Batizados de brancos e libertos»:

«António – aos vinte e nove dias do mês de Julho de mil setecentos e setenta e quatro anos, na Igreja desta nova Freguezia de Piracicaba, batizei e puz os Santos Óleos a Antonio, inocente, filho do diretor Antonio Corrêa Barbosa e sua mulher Ana Lara da Silva. Foram padrinhos o Capitão Joaquim Fernandes da Costa, viúvo, e Ana Novaes de Magalhães, casada com o tenente Francisco Xavier de Azevedo, por procuração que me apresentaram Antonio Coelho da Silva e Isabel Barbosa da Silva, casada com José Flores de Moraes, todos desta Freguesia, exceto os padrinhos que são da vila de Itu, de que fiz este assento e assinei. – O vigário João Manuel da Silva».³⁸

Um recenseamento realizado em 1775³⁹, um ano após a sua elevação a freguesia, acusou para Piracicaba 231 moradores e 45 fogos⁴⁰. Desse recenseamento, cujo original se encontra no Departamento do Arquivo do Estado, transcrevemos em seguida apenas os dados principais:

Lista dos moradores da Povoação de Piracicaba – Ano de 1775

38 Cit. por J. Silveira Melo, op. cit., pág. 106.

39 Mapas de População – Itu – 1765-1779 Maço 48 – Departamento do Arquivo do Estado.

40 Cada fogo (fogão) representa uma casa, e, por conseguinte uma família.

(*) Empossado a 21 de junho, o vigário teria realizado o primeiro batizado trinta e oito dias depois. Este termo é de novo transcrito no fim do livro, na Nota C (pág. 205), com a mesma data de 29 de julho. (Nota do I.H.G.P.)

Fogos

- 1 – Capitão Antonio Corrêa Barbosa (40 anos)
– Ana da Silva Lara (mulher)
4 filhos – 12 agregados – 6 escravos
- 2 – José Flores de Moraes
– Isabel Barbosa da Silva
3 filhos – 2 agregados – 2 escravos
- 3 – Antonio Coelho da Silva
– Ursula Joana
1 filho – 1 escravo (carpinteiro)
- 4 – Vicente Coelho
– Angela Joaquina
1 filho – 1 escravo (carpinteiro)
- 5 – José de Quadros Bicudo (solteiro)
- 6 – Francisco Pinheiro
– Gertrudes Maria
- 7 – João Vieira Machado (viúvo)
3 filhos
- 8 – João Mendes .
– Escolástica Vieira
2 filhos
- 9 – Bernardo Garcia
– Joana Vieira
3 filhos
- 10 – Gaspar Gonçalves
– Isabel Leme
4 filhos
- 11 – João Luiz do Prado
– Maria Correia
5 filhos

- 12 – Francisco de Lima
 – Francisca Dias
 1 filho
- 13 – Francisco Pires Antunes
 – Bernarda Garcia
 9 filhos
- 14 – Estevão Luiz
 – Joana Garcia
 6 filhos – 1 agregado
- 15 – João Vieira dos Santos
 – Maria Garcia
- 16 – Manuel Luiz
 – Inez Garcia
 6 filhos
- 17 – Francisco Rodrigues
 – Rita Gonçalves
 10 filhos – 1 agregado
- 18 – Domingos Gonçalves (20 anos)
 – Isabel Vieira
- 19 – Vicente Gonçalves
 – Maria Pedroza
 1 filho – 1 agregado
- 20 – Domingos Gonçalves (70 anos)
 – Maria Domingues
 2 agregados
- 21 – Bento Gonçalves
 – Luiza Freire
 4 filhos – 3 agregados (casal carijó e filha)
- 22 – Manuel de Pontes – carijó (vive a favor)
 – Rita
 1 filho
 (Neste ponto a numeração passa para 29, sem qualquer indicação)

- 29 – Martinho de Pontes -carijó (vive a favor)
– Sebastiana
1 agregado
- 30 – António de Pontes – carijó (vive a favor)
– Gertrudes
6 filhos – 1 agregado
- 31 – Inácio da Silva – mulato (vive a favor)
– Lionarda
3 agregados
- 32 – Lourenço Rodrigues – mulato (vive a favor)
– Narcisa
4 filhos – 2 agregados
- 33 – André Ferraz – mulato (vive a favor)
– Joana
1 filha
- 34 – Sebastião da Mota – mulato (vive a favor)
– Margarida
3 filhos
- 35 – Santiago – carijó (vive a favor)
– Elena
5 filhos
- 36 - – Antônio Cardoso – carijó (vive a favor).
– Ana Maria
7 filhos
- 37 – Antônio Leite – carijó (vive a favor)
– Inácia
4 filhos
- 38 – Francisco Pires – mulato (vive a favor)
– Catarina
– 1 filho
- 39 – Manoel da Costa – mulato (vive a favor)
– Isabel
3 filhos

- 40 – Cristovão da Cunhatape (vive a favor)
 – Luzia
 3 filhos
- 41 – Maria de Souza – carijó (vive a favor e de esmolas)
 2 filhos
- 42 – Josefa Leme -carijó (vive a favor)
 6 filhos
- 43 - – Amaro Carijó – viúvo (vive a favor)
 9 agregados
- 44 – Vitorino – carijó (vive a favor) -
 – Francisca
 3 filhos
- 45 – Pelônia viúva carijó (vive a favor)
 – 4 filhos
 5 agregados

* * *

RESUMO

«Crianças do sexo masculino desde a primeira idade até 7 anos	37
Crianças do sexo feminino da mesma idade	26
Rapazes de 7 anos até 15	21
Raparigas desde 7 anos até 14	17
Homens desde 15 anos, até 60 anos.	61
Mulheres desde 14 anos até 50 anos	61
Velhos de 60 anos para cima	3
Velhas de 50 anos para cima	5
Fogos	45

* * *

Atesto e juro aos Santos Evangelhos que esta Lista está verdadeira segundo a conta, que me deu o Diretor da dita Povoação António Corrêa Barbosa; e por assim ser, verdade assinei este Itu 8 de Julho de 1775. – O sargento-mor António Pacheco da Silva».

* * *

Uma vez a povoação dotada de vigário, elemento de ordem e progresso, e fator de grande força na verdade, mormente em tal época, rejubilaram-se satisfeitiíssimos os habitantes, e parecia que Piracicaba ia encaminhar-se, então, para crescente prosperidade.

Entretanto, não foi o que aconteceu. Cedo compreendeu o reverendo padre, e por todos os modos isso se evidenciou, que Antônio Corrêa Barbosa não iria admitir na freguesia outra autoridade que não a dele. Não aceitava conselhos nem tolerava que o vigário se intrometesse nas coisas do serviço público. E, assim, desde logo entraram os dois a se digladiar, numa luta em que o capitão povoador deveria sempre levar a melhor, e que seria o principal entrave ao progresso local.

Poucos dias depois de empossado, enviava o padre João Manuel da Silva uma carta ao capitão-general, reclamando contra a conduta de Antônio Corrêa Barbosa no tocante à governança da povoação. Essa queixa levou D. Luiz Antônio a determinar ao seu ajudante de ordens que fosse a Piracicaba a fim de averiguar aquela denúncia. Dizia o governador geral:

«Remeto a carta junta do vigário de Piracicaba em que me dá parte do miserável estado em que se acha esta nova Povoação sem estabelecimento nem forma alguma de Povoação civil, procedendo esta desordem do Diretor dela que só tem cuidado em se estabelecer a si sem deixar estabelecer livremente aos demais Povoadores como melhor verá da mesma carta.

Pelo que faz-se muito necessário que logo que tiver partido essa expedição examine tudo a que se refere a dita carta, de cujo teor o mesmo vigário enviou outra ao Sr. Bispo, e dê as providências que se julgarem precisas para se evitarem e remediarem tão grandes, desordens e se estabelecer a dita Povoação naquela direção e boa ordem que eu lhe tenho determinado, e em que se acham as mais.

Deus guarde a Vmcê. S. Paulo a 27. de setembro de 1774. D. Luiz Antônio de Souza. Sr. Ajudante de Ordens Antonio Lopes de Azevedo». ⁴¹

Do resultado dessa sindicância não há notícias, infelizmente. É de crer, porém, que, por piores tenham sido as informações do seu ajudante de ordens, julgara D. Luiz Antônio de boa política pô-las em esquecimento.

41 Docs. Ints., LXIV, 214.

Era sólido, realmente, o prestígio de Corrêa Barbosa, em quem reconhecia o governador da Capitania de São Paulo grandes qualidades, como coragem e lealdade. Das numerosas referências elogiosas de D. Luiz António contidas na sua correspondência⁴², os seguintes tópicos são suficientes para realçar a alta consideração em que era tido pelo capitão-general o povoador de Piracicaba:

«A boa satisfação e pronta vontade com que vmcê., se distingue em tudo o que pertence ao real serviço me precisam ocupá-lo em diligência muito importante ao mesmo serviço que só de vmcê., e de Luiz Vaz Toledo posso fiar, pelo conceito que faço se desempenhem com dar-me gosto em tudo o que for encarregado, por cujo respeito sou a dizer-lhe... É o que se me oferece dizer a vmcê., e que para tudo quanto for da sua utilidade não faltarei a ocasião alguma em que possa prestar-lhe».⁴³

Mercê dos bons serviços prestados ao serviço de Deus e de Sua Majestade, as mais graves faltas podia cometer Corrêa Barbosa, que tudo ser-lhe-ia relevado por D. Luiz António. Prova disso é o caso das sete canoas.

Com o intuito de auxiliar os moradores da nova povoação fundada por Corrêa Barbosa, o capitão-general ordenara que, na compra das canoas necessárias a uma das expedições que demandavam Iguatemi, se desse preferência, às fabricadas pelos habitantes de Piracicaba. Para esse fim solicitou D. Luiz António do ituano Francisco da Cruz fizesse ele o adiantamento do dinheiro referente ao preço de sete canoas que Corrêa Barbosa se comprometera a prontar. Ao ituano escreveu então o capitão-general:

«António Corrêa Barbosa, a quem tenho encarregado a nova Povoação de Piracicaba, mé pede que para conservação e aumento dos novos moradores lhe mande preferir a venda de sete canoas, que tem feito com os mesmos para do produto delas satisfazer os gastos que deve, e pre-

42 Ver Docs. Ints., V a X.

43 Docs. Ints., VII, 44.

cisamente carece fazer com os ditos povoadores, e porque me assegura que até dez de outubro pondo as ditas canoas no porto de Ararituaba, entregue ao capitão André Dias a quem eu ordeno venda delas, para pagamento dos referidos gastos, recomendando a vmcê. para assistir ao dito Povoador com o que agora precisar para conserva daquela gente, na certeza de que vendidas as canoas é vmcê. logo pago de seu produto na mão do sobredito capitão a quem por esta encarrego satisfaça toda a despesa, com que vmcê. assistir.

Espero que Vmcê., assim o pratique, e ajude com este auxílio a conservar aquela Povoação por ser muito do serviço de S. Majestade o estabelecimento dela. Deus guarde a Vmcê., S. Paulo, a 19 de agosto de 1768.»⁴⁴

Francisco da Cruz fez prontamente o adiantamento do dinheiro, e ficou à espera do reembolso. Mas três meses depois, em novembro do mesmo ano, não tinha sido ainda pago, nem D. Luiz Antônio recebera qualquer notícia das sete canoas. Por isso escreveu, no dia 3 de novembro de 1768, a seguinte carta ao Povoador de Piracicaba:

«Consta-me ter vmcê., recebido de Francisco da Cruz duzentos e treze mil e tantos réis com que lhe tem assistido na conformidade do aviso que lhe fiz em 18 de agosto para se poderem conservar e desempenhar os moradores dessa nova Povoação, e como lhe recomendei fizesse a sobredita assistência na certeza de ser pago pelo produto de sete canoas que vmcê., ofereceu para este pagamento posta no porto de Ararituaba até o fim de setembro para ali se apurar sua venda pelo capitão André Dias de Almeida a quem eu, por benefício dos novos moradores, encarreguei se vendessem com preferência a outros quaisquer que da mesma qualidade e pelo mesmo preço se quisessem introduzir por outras pessoas no referido porto, e até agora nem vmcê., nem o dito capitão me tem dado razão alguma do que se tem praticado sobre a dita diligência, nem me consta que da mesma quantia recebida se tenha pago o empenho antigo: Sou a dizer a vmcê., que logo me faça certo o que se tem passado nesta matéria para mandar aplicar as providências que me parecerem justas em toda a falta que tenha havido na execução das minhas ordens, as quais quero se executem com a maior observância, e sem o menor descuido, pois não quero que à sombra delas se

44 Docs. Ints., V, 84.

multiplicarem empenhos de que não possam desonerar-se, sem que primeiro paguem o que já se deve; espero que vmcê., ponha nisto o maior cuidado para que não possa haver prejuízo nos credores, e as possa aumentar as utilidades do Real Serviço no bom estabelecimento dessa Povoação». ⁴⁵

Ao mesmo tempo ordenava D. Luiz Antônio ao ajudante Teotônio José Zuzarte, depois de historiar por menórizadamente a questão: «... ordeno a vmcê., que logo, averigüe com toda a verdade o que se tem passado sobre esta matéria, a execução que tem dado às minhas ordens, sobre a venda das ditas canoas, que mandei preferir em primeiro lugar a todas as mais que pretenda preparar-se para o Cuiabá, para assim se poderem desempenhar aqueles Povoadores, que estão em atual serviço de Sua Majestade. De tudo me avise vmcê., com muita brevidade, e clareza para se aplicarem as providências que me parecerem justasse houver faltá de execução em tudo o que tenho ordenado a este respeito. Do mesmo Francisco da Cruz saberá vmcê., os termos em que pactuou a segurança e satisfação da assistência que fez ao dito Povoador, a quem faça entregar logo essa carta, e o aviso de que tem ordem, minha para me informar de tudo o que se tem praticado e também para auxiliara venda das canoas na forma que lhe ordenei, e ele me requereu, em que não quero haja demoras, nem dúvidas, que possam embarçar a devida execução das minhas – ordens, que a vmcê., também hei por muito recomendadas». ⁴⁶

Ainda no mesmo dia escrevia a Francisco da Cruz consolando-o da demora e prometendo providências imediatas. E conduia: «Para tudo o que vmcê. prestar serei muito certo em lhe dar gosto». ⁴⁷

Recebendo a ordem, pôs-se em campo Teotônio José Zuzarte, e procurou averiguar em que pé estavam as coisas, informando, de tudo o que soube, alguns dias depois, o governador de S. Paulo. «Eram grandes os desconcertos em que está este negócio», dizia, em resumo,

D. Luiz Antônio respondeu de pronto, no dia 16 do mesmo mês, ditando ordens mais severas, e mandando suspender o fornecimento de dinheiro por parte do capitalista ituano. Escrita a carta, ao seu ajudante de ordens,

45 (44) Docs. Ints., V, 88.

46 (45) Docs. Ints., V, 89.

47 (46) Docs. Ints., V, 90.

redigiu outra a Corrêa Barbosa, advertindo-o com muita severidade que «... não posso deixar de estranhar a vmcê. o descuido que tenha vido na fábrica das canoas que ofereceu postas, e acabadas no Porto de Araritaguaba até 10 de outubro passado para pagamento da assistência que lhe mandei fazer por Francisco da Cruz e do mais empenho que já devia; e, porque desta desordem poderá nascer conseqüências muito perniciosas ao bom estabelecimento em que desejo ver promovidos esses novos moradores, por não haver quem queira fazer-lhe assistência do necessário, havendo falta de satisfação do que já se deve: Sou a dizer a vmcê. que logo sem a mais leve demora, ou desculpa que não admito, cuide em fazer prontas e acabadas, as referidas canoas...»⁴⁸

Não obstante, Corrêa Barbosa foi fazendo ouvidos moucos a toda advertência de D. Luiz António. E só em janeiro do ano seguinte se resolvia a entregar quatro das sete canoas prometidas. Já então contavam-se outros credores, como se vê de uma carta do capitão-general ao ajudante de ordens, datada de 21 de janeiro de 1769: «O Povoador de Piracicaba me conta ter mandado quatro canoas para esse Porto, e que as outras se ficam varando do mato, em chegando se execute logo a ordem que tenho dado a este respeito para a sua venda, e do produto se pague a Francisco da Cruz e a Manoel José Gomes, e do que restar ao capitão André Dias segundo a conta que tiver com o dito Povoador»⁴⁹

Depois dessa data, nada há na correspondência oficial acerca das três canoas restantes.

48 (47) Docs. Ints., V, 94.

49 (48) Docs. Ints., V, 102.

CAPÍTULO VI

Substituição do governador da Capitania – O mau governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha – Queda da colônia de Iguatemi – Arbitrariedades de Corrêa, Barbosa – Abandona a freguesia o seu primeiro vigário – Demissão do comandante da força local – Longa série de desmandos e turbulências

Mas, infelizmente, deixava o Morgado de Mateus o governo de São Paulo no ano seguinte, sendo substituído, a 14 de junho de 1775, pelo brigadeiro do exército português Martim Lopes Lobo de Saldanha – o Governador Fidalgo, como o chamavam ironicamente – homem de péssimo caráter, pouco escrúpulo e muita covardia.

Durante todo o seu governo, procurou sempre Martim Lopes denegrir o seu antecessor, desfazendo-lhe as obras e perseguindo seus antigos auxiliares e amigos. Descuidou-se inteiramente da colônia de Iguatemi, onde passou a imperar completa desordem. Fundas dissensões levaram os infelizes colonos a depor o seu chefe, José Gomes de Gouvêa, passando o comando às «mãos pouco belicosas do vigário, padre Antônio Ramos de Barbas e Louzada».

E, finalmente, a 27 de outubro de 1777 um destacamento espanhol pôs fim àquela praça, arrazando-a misericordiosamente.

Na sua decadência, Iguatemi arrastou consigo a florescente freguesia de Piracicaba, à sua vida intimamente ligada, e que até então se dedicava quase que exclusivamente a prover, com os produtos de sua nascente lavoura, às necessidades daquela praça militar.

A esse mal, já por si tão grave, veio juntar-se outro, de efeitos igualmente imediatos e danosos, que foi a luta entre os governantes e os ministros da religião, aliás verdadeira doença endêmica do período colonial.

Atrabiliário, António Corrêa Barbosa, recebendo influência e estímulo dos exemplos de Martim Lopes, passou a imitar o capitão-general nos seus desmandos e turbulências. Enquanto na capital punha-se aquele «a jogar as cristas com o virtuoso bispo, D. Frei Manuel da Ressurreição», encetava este, em Piracicaba, forte oposição ao primeiro vigário da freguesia, padre João Manuel da Silva, dificultando-lhe por todos os meios o exercício do seu ministério.

Em breve, muito se desgostou o vigário de Piracicaba, «e vendo este que a sua voz e sua diligência não podiam frutificar, havendo aquela oposição», pleiteou e obteve do bispo de São Paulo permissão para deixar a igreja, retirando-se da freguesia a 21 de dezembro de 1776. Durante os dois anos e meio em que esteve em Piracicaba, muito fez pelo seu progresso o padre João Manuel da Silva, cuja máxima preocupação fora a de «congregar aquele rebanho tão costumado a uma vida alheia do cristianismo».

E, assim alheios à religião, «vendo-se expostos a viver e morrer como irracionais», sem um «Sacerdote que lhes administrasse o Pasto Espiritual», estiveram os piracicabanos, após a partida do seu primeiro vigário, por quase oito anos, dependendo novamente da voz paroquial de Itu, catorze léguas distante, até que novo pároco tivesse a freguesia.

*

* * *

Antes, porém, que novo vigário tivesse Piracicaba, deviam ocorrer; outros acontecimentos de relevo, como, em 1799,⁵⁰ a demissão de Carlos

50 Deve tratar-se de lapso de revisão no original Frei Tomé de Jesus, tomou posse a 25 de maio de 1785. (Nota do I.H.G.P.)

Bartolomeu de Arruda do comando da força local, a nomeação de Vicente da Costa Taques Goes e Aranha para o cargo de capitão-mor de Itu e, finalmente, a felicíssima substituição de Martim Lopes por Francisco da Cunha Menezes no governo da Capitania, que se deu em 16 de março de 1782.

Os desmandos de Corrêa Barbosa não tiveram fim, entretanto, com a retirada do primeiro pastor católico do rebanho piracicabano; antes, porém, dirigidos para outros alvos, marcaram o início de uma longa série de perseguições e turbulências, que muito deslustre trouxe à história da vasta região, cavando fundas dissensões entre o capitão povoador e os habitantes da freguesia, que daí em diante iriam encetar-lhe implacável oposição.

Dessas prepotências, que aparecem repetidamente em documentos que ilustram a história de Piracicaba, deveriam os moradores sofrer até os últimos dias de governo de Corrêa Barbosa, isto é, até pouco antes de seu falecimento, não obstante a força e o prestígio dos elementos de poder que se antepunham ao seu absolutismo, como o novo capitão-mor de Itu e o já demitido comandante da força armada aquartelada na povoação.

Não primando pela tolerância e bons desígnios, ao contrário, dogmáticos e atrabiliários como o povoador, estes dois só poderiam ter contribuído para impedir maiores excessos de Corrêa Barbosa levados tão somente pelo desejo de lhe disputar a primasia do mando.

Na capital, no entanto, o povoador gozava do prestígio que lhe valeram seus bons serviços prestados à Capitania e aos antigos governos: conseguindo a demissão de Carlos Bartolomeu do comando da força, alcançava ao mesmo tempo a nomeação de um parente, António Marques Barbosa, para o cargo de seu ajudante.

CAPÍTULO VII

Oposição do capitão-mor de Itu ao povoador de Piracicaba – À procura de um padre para a freguesia – Nomeação de Frei Tomé de Jesus – Primeiros indícios do espírito liberal de um povo – Repreensões inúteis a Corrêa Barbosa – Uma “Memória Histórica” – A mudança da povoação para a margem esquerda do rio – Desaparecimento da imagem da padroeira da freguesia

O fato é que, visando ou não o interesse público, enquanto durou o governo de Corrêa Barbosa, Vicente da Costa em tudo procurou ajudar a nascente freguesia, intervindo várias vezes junto ao governo da Capitania em favor dos piracicabanos, assim fazendo eco à grita geral destes contra a conduta do povoador. Se não conseguiu finalmente, atender plenamente «aos gemidos daquele povo» e estabelecer a ordem «naqueles continentes», foi porque as providências necessárias e capazes excediam a sua competência, como ele próprio iria confessar, mais tarde, em informação ao sucessor de Cunha Menezes: «Estes e outros infinitos absurdos e desordens têm posto aquele povo em tal desesperação e ira, que chegam a blasfemar que o referido capitão há de ir ao inferno montado em mim-pelos insultos que comete, e eu por não dar a última providência, supondo que nas minhas mãos está o seu remédio».

Não obstante, empenhava-se por agradar aos moradores de Piracicaba e, tendo recebido destes insistentes pedidos, diligenciou encontrar um religioso «que, com a anual cômgrua de setenta mil réis, quisesse ser pároco da freguesia». Nesse sentido, escreveu, em 28 de janeiro de 1784, ao seu amigo Cândido Xavier de Almeida e Souza, capitão de granadeiros, de São Paulo.

No convento da capital, encontrou Cândido Xavier quem se sujeitasse àquela reduzida pensão, para exercer as funções de pároco, muito do serviço de Sua Majestade que Deus guarde. Assim, mandava logo a boa notícia a Vicente da Costa, e este, a 23 de março do mesmo ano, escrevia a Francisco da Cunha Menezes, capitão-general, «suplicando-lhe que atendendo aos gemidos daquele povo interpuzesse o seu respeito para a consecução de pároco» na pessoa do «religioso Francisco Frei Tomé de Jesus, de provecta idade e exemplar conduta».

Atendendo ao pedido do capitão-mor de Itu, Cunha Menezes conseguia do bispo de São Paulo, a 7 de abril seguinte, a provisão de pároco para Frei Tomé de Jesus.

*
* *
*

Enquanto, porém, Vicente da Costa e os moradores da paróquia esforçavam-se por conseguir novo vigário para a freguesia, Corrêa Barbosa prosseguia nos abusos e escândalos, tolhendo com a tal conduta o desenvolvimento da povoação, pois intimidava os bons elementos da nascente sociedade local, que se mudavam para outras localidades vizinhas, e impedindo, pelo temor que inspirava, que muitos outros viessem estabelecer-se naquelas paragens.

Dizia-se então de Corrêa Barbosa e de seus desmandos: «É certo que sendo aquela povoação ereta para bem do Estado nenhum aumento tem tido por causa deste capitão, e nem o terá enquanto ele governar, pois totalmente não atende ao bem espiritual e temporal daqueles moradores».

Assim, a conduta de Corrêa Barbosa foi de molde a tornar de desespero e dor os primeiros vagidos da sociedade piracicabana.

E, se no decorrer do século XIX, Piracicaba freguesia, vila ou cidade, sofreu por vezes os agravos de tiranetes plasmados no tipo atrabiliário de sua primeira autoridade, soube sempre e sempre se rebelar contra seus desmandos, de modo altivo e firme, de maneira tal que viria mais tarde, em nossos dias, valer-lhe, por todos reconhecido e geralmente propalado, o cognome de povo livre, nobre e justiceiro.

Precipitada pelos abusos de seus primeiros homens de mando, teve a população desde os primórdios acentuada ojeriza pela violência, pelos atos de intolerância, e em consequência sua formação espiritual se fez profundamente calcada nos princípios da justiça e do direito.

*
* *
*

No entanto, chegara a Piracicaba o novo vigário, Frei Tomé de Jesus, que «tomou posse da igreja em vinte e três de maio do mesmo ano, com as divisas instituídas, e duzentas e três pessoas de confissão».

E, «animado o povo com a presença de tão zeloso e edificante pastor e conhecendo que o terreno em que estava situada a sua matriz não era suficiente para uma extensa povoação, intentou transplantar esta para a parte daquém do dito rio, logo abaixo do salto, sítio alegre, alto, plano, e não distante das águas».

Essas as razões que constam dos papéis da época. Mas Silveira Melo acrescenta: «com o abandono da colônia de Iguatemi, ficaram sendo de pouca importância os motivos da existência da povoação na margem direita do Piracicaba; não havia mais necessidade de estaleiro para a fabricação de canoas e nem do rio como barreira que dificultasse aos soldados e degredados apanharem durante a noite a estrada para Itu, e por isso promoveram o capitão diretor Antônio Corrêa Barbosa e o vigário frei Tomé de Jesus um abaixo-assinado que chegou às mãos do capitão-general Francisco da Cunha Menezes em 6 de junho de 1784, pedindo a mudança da povoação da margem direita do rio para o lado fronteiro, na margem esquerda».

Ao mesmo tempo em que lhe chegava às mãos a representação dos piracicabanos, o capitão-general recebia de Vicente da Costa informações detalhadas sobre o melhoramento pleiteado.

A deliberação do governador, por esse motivo, não se fez esperar. A 7 de julho seguinte, um mês apenas decorrido, expedia as seguintes instruções ao capitão-mor de Itu: «Porquanto os moradores da nova povoação de Piracicaba me representaram que segundo a experiência daquele terreno conseguirão melhoramento nos seus interesses e se aumentarão também as do bem público e a mesma povoação mudando-se esta para a parte de cá do rio logo abaixo do salto, aonde há terreno mais cômodo para o dito estabelecimento: e informado eu individualmente de que com efeito será mais conveniente tanto ao bem público como particular da mesma povoação e ainda do Estado a referida mudança: ordeno a Vmcê., que com o capitão Antônio Corrêa Barbosa povoador dela a possam mudar de onde se acha e situá-la na referida paragem da parte de cá do rio Piracicaba logo abaixo do salto ou em todo o intervalo deste até defronte da barra do ribeirão Corumbataí, aonde melhor terreno houver para a situação, principiando-se esta com os assentos e termos necessários para constar; para o que convocará Vmcê., todas as pessoas que quiserem concorrer e ajudar. Deus guarde a Vmcê. São Paulo a 7 de Julho de mil e setecentos e oitenta e quatro. Francisco da Cunha Menezes. Senhor capitão-mor – Vicente da Costa Taques Góes e Aranha». ⁵¹

Se rápida fora a deliberação do governador, para aprovar a mudança pedida, mais ainda foi a de Vicente da Costa para realizá-la, pois a 22 do mesmo mês (menos de 15 dias, portanto) chegava ele a Piracicaba, acompanhado do capitão João Fernandes da Costa, do mestre entalhador Miguel Francisco Paes Soares e armadores.

*

* * *

O capitão-mor de Itu permaneceu na freguesia até os primeiros dias de agosto, tomando todas as providências necessárias para a mudança da povoação. Enquanto orientava os preparativos, dos moradores ia ouvindo grandes queixas contra Corrêa Barbosa. O povo mostrava-se no auge da indignação com a má conduta do capitão povoador, indignação que o festivo acontecimento que na ocasião se preparava não conseguia sopitar. Quem mais fundamente reclamava contra Corrêa Barbosa era o

51 Ms. no Arquivo da Prefeitura do Município de Piracicaba.

novo pároco da freguesia, Frei Tomé de Jesus, que, «em mui diminuto tempo» ficara «gravemente escandalizado do dito Capitão».

Em virtude de tão avultadas queixas, acremente – como ele próprio afirmou – Vicente da Costa repreendeu Corrêa Barbosa, providência que iria ter efeitos desastrosos, como se verá no decurso da história. De que todos os seus atos no sentido de orientar o capitão-povoador para a boa administração resultavam e resultariam sempre contraproducentes, tinha tido já o capitão-mor de Itu bastante experiência: em dezembro do ano anterior os moradores da nascente freguesia haviam representado ao capitão-general da Capitania contra o procedimento de Corrêa Barbosa, seguindo-se daí ordem expressa deste a Vicente da Costa, em janeiro, para que conhecesse daquelas desordens e pacificasse tudo.

Com esse intuito, Vicente da Costa aplicara os meios todos que lhe «ocorreram para uma total reforma; porém, pouco tempo durou e pouco aproveitou», tanto que alguns meses após, em julho do mesmo ano, vamos encontrar Vicente da Costa repreendendo novamente Corrêa Barbosa por motivo de suas desordens. Já então se patenteava a nenhuma força nem autoridade do capitão-mor de Itu sobre o povoador de Piracicaba, pois que, seis meses antes, «aplicando todos os meios» não conseguira ele «acomodar aquela desordem».

*
* *
*

Descuidemos, porém, por um momento, dessas desordens de Corrêa Barbosa, pois iremos encontrá-las mais adiante coloridas com tons mais vivos, para acompanharmos os fatos relacionados com a mudança da povoação de uma para outra margem do rio.

Logo que chegou a Piracicaba, Vicente da Costa acompanhado de seus auxiliares, mestre entalhador e armadores, do capitão-povoador, do vigário local e da maior parte do povo, percorreu o terreno proposto para a nova localização da freguesia, concordando todos «em a mudança para o lugar abaixo do salto, e estando este coberto de matas limpou-se e preparou-se de mão comum para o delineamento da Povoação».

Dessa diligência nos dá conta a memória já referida, redigida a 30 de julho de 1784, em que se resumiram os principais acontecimentos

sucedidos em Piracicaba desde a sua fundação oficial até aquela data: Diz a memória:

«A povoação de Piracicaba tem este nome do rio denominado Piracicaba, que rega o seu terreno; e Piracicaba é nome gentílico, que no idioma português significa peixe que chega ou lugar onde chega o peixe; e na verdade em o salto deste rio há cada ano abundância de peixe, que sobe a sua corrente. Tem a sua origem de dois caudalosos ribeiros Jaguari e Atibaia; e a sua barra em o rio chamado Anhembu ou Tietê; e sendo menor do que este no fluxo das águas, o iguala na latitude. É de agradável vista, de boa navegação, muito saudável, e o seu terreno alegre, fértil, cheio de salsa-parrilha, excelente para todo o gênero de cultura. Conhecendo por informações estas estimáveis qualidades, o ilustríssimo e excelentíssimo D. Luiz Antoniode Souza Botelho e Mourão, governador e capitão-general desta capitania de São Paulo, no tempo em que a muito respeitável coroa de Portugal cingia a augusta cabeça do grande rei o senhor D. José o primeiro, que Deus haja, determinou fundar povoação neste terreno. Por provisão de vinte e quatro de Julho do ano de mil e setecentos e sessenta: e seis constituiu diretor e povoador dela a Antonio Corrêa Barbosa, natural da vila de Itu. Em o primeiro dia do mês de agosto do ano de mil e setecentos e sessenta e sete fundou este a povoação com administrados vadios, dispersos e vagabundos, que mandou congregar aquele excelentíssimo governador; e na margem do referido rio da parte dalém edificar a sua habitação e dos seus subordinados.

Alguns indivíduos de melhor condição concorreram para este lugar convidados da sua fertilidade; e crescendo o povo, foi promovido a capitão deste o dito diretor e povoador por patente do mesmo excelentíssimo capitão-general em onze de dezembro do ano de mil e setecentos e setenta e um. Viveram os habitantes desta povoação por espaço de seis anos, dez meses, e vinte dias sujeitos à voz paroquial de Itu, com graves detrimientos pela distância de catorze léguas que intermedeiam, e tendo aclamado na presença do excelentíssimo e reverendíssimo bispo diocesano D. Fr. Manuel da Ressurreição, e permitido este que se erigisse em o dito lugar igreja para matriz constituiu a freguesia separada da de Itu, e ao senhor Santo Antonio padroeiro dela e destinou para divisa de uma, contra o ribeiro Capivari; e sendo provido pároco o reverendo padre João Manuel da Silva, presbítero secular de virtude e letras, tomou posse

da igreja, no dia vinte e um de junho do ano de mil e setecentos e setenta e quatro.

As diminutas forças dos fregueses desta nova paróquia a constituíram pouco durável pois vendo aquele reverendo pároco que lhe não podiam fazer cônica suficiente para a sua conservação, a deixou por consenso do excellentissimo e reverendissimo prelado no dia vinte e um de dezembro do ano de mil e setecentos e setenta e seis, tornando esta igreja a reunir-se à paróquia de Itu, a que novamente viveram sujeitos estes moradores por espaço de sete anos, cinco meses e dois dias, até que a providência divina, compadecida de tanto clamor, permitiu que o reverendo padre Fr. Tomé de Jesus, religioso franciscano de provectidade e exemplar conduta, quizesse sujeitar-se às pensões de pároco com a diminuta cônica anual de sessenta mil réis que os ditos moradores ofereciam e obtendo provisão do mesmo excellentissimo e reverendissimo prelado datada em sete de abril de mil e setecentos e oitenta e quatro, tomou posse da igreja em vinte e tres de maio do mesmo ano, com as divisas instituidas e três pessoas de confissão.

Animado o povo com a presença de tão zeloso e edificante pastor, e conhecendo que o terreno em que estava situada a sua Matriz não era suficiente para uma extensa povoação, intentou transplantar esta para a parte daquém do dito rio logo abaixo do Salto, sítio alegre, alto, plano, e não distante das águas. Este intento em seis de junho do mesmo ano fez chegar a presença do ilustrissimo e excellentissimo Francisco da Cunha Menezes, governador e capitão-general desta Capitania, em tempo do feliz reinado da muito excelsa, augusta soberana rainha a senhora D. Maria a primeira que Deus guarde.

Pesou aquele excellentissimo general em a balança do seu perspicaz entendimento o que se lhe propôs: procedeu a mais exata averiguação sobre o melhoramento do terreno para a mudança, e sendo-lhe presente por informações que o lugar proposto pelo povo era o mais proporcionado para o intento e que o seu contorno não deverá ser desprezado não só pelas excellentes qualidades, que ficam referidas, mas também por ser o único transgresso de presente aberto para a vasta campanha de Araraquara, onde muitas fazendas se podem estabelecer e já se acha estabelecida a do bacherel José Inácio Ferreira; e conhecendo, que por estas circunstancias convinha a referida mudança tanto ao bem público como particular da mesma Povoação e ainda do Estado, ordenou em sete de julho do dito ano

ao capitão-mor da vila de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, que junto com o capitão-povoador Antônio Corrêa Barbosa pudesse fazer mudar a referida Povoação de onde se achava e situá-la para a parte daquém do rio, logo abaixo do salto ou em todo o intervalo deste até defronte da barra do ribeirão Corumbataí, aonde melhor terreno houvesse como consta da Ordem cujo teor adiante se verá.

Em virtude dela veio o dito capitão-mor a esta Povoação no dia vinte e dois do referido mes e ano e trouxe em sua companhia o capitão João Fernandes da Costa e a Miguel Francisco Paes Soares, mestre entalhador, e armadores, e correndo estes com o capitão-povoador, seus oficiais e maior parte do povo o referido terreno, concordaram unânimes, e o mesmo reverendo pároco, em a mudança para o lugar abaixo do salto, e estando este coberto de matas limpou-se e preparou-se de mão comum para o delineamento da povoação, de que para constar lavrou o mesmo capitão-mor esta lembrança, em que assinou com o reverendo pároco, capitão-povoador, oficiais e o mestre entalhador e armador, e povo, aos trinta dias do mesmo mês e ano.

Frei Tomé de Jesus – Vigário encomendado;
Antonio Corrêa Barbosa – Capitão-povoador;
Antonio Marques Barbosa – Ajudante;
Miguel Francisco Paes Soares;
Vicente da Costa Taques Goes e Aranha;
João Fernandes da Costa;
Capitão Antônio Vieira Maia;
Alferes Pedro Ferraz Pacheco;
Antônio Coelho da Silva, Vicente Coelho, Sebastião Leme da Costa, Teotônio Gomes da Costa, Manuel Dias, Bento Gonçalves de Campos, Francisco Rodrigues de Andrade, Luiz Gonçalves, Cruz de Vicente Gonçalves, Cruz de Estevão Pais, Cruz de Joaquim Francisco; Cruz de Manuel Luiz, Cruz de Manuel da Costa, Cruz de José Rodrigues, Cruz de Francisco de Lima, Cruz de Francisco, Cruz de Salvador de Almeida».⁵²

*
*
*

52 Ms. existente no Arquivo da Prefeitura do Município de Piracicaba.

No dia seguinte, 31 de julho, congregaram-se autoridades e povo na igreja matriz, «e depois de assistirem ao santo sacrifício da missa e implorarem a graça do Espírito Santo por intercessão da soberana imperatriz do céu e da terra, a sempre virgem Maria Nossa Senhora, e receberem a benção do santo padroeiro», encaminharam-se para a margem esquerda do rio, onde se demarcou um pátio para a igreja matriz, sendo em seguida delineadas duas ruas direitas, com «plano suficiente para edificarem suas moradas não só os atuais habitantes, mas ainda muitos vindouros». Assim reza a ata lavrada por essa ocasião:

«No dia sábado trinta e um de julho de 1784, congregaram-se na igreja matriz o capitão-mor e o capitão-povoador, Oficiais, o mestre entalhador armador e povo; e depois de assistirem ao santo sacrifício da missa e implorarem a graça do Espírito Santo por intercessão da soberana imperatriz do céu e da terra a sempre Virgem Maria Nossa Senhora, e receberem a benção do santo padroeiro desta povoação, foram com o reverendo pároco ao lugar destinado para sua mudança e estabelecimento e sendo aí delineou o mestre entalhador e armador a beneplácito de todos um pátio com quarenta e seis braças em quadra, seguindo de norte a sul e de leste a oeste, para edificar-se a igreja matriz em qualquer parte dele, que o Exmo. bispo diocesano ou seu delegado fosse servido consignar, e delineou mais aos lados do referido pátio duas ruas direitas do sul ao norte e duas travessas de oeste a leste com cinco braças de latitude com cinquenta de longitude, plano suficiente para edificarem suas moradas não só os atuais habitantes, mas ainda muitos vindouros, terminando parte do sul terra a dentro, e do norte ribeirinho, de que para memória a posteridade fez o dito capitão-mor este termo que assinou com o reverendo pároco, capitão-povoador, oficiais, mestre entalhador e armador e povo aos dois dias do mes de agosto do mesmo ano. Vicente da Costa Taques e Aranha, Fr. Tomé de Jesus, vigário encomendado, Antônio Corrêa Barbosa, capitão-povoador, Antônio Marques Barbosa, Ajudante, Miguel Francisco Pais Soares, João Francisco da Costa, Capitão Antônio Vieira da Maia, Alferes Pedro Ferraz Pacheco, Antônio Coelho da Silva, Vicente Coelho, Francisco Rodrigues de Andrade, Teotônio Gomes da Costa, Sebastião Leme da Costa, Manuel Pais, Bento Gonçalves de Campos, Francisco Corrêa Barbosa, Cruz de Vicente Gonçalves, Cruz de Joaquim

Francisco, Cruz de Manuel Luiz, Cruz de Estevão Pais.⁵³ propalando-a convictamente, com o ardor da crença absoluta, e sobre o que se formou duradoura lenda. Diziam que, alta hora da noite, estranha canoa fora vista deslizando mansamente rio abaixo, tangida pelas asas de quatro anjinhos, que a escoltavam...

*
* *

Instalada com os requisitos essenciais a nova sede da povoação, Vicente da Costa deixou Piracicaba, de regresso a Itu, julgando «que havia conciliado o pessoal de valimento».

Após a partida do capitão-mor, não cessou, porém, o movimento desusado e festivo motivado pela sua diligência e que por alguns dias arrancara de sua habitual modorra o burgo florescente.

Uma azáfama borborinhante sucedeu de contínuo ao corre-corre da véspera, devido agora aos árduos e bulhentos trabalhos exigidos pelas novas construções e pela transplantação das primitivas casas piracicabanas. Foram dias seguidos e exaustivos, foram noites amenas de conversas ao pé do fogo, em que refulgia, na diminuta comunidade em formação, o característico basilar das sociedades organizadas: — era a demão, era o auxílio mútuo, a que todos recorriam, a que todos se prestavam, com boa vontade e disposição.

Por isso mesmo, porque todos ali estavam horas a fio em contacto constante, socorrendo-se uns aos outros, estreitando-se mais e mais os laços que os uniam, com o sentimento de solidariedade que se ia acentuando, crescia, recrudesceu, tomava vulto e espalhava-se por todos os cantos a indignação dos ancestrais piracicabanos contra o despótico povoador. Açulada pelos comentários, pelos diz-que-diz-ques, redobrava agora de intensidade, cavando fundo no ânimo da pacata população, que a todos os dissabores antigos juntava aquele último, o mais recente e talvez o mais grave, que provinha da mudança da padroeira, promovida a geral revelia, por Corrêa Barbosa.

*
* *

53 Ms. existente no Arquivo da Prefeitura do Município de Piracicaba.

Correu logo uma incrível explicação do intrigante fato a qual apressaram-se os partidários de Corrêa Barbosa em dar curso, propalando-a convictamente, com o ardor da crença absoluta, e sobre o que se formou duradoura lenda. Diziam que, alta hora da noite, estranha canoa fora vista deslizando mansamente rio abaixo, tangida pelas asas de quatro anjinhos, que a escoltavam...

O certo é que Nossa Senhora dos Prazeres levou sumiço. Diante disso, escolheu o povoador para padroeiro o seu santo onomástico, levando o povo em procissão a imagem do guerreiro Santo Antônio, sob cuja égide Piracicaba continuou e prosperou.

É por isso que a ata lavrada «no dia sábado trinta e um de julho de 1784» informa que antes da mudança da povoação receberam todos a «benção do Santo padroeiro» – isto é, do padroeiro usurpador, pois na noite anterior N. S. dos Prazeres havia sido roubada por quatro diáfanos serafins...

... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..
... ..

... ..
... ..

CAPÍTULO VIII

Oposição dos moradores ao capitão-povoador – Dificuldades na construção da nova igreja – Deixa a freguesia o vigário Frei Tomé de Jesus – Representação dos piracicabanos contra Corrêa Barbosa – Informações do capitão-mor de Itu – Visita a povoação um embaixador do capitão-general – Nomeação de novo capitão para a freguesia – Frei Tomé de Jesus reassume a direção da paróquia

A tal ponto de descontentamento foram levados os moradores pelos sucessivos agravos do capitão-povoador, que este, ao iniciar a construção da nova igreja, encontrou as maiores dificuldades, pois a população, a beata população da época, não querendo por forma alguma auxiliar Corrêa Barbosa, não lhe cedia terreno para o que quer que fosse, até mesmo para aquele piedoso cometimento.

Entrava assim em fase aguda a hostilidade que marcou as relações entre os moradores e o povoador, que, ao invés de se corrigir e orientar os seus atos de modo a que não fossem de encontro aos desígnios de seus briosos governados, prosseguindo na sua política de ostentação de força, passou a exceder-se em arbitrariedades, agora não tanto levado pelos seus

ímpetus naturais mas sim pelo desejo de mostrar que pouco se lhe dava aquela oposição.

O resultado foi que a nova igreja edificou-se em proporções menores que a primeira capela, construída do outro lado do rio ao tempo de D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão Piracicaba, depois do rápido e auspicioso progresso assinalado nos seus primeiros anos de vida, parecia que, tangida pela manopla férrea do capitão-povoador, se encaminhava para a decadência, como aquela comunidade de Caraguatatuba, da qual informava o ajudante Joaquim José Pereira, em 1806, ao ouvidor-geral Picão Salgado:

«Esta povoação foi vila que desertou»...

*

* *

Impossibilitado de rebelar-se contra as afrontas de Corrêa Barbosa e cansado de sofrê-las com humildade e resignação, como o manda a santa madre igreja, o vigário Frei Tomé de Jesus não viu outro caminho senão o de abandonar a freguesia.

Esse caminho era o que levava ao seu convento, em São Paulo, e era também o que passava por Itu. Por ele tomou Frei Tomé de Jesus, em fins de dezembro daquele mesmo ano, «com ânimo de não voltar a Piracicaba».

Ao chegar a Itu, queixou-se amargamente ao capitão-mor e recebendo deste conselhos e promessas, reconsiderou a sua resolução, regressando a Piracicaba, depois de ter fornecido a Vicente da Costa as informações que instruíram a carta que este escreveu, em 8 de janeiro de 1785 ao governador da Capitania e que se destinava, como tantas representações no mesmo sentido, a encher a gaveta do capitão-general.

*

* *

Pouco tempo, porém, deveria demorar-se na povoação o vigário Frei Tomé de Jesus, pois que, «vexado e escandalizado cada vez mais», abandonou definitivamente Piracicaba, em Julho de 1786.

Levados, assim, ao desespero, os moradores, guiados sempre por Vicente da Costa, subscreveram uma representação ao capitão-general Frei José Raimundo Chichorro da Gama Lobo, empossado no governo interino da Capitania, em 5 de maio daquele ano, em substituição a Cunha Menezes. Foi assim redigida essa representação:

«Ilmo. Exmo. Snr.

Dizem os moradores da povoação de Piracicaba, termo da vila de Itu, que sendo aquela povoação principiada a vinte anos com pouca diferença em tempo do Exmo. general D. Luiz Antônio de Souza, mandou este para povoadores daquele continente, indivíduos da ínfima plebe como são mulatos, índios, bastardos e aqueles que por sua má conduta se faziam inúteis nos lugares da sua antiga residência: e para melhor economia da dita povoação proveu a Antonio Corrêa Barbosa em capitão-diretor dela, o qual foi governando aqueles novos povoadores, não como tais, mas sim como seus escravos, ou pelo menos seus administrados ocupando-os mais no seu particular serviço, que no adiantamento da nova povoação, estabelecimento dos ditos moradores – e sucedendo pelo decurso dos anos entrarem povoadores de melhor qualidade, conhecendo estes grande incômodo na falta de sacerdote que lhes administrasse o pasto espiritual na dita povoação tão entranhada naquele sertão. Catorze léguas da vila de Itu, entraram os mesmos a rogar e de fato conseguiram da piedade de S. E. Revma. constitui-lhes freguesia na dita povoação, e provê-la de vigário, e querendo este na dita povoação e freguesia exercer bem as funções do seu ministério e congregar aquele rebanho tão costumado a uma vida alheia do cristianismo se opôs o dito cap.-diretor em forma que o sobredito rev. vigário achou ser prudência retirar-se da freguesia, e refletindo os moradores no seu incômodo vendo-se expostos a viver e morrer como irracionais tornaram a pedir novo pastor, e interessando-se o Exmo. General que então existia o conseguiram da benignidade de S.E. Revma. apesar das informações, que haviam da oposição do cap.-Diretor aos R. Ros. vigários e querendo este segundo praticar as máximas do cristianismo, assim como havia feito o primeiro, encontrou a mesma oposição e, talvez com justo temor, desertou da freguesia, ficando os moradores totalmente desanimados vendo-se expostos a morrerem como brutos, querendo por esta razão sair daquela povoação e seus estabelecimentos, ficando também intimados os que queriam entrar de novo para aquela povoação, e

também aos sacerdotes que daqui em diante hão de impugnar o ir para aquela freguesia em razão de uma tão forte oposição, não se atrevendo a publicar circunstâncias talvez por se não atreverem a proferi-las; e porque foi aquela povoação ereta para o bem do real serviço e no decurso de tantos anos tem a experiência mostrado não ter adiantamento e nunca o terá em quanto governar aquele Cap.-diretor porque antes os moradores não puderam demorar-se mais tempo, antes sim procuraram retirar-se, como já alguns têm feito; pelo que tudo conhecendo os Supes. a V. Exma. em Loco Tenente da Majestade, para socorrer e providenciar em casos tais e conhecendo outrossim na egrégia pessoa de V. Exa. um animo católico e conhecimento para com discernimento conhecer a verdade.

P. a V. Exa. Seja servido informar-se do exposto, e providenciar no caso, sempre na certeza de que enquanto governar aquele cap.-diretor nunca será a dita povoação útil nem terá adiantamento. Os Supes. não têm a menor dúvida em justificar o expedido, se V. Exa. for servido, caso se incubra a verdade. – E, R. M.»⁵⁴

Esse requerimento teve o seguinte despacho do capitão-general: «Informe o Cap.-mor do distrito, com individuação sobre o presente requerimento. São Paulo a 18 de Outubro de 1786.»

Vicente da Costa, obedecendo ao despacho do governador, prestou amplas informações, confirmando os motivos das queixas. Dizia o capitão-mor de Itu:

«Em cumprimento ao despacho do governador da capitania, à representação dos piracicabanos, o capitão-mor de Itu deu a seguinte informação: «Todos os fundamentos referidos são inteiramente verdadeiros. Fundou-se a povoação de Piracicaba em o 1º dia do mês de agosto do ano de 1767, com índios vadios, dispersos e vagabundos, que mandou congregar o Exmo. Snr. D. Luiz, e pelo mesmo foi nomeado diretor e primeiro povoador Antônio Corrêa Barbosa por provisão de 24 de julho de 1766, na qual como dela se vê, se lhe encarrega a regência daqueles moradores, com toda a suavidade e sem vexação, e que de todos os acontecimentos fizesse aviso para se dar em as providências necessárias, e concorrendo povo de melhor qualidade foi o dito diretor promovido a, capitão pelo

54 Cito por J. J. Ribeiro, «Cronologia Paulista», vol. 2.0, pág. 49.

mesmo Exmo. Snr. general em 11 de dezembro de 1771. É certo que, esquecendo-se o referido capitão-diretor daquelas determinações, e abusando do seu poder não regeu aqueles como povoadores e libertos, mas como a escravos, castigando-os com açoites e a pau; com açoites como praticou com Antônio de Pontes, Lourenço Rodrigues e Manuel da Costa, e a pau José Fernandes, José Rodrigues, Manuel Fernandes, João José da Silva e Januário de Tal; e como a escravos os ocupava em seu particular serviço. É certo que vivendo aqueles habitantes por espaço de seis anos, dez meses e vinte dias sujeitos a voz paroquial desta vila, com grave detrimento pela referida distância, chamaram ao Exmo. e Revmo. prelado, cuja piedade se dignou constituir freguezia aquela povoação, destinando por divisa o ribeiro Capivari, e sendo provido pároco dela o revmo. padre João Manuel da Silva, presbítero secular de virtudes e letras, tomou posse da igreja no dia 21 de Junho de 1774. É certo que querendo este cumprir as suas obrigações, fez-lhe em breve fortes encontros o referido capitão, e além de muitas circunstâncias de desgostos que lhe ocasionou, fez chegar a presença do mesmo Exmo. prelado em 14 de agosto de 1775 um requerimento de queixume contra o dito Revmo. pároco, e vendo este que a sua voz e a sua diligência não podiam frutificar, havendo aquela opposição, procurou do Exmo. prelado licença para retirar-se, e, conseguindo-a deixou a igreja no dia 21 de dezembro de 1776, queixando-se publicamente do referido capitão e que este era a causa de sua retirada, e que como o pouco que ali ganhava se contentaria, se não tivesse aquela opposição cuja circunstância calei na memória que escrevi do estabelecimento daquela freguesia em honra do mesmo capitão, e, ficou a dita freguesia reunida a esta paróquia por espaço de sete anos cinco meses e dois dias.

É certo que a Providência Divina compadecida de tanto clamor permitiu que ferindo estes meus ouvidos, me obrigou a procurar com todas as forças o remédio. Ao capitão de granadeiros Cândido Xavier de Almeida e Souza, meu amigo, escrevi em 28 de janeiro de 1784, pedindo-lhe com empenho que procurasse pelo contorno dessa cidade a algum religioso, que, com a anual cômgrua de setenta mil réis, quizesse ser pároco daquela freguesia, e frutificando Deus a diligência, a poucos passos achou o dito capitão ao religioso franciscano Frei Tomé de Jesus de propecta idade e exemplar conduta, que não pôs dúvida em sujeitar-se às pensões de pároco, que muitas vezes no real serviço tinha exercido. Com esta

certeza que me participou o dito capitão, escrevi, em 22 de Março de 1784 ao Exmo. antecessor de V. E. suplicando-lhe que atendendo aos gemidos daquele povo interpuzesse o seu respeito para a consecução de pároco, e condescendendo ele em minhas rogativas, alcançou do Rvmo. prelado provisão para o dito religioso, em 7 de Abril do mesmo ano, e tomou este posse da igreja em 23 de maio seguinte. É certo que o dito segundo pároco em mui diminuto tempo ficou gravemente escandalizado do dito capitão pois indo eu àquela freguesia, em julho do mesmo ano, por ordem do Exmo. antecessor de V. E., para mudar da parte de além para a parte daquém do rio Piracicaba, fortemente se me queixou do referido capitão, o dito revdo. pároco, e satisfazendo-o eu, e repreendendo aquele acremente, acomodando tudo, pouco ou nada aproveitou a minha , pois continuando a mais as desordens do referido capitão, de que o dito rev. pároco me fez repetidas queixas, desgostou-se este tanto que em fins de dezembro do mesmo ano saiu daquela freguesia e veio a esta vila com ânimo de não voltar; porém acomodando-o eu, e repreendendo com maior acrimônia o referido capitão, voltou para a freguesia o dito rev. pároco, e estando nela por espaço de seis meses vexado e escandalizado cada vez mais, deixou ultimamente no mês de julho deste ano, segundo a minha lembrança, queixando-se amarga e publicamente do referido capitão, o que V. E. a ele mesmo pode ouvir, pois no convento dessa cidade se acha.

É certo que sendo aquela povoação ereta para bem do Estado nenhum aumento tem tido por causa deste capitão, e nem o terá enquanto ele governar, pois totalmente não atende ao bem espiritual e temporal daqueles moradores; e também é certo que da dita povoação têm saído alguns por aquele motivo, como foi Cristóvão Corrêa da Costa, homem branco e familiarado, e outros; e também sei que muitos casais não vão estabelecer-se naquela povoação, temendo as desordens de que continuamente se queixam todos aqueles moradores. Em dezembro de 1783 queixaram-se estes do referido capitão ao Exmo. antecessor de V. E., e indo eu a essa capital em janeiro de 1784, ordenou-me o mesmo snr. que conhecesse eu dessas desordens e pacificasse tudo. Assim o executei aplicando todos os meios que me ocorreram para uma total reforma; porém pouco durou e pouco aproveitou. Na primeira vez que o rev. pároco frei Tomé saiu daquela povoação, com ânimo de não voltar, tendo

eu já último desengano da conduta do referido capitão, representei ao mesmo Exmo. antecessor de V. E. os meus sentimentos por carta de 8 de janeiro de 1785, cuja cópia apresento em número 5, e em resposta me determinou o mesmo snr. que continuasse a repreender ao dito capitão e acomodar aquela desordem. Assim o fiz, porém sem fruto algum como fica referido.

Está aquela povoação constituída um couto dos maiores insultos. A minha voz não se ouve, as minhas ordens e providências não se executam. Os indivíduos de melhor conduta não são aceitos, os criminosos ali acham asilo como Francisco Pedroso, querelado na Vila da Faxina pelo rapto que fez de uma moça, com a qual foi morar à sombra do referido capitão, e indo em seu seguimento o pai da mesma com uma precatória daquele juízo e apresentando-a ao Dr. corregedor Barroco, que nesta vila estava de correição, pediu-me o dito corregedor que pelo dito capitão mandasse cumprir aquela precatória, e ordenando-lhe eu com o maior empenho esta execução, deu fuga a um e outro; também o criminoso José Soares, com quem ainda há pouco teve o dito capitão trato e conversação familiar, sendo eu sabedor das apertadíssimas ordens para a sua prisão; e também além de muitos que não expresso, como João Benedito preto forro, que depois de ferir mortalmente ao pardo João de Almeida saiu daquela povoação à vista de todos, sem que para sua captura fizesse o dito capitão a menor diligência. Estes e outros infinitos absurdos e desordens têm posto aquele povo em tal desesperação e ira, que chegam a blasfemar que o referido capitão há de ir ao inferno montado em mim – ele pelos insultos que comete, e eu por não dar a última providência, supondo que nas minhas mãos está o seu remédio. É o que posso informar a V. E. que mandará o que for servido – Itu, 29 de novembro de 1786. – Vicente da Costa Taques Góes Aranhá». ⁵⁵

Além dessas informações pormenorizadas, juntou-lhes Vicente da Costa o seguinte:

«Memorial para apresentar a S. Ex., sobre a decadência da povoação de Piracicaba, e como se pode remediar e quais são as utilidades que promete aquela Povoação.

55 Cit. por J. J. Ribeiro, «Cronologia Paulista», vol. 2º, pág. 50.

«1.º Motivo foi a eleição que fez o Ilmo. Exmo. Snr. D. Luiz Antônio de Souza, general que foi desta capitania na pessoa de Antônio Corrêa Barbosa para capitão-povoador, porque o não fez Deus para aquele ministério, pela razão de que no largo tempo de 20 anos que comandou aquela povoação nada fez que mostrasse fundamento, nem soube conhecer, nem mostrar as utilidades que promete ao Estado, e depois deste como não houve uma pessoa de probidade que se animasse a entrar para aquela povoação que tem estado desordenada sem pessoa capaz de poder animar, dirigir, conservar e criar.

«2.º Ter estado quase sempre sem pároco, para administração de sacramento que é o verdadeiro fundamento pela grande necessidade que há dele, pois tem morrido muita gente sem os sacramentos necessários, porque como a vigararia daquela paróquia não é rendosa, não há sacerdote para ela, e que morram todos sem confissão, pouco importa e com este temor fogem todos de habitar naquela povoação.

«3.º Que para a mesma se deve recolher a todos os povoadores que nela foram alistados, forem obrigados ou voluntários, e que dela não possam sair sem licença do comandante, pois além destes se pode tirar de cada vila, cinqüenta até cem casais; dos branquiantos e vagabundos, que não possuem bens de raízes, nem falta as mesmas.

«4.º Que precisam de alguma assistência para poderem fundar suas vivendas e cultivar aquele sertão, principal de ferramentas, pólvora e chumbo, e ferreiro para compor a mesma, inda que seja à custa dos mesmos povoadores, cuja importância, poderá o mesmo comandante recadar e dar contas.

«5.º Que a dita povoação é a melhor que pode haver nesta capitania por estar situada na margem de um rio caudal chamado Piracicaba, ao pé de um salto do mesmo rio que abunda todo o ano muito peixe; no meio de um sertão de matos maninhos que há de ter dezesseis léguas em quadra todo capaz de fundar muitíssimas fábricas de açúcar, pois produz todo o gênero de cultura com grandeza e diferença tal que além das canas muito boas, muito perfilhanas, são muito doces e de melhor ponto, e vê-se mais que um só canavial produz seis e oito anos o mesmo rendimento, o que não acontece nos engenhos de Itu, que apenas dão uma folha e pode ser que tendo aumento esta povoação, se possa descobrir o ouro

que consta das tradições antigas, além das fazendas que se podem fundar nos campos de Araraquara, e pagar dízimos e quintos a S. Majestade. Vicente da Costa Taques Goes e Aranha».⁵⁶

Resultou dessas informações, que confirmaram em toda a linha a representação dos moradores, enviar Raimundo Chichorro para a freguesia o cônego João Ferreira de Oliveira Bueno, para uma missão delicadíssima de pacificação, da qual disse Silveira Melo ser «toda de acomodamento e confraternização».

Em fins de dezembro do mesmo ano (1786) chegava a Piracicaba o cônego João Ferreira, parece que munido de poderes discricionários, fortemente prestigiado pela sua qualidade de delegado do capitão-general e pela sua batina respeitosa. Enfim, para os moradores, sempre crentes na infalibilidade da Justiça del-Rei, era essa a incumbência com que se abalara da capital, a de vir freiar os desmandos de Corrêa Barbosa. Por isso mesmo tinham enviado ao governador uma representação em que se atreveram a articular fortíssimas acusações contra o capitão-povoador, o que, naquela época de feroz absolutismo, bem o sabiam, constituía audácia inominável, insolência que poderia condená-los até como perturbadores do Estado.

Nova desilusão, porém, reservava o cônego João Ferreira para os habitantes da freguesia, pois atendendo em parte aos insistentes reclamos, nomeou novo capitão para Piracicaba mas o fez na pessoa de Joaquim de Meira Siqueira, muito amigo e partidário de Corrêa Barbosa.⁵⁷

Não obstante, regressando a São Paulo, ali conseguia persuadir Frei Tomé de Jesus a que assumisse de novo a direção da paróquia. Essa sua diligência coroou-se de êxito, pois em junho de 1787, pela terceira vez, aportava a Piracicaba esse ministro da religião.

Como das vezes anteriores, não deveria, porém, Frei Tomé de Jesus demorar-se na povoação. Em 15 de julho de 1788 tão «zeloso e edificante pastor» retirava-se dela pela última vez, após ter demonstrado sobejamente a sua boa vontade para com os ancestrais piracicabanos.

56 Cit. por J. J. Ribeiro, «Cronologia Paulista», vol. 2º, pág. 52.

57 Esse fato, que não pudemos comprovar, é relatado por Joaquim Silveira Melo, op. cit., pag. 114.

CAPÍTULO IX

Governo de Bernardo José de Lorena – Falecimento de Antônio Corrêa Barbosa – Dez anos sem vigário na freguesia – Incremento da agricultura na Capitania – Nomeação de Carlos Bartolomeu de Arruda para o cargo de capitão das Ordenanças de Piracicaba – O governador cuida do progresso da freguesia

Quando Frei Tomé de Jesus abandonou definitivamente a povoação de Piracicaba, já então a capitania de São Paulo estava sendo governada por Bernardo José de Lorena, que substituíra o marechal Raimundo Chichorro em 5 de junho de 1788.

Piracicaba também ia mudar de governo, o que ocorreria pela primeira vez, desde os primórdios de seu povoamento. Algum tempo depois da posse do novo capitão-general, ao que parece em meados de 1791, falecia Antônio Corrêa Barbosa, primeiro capitão de Piracicaba e por isso chamado – o povoador, e principal causa da ausência de padre na povoação. Mas, não obstante a morte de Corrêa Barbosa, Piracicaba deveria ficar privada de vigário e sujeita ao pároco de Itu, por mais dez longos e atribulados anos, precisamente durante todo o governo de Bernardo de Lorena.

O capitão-general não descurava, porém, de Piracicaba. A câmara de Itu solicitava, em 6 de outubro de 1791, a indicação de «três pessoas capazes e beneméritas» para, dentre elas, «escolher uma, que mais bem» lhe parecesse, «para ocupar o posto de capitão das ordenanças da povoação de Piracicaba, que se acha, vago pelo falecimento de António Corrêa Barbosa, que o exercia»⁵⁸.

*
* *
*

A agricultura, nesse passo única fonte de renda de São Paulo, além da reduzida pecuária, progredia consideravelmente por toda a Capitania, trabalhada pelo braço escravo de congos, moçambiques, quiloads, bengueles. Tentava-se então introduzir o arado na lavoura paulista, prática que o governador procurava incrementar por todos os meios. Bernardo José de Lorel folgava, aliás, em dizer que «a agricultura acha-se em um progresso muito grande, de sorte que se pode dizer que se acabou a preguiça de que geralmente era acusada a capitania de São Paulo». Acrescentava o capitão-general: «... só a vila de Itu faz mais de cinqüenta mil arrobas de açúcar por ano, e vai em aumento. Da freguesia de Araraitaguaba, da nova povoação de Piracicaba, da vila de Sorocaba, da freguesia de Campinas no termo da vila de Jundiá, sai presente muito açúcar».⁵⁹

E nas suas «Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na Capitania de São Paulo» (Docs. Ints., XLIV, 195), dizia, por sua vez, Toledo Rendon: «Até o presente tempo havia negligência a esse respeito, mas o ano de 1788 parece que será época feliz em que a lavoura e o comércio tomarão um novo calor, que já lhe principia a infundir o Exmo. Snr. Bernardo José de Lorena, para quem olhamos como a nossa única felicidade».

58 «Logo que Vmcê.s receberem esta, me proporão três pessoas capazes e beneméritas, para eu delas escolher uma, que mais bem me parecer, para ocupar o posto de capitão das ordenanças da povoação de Piracicaba, que se acha vago pelo falecimento de António Corrêa Barbosa, que o exercia: bem advertido, que a esta proposta assistir o capitão-mor respectivo na conformidade das reais ordens de S. Majestade. Deus guarde a vmcês. São Paulo a 6 de outubro de 1791 // Bernardo José de Lorena // Snres. Juiz Presidente, e Officiais da Câmara da vila de Itu // (Docs. Ints., XLVI, 139).

Não encontramos, documento algum que desse conta do resultado dessa providência.

59 Docs. Ints., XV, 124.

Com toda a capitania, progredia também Piracicaba, como então informava o próprio capitão-general.

Por outro lado, no entanto, as coisas pioravam, e muito, na nova povoação. Em matéria de abusos de autoridade, chegara a vez de Vicente da Costa, como iria chegar a de Carlos Bartolomeu, para confirmar que ambos, quando se opunham a Corrêa Barbosa, não o faziam senão em razão de suas próprias conveniências.

Infelizmente não pudemos encontrar até agora a portaria da nomeação do substituto de Corrêa Barbosa, cuja indicação fora solicitada por Bernardo de Lorena à Câmara de Itu em 6 de outubro de 1791. É de presumir-se, porém, que desse ano até fevereiro de 1792, tivesse sido nomeado Carlos Bartolomeu de Arruda para o cargo de capitão das Ordenanças de Piracicaba, pois andava ele por essa época nas boas graças do capitão-general. Em 20 de fevereiro de 1793 pedia Bernardo José de Lorena que a Câmara de Itu indicasse três pessoas capazes para dentre elas ser escolhido o substituto do capitão das Ordenanças ⁶⁰ do Bairro de Petrebupira ⁶¹, Carlos Bartolomeu, que fora promovido.⁶²

*
* *
*

Durante o governo de Bernardo José de Lorena, que foram os dez últimos anos da jurisdição de Itu sobre Piracicaba, sofreram os moradores da povoação «duras provações em sua liberdade e bem estar. Tornou-se a freguesia um abrigo de turbulentos corridos de Itu», que ali encontravam «prepotentes amigos do capitão-mor e a estes

60 As «Ordenanças», milícia colonial, foram instituídas em 1575, e tiveram grande importância na vida do Brasil dos primeiros tempos. Era chefe delas, em cada capitania, o capitão-general ou governador geral, em virtude da lei de 23 de janeiro de 1677, que estendeu ao chefe do governo civil as atribuições de caráter militar. As Ordenanças, às quais prestavam serviços todos os indivíduos de 18 a 60 anos, tinham por fim especialmente a defesa do território da colônia. Compunha-se essa milícia de companhias (250 homens), formadas de esquadras (25 homens). Nas vilas e freguesias essa milícia era comandada pelos capitães-mores, inicialmente nomeados vitaliciamente pelo governador e, a partir de 1709, eleitos por três anos pelas câmaras.

61 Deve ser potribti.

62 Docs. Ints., XLVI, 197.

prestavam toda obediência e até serviam de instrumentos de vingança contra os antigos moradores». ⁶³

Apesar dessas tristes ocorrências e perspectivas, a povoação progredia a olhos vistos. Para suas bandas voltava constantemente atentas vistas o capitão-general, não se cansando de recomendar a Vicente da Costa procurasse com desvelo promover o desenvolvimento da povoação.

Assim escrevia, a 13 de dezembro de 1790, ao capitão-mor de Itu:

«Remeto a Vmcê. a representação inclusa do vigário da freguesia de Araraitaguaba, para pensar bem no que ela contém. Vmcê., pelo muito que tem discorrido comigo em semelhantes matérias, conhece já as minhas idéias e sinto muito que um eclesiástico nos dê idéias justas em pontos políticos, e com razão. Deve vmcê. evitar semelhante modo de viver daqueles povos, usando não só dos meios que aponta o do vigário, mas também daqueles, que lhe parecerem melhores, lembrando-se ao mesmo tempo da carta-circular, que escrevi a todos os capitães-mores a respeito da agricultura.

Já eu disse a vmcê. o quanto seria útil ao serviço de S. Majestade a povoação, e cultura das terras, que compreende a freguesia de Piracicaba, o que muito lhe recomendei, talvez que havendo falta de terras em Araraitaguaba seja útil mandar para Piracicaba, os que não tiverem onde trabalhar em Araraitaguaba; espero que vmcê. aplique logo as mais eficazes providências, e com o zelo, que costuma, a fim de se adiantarem os interesses de S. Majestade, e de toda esta capitania».

Assim, a povoação ia progredindo. Seu comércio crescia em razão do desenvolvimento agrícola, agora já em ritmo ascendente, com o incremento da cultura da cana de açúcar que no último decênio do século XVIII se tornara altamente lucrativa. As terras roxas do distrito da freguesia, preconizadas para aquela lavoura, passaram a merecer a preferência dos agricultores e só em 1795 obtinham sesmarias em Piracicaba – Inácio de Almeida Lara, alferes Joaquim Ferreira de Toledo, sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, capitão Francico

63 Joaquim Silveira Melo, op. cit., pág. 114.

Franco da Rocha, Pedro Leme de Oliveira, capitão Antônio José da Cruz, Joaquim Francisco da Cruz, Bernardo José Alves e Joaquim da Costa Garcia. ⁶⁴

64 Joaquim Silveira Melo, op. cit., pág. 97.

1. The first part of the text discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions and activities. It emphasizes that proper record-keeping is essential for transparency and accountability, particularly in financial reporting and auditing. The text also mentions that records should be kept for a sufficient period to allow for future review and analysis.

CAPÍTULO X

Substituição de Bernardo José de Lorena – Criação da Vila de Porto Feliz – Dualidade de jurisdição – Novas preocupações militaristas do governo de São Paulo – Novamente em busca de um ministro de Deus para a freguesia – Nomeação do padre José Francisco de Paulo

Em 28 de junho de 1797, Bernardo José de Lorena, removido para Minas Gerais, foi substituído por Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Logo depois da posse desse governador da Capitania de São Paulo, em 22 de dezembro do mesmo ano, a freguesia de Araraitaguaba foi elevada à categoria de vila, sob a denominação, até hoje conservada, de Porto Feliz.

A nova vila paulista teve a sua linha divisória com Itu demarcada de tal forma que, partindo a divisa da barra do ribeirão da Forquilha no rio Capivari, ia ter ao salto do rio Piracicaba.

Do «Termo de demarcação de limites» da vila de Porto Feliz consta o seguinte trecho:

«... o limite desta vila da parte de Itu chegará até o ribeirão de Caiacatinga, e descendo por ele abaixo até a sua barra, e defronte a barra seguirá por linha reta até a Forquilha, que estava na estrada, e correndo por ele abaixo até fazer barra no rio Capivari, e da dita barra ao Salto do rio Piracicaba, digo Piraci Caba, e descendo por ele abaixo, de uma e de outra parte, até a barra do mesmo rio seguindo o Tietê até o rio Grande e pelo Tietê acima de uma e outra parte até a barra de Sorocaba, e subindo por ele acima da parte esquerda, até a barra do Córrego das Areias, e subindo pelo córrego acima até sua cabeceira, de onde fechará com as cabeceiras de Caiacatinga».⁶⁵

Assim, a povoação de Piracicaba ficava dividida em duas partes, uma sob a jurisdição de Itu e outra sob a de Porto Feliz.

Entraram, então, as duas municipalidades a disputar a posse completa da povoação, do que se originaram vários conflitos ⁶⁶. Essa situação perdurou até que fosse erigida em vila a freguesia de Piracicaba.

Sobre este fato há uma confusão que não pudemos esclarecer por falta de documentos. Em uma representação dos moradores de Piracicaba ao Conde de Palma, de 1816 adiante transcrita, vamos ler o seguinte: «Estas distâncias e a mistura das duas jurisdições (que também ocasiona graves inconvenientes)...».

Como veremos adiante, a uma carta do capitão-general, de 22 de fevereiro de 1808, dirigida ao capitão-mor da vila de Porto Feliz, foi anexada uma Portaria, parece que da mesma data, estabelecendo os limites da freguesia de Piracicaba.

O Depártamento Estadual de Estatística ⁶⁷ afirma que Piracicaba, ao ser elevada a vila, foi desincorporada do município de Itu, o que dá a entender que a freguesia permanecera até outubro de 1821 sob a jurisdição da câmara ituana. Isso quer dizer que o município de Piracicaba seria

65 Docs. Ints., III, 36.

66 Joaquim Silveira Melo, op. cit., pág. 119.

67 «Ensaio de um quadro demonstrativo do desmembramento dos municípios», 1938, pág. 75.

mais tarde formado com partes de dois municípios (Itu e Porto Feliz), como aliás, tem ocorrido com o maior número das unidades do Estado de São Paulo.

*
* *

Estamos, neste passo, nos três últimos anos do século XVIII. Piracicaba prosperava rapidamente. Sua população orçava já em 550 pessoas, tendo dobrado, pois, nos últimos dez anos.

E continuava a merecer o olhar carinhoso do governo da capitania. Bernardo José de Lorena, como que antevendo o glorioso futuro agrário da crescente freguesia, empregara bons esforços no sentido de ampliar e consolidar a sua agricultura, nada exigindo dela além de sua decidida ajuda na obra de intensificação da lavoura paulista – traço principal do seu governo. Castro e Mendonça, por sua vez, continuou dedicando grandes cuidados ao progresso e bem-estar da «terra onde o peixe para», que assumia aos seus olhos inesperada importância. Essa, porém, não provinha das elevadas possibilidades do pacífico amanhã das terras da freguesia.

Preocupações guerreiras atormentavam o governo da Capitania, refletindo os novos desassossegos reinantes nas fronteiras de Mato Grosso com o Paraguai. Incidindo no mesmo erro do Morgado de Mateus, como este entendeu Castro e Mendonça que Piracicaba constituía excelente ponto de apoio para as tropas que defendiam as lindes matogrossenses. Dizia, em princípios de 1798, a propósito do auxílio necessário àquelas tropas:

«Eu fico-me preparando com todo desvelo para acudir onde for necessário, e pretendo fazer marchar uma ou duas companhias para a vila de Itu, e Piracicaba, a fim de estarem ali mais próximas a embarcar, e seguir pelos rios que descem para aquela fronteira».⁶⁸

Tratou, então, Castro e Mendonça, de curar o grande mal que assolava as paragens piracicabanas, aquela lamentável circunstância que há decênios trazia a população a remoer profundo desgosto: – a falta de um ministro de Deus.

*
* *

68 Docs. Ints., XXIX, 51.

Em todo o período de sua formação Piracicaba sofreu resignada a avareza de seu pasto espiritual. Pois o grande e eficiente elemento de, ordem daqueles heróicos tempos – o padre – figura indispensável, em todas as grandes obras, em todos os grandes movimentos do Brasil primeiro – o padre, que estava em toda a parte, em todos os cantos – nas vilas, nos povoados, nos sertões – só não se encontrava em um único lugar da capitania de São Paulo: em Piracicaba.

Era, pois, necessário arranjar-se um padre para a freguesia. Um padre, qualquer padre mesmo que fosse daqueles «corruptos, desvergonhados, ignorantes, nem latim sabendo», da crônica de Luiz Edmundo.

Tratou, por isso, o novo capitão general de pleitear para a povoação o sacerdote que o povo reclamava. Entrou logo a solicitar os bons ofícios do bispo D. Mateus Pereira. Escreveu-lhe. Explicou a situação do distrito, desenhou com otimismo o futuro promissor que o aguardava, e finalizou tocando fundo a sensibilidade do virtuoso prelado. Dizia a sua carta, de 20 de dezembro de 1797:

«Exmo. Rmo. Snr. – Os moradores do distrito de Piracicaba que, segundo as listas do ano pretérito, excedem o número de 550 pessoas, acham-se presentemente sem um sacerdote que lhes diga a missa, e lhes administre os sacramentos necessários. A pobreza daqueles habitantes lhes não permite no seu estado atual fazer maior porção do que oitenta mil réis anuais, livres para o que ali for administrar-lhes o pasto espiritual, mas como a riqueza, e fertilidade do seu terreno está prometendo consideráveis vantagens aos povos que nela se foram estabelecer, é muito natural que com brevidade lhe acrescentem a referida porção.

Queira V. Exa. por serviço de Deus, e de Sua Majestade nomear um capelão zeloso, caritativo para aquele rebanho, a fim de não morrerem mais alguns deles sem confissão, como atesta pároco de Itu haver sucedido, e também porque sem se providenciar uma falta desta natureza não pode aquela povoação ter aumento de que é suscetível»⁶⁹.

O Bispo recebeu a delicada carta do governador e mandou-lhe dizer, pelo portador, que no dia seguinte iria procurá-lo para tratar do caso pessoalmente.

69 Docs. Ints., XXXIX. 7.

No dia seguinte, Castro e Mendonça ficou aguardando a visita de Sua Eminência. Mas as horas escoaram-se, o dia passou... e o bispo não veio.

Não desanimou, entretanto, o capitão-general: enviou nova carta, novo pedido, frizando com elegância, quando se referiu à promessa de Sua Eminência:

«Antes de ontem escrevi a V. Exa. – dizia o capitão-general – mostrando-lhe o desamparo em que se acha a povoação, e distrito de Piracicaba, por não haver ali um sacerdote que diga missa, e preste os socorros espirituais àqueles moradores; rogava a V. Exa. que como prelado zeloso com os olhos em Deus, e no serviço de S. Majestade quizesse providenciar esta falta, nomeando para aquele lugar um capelão de probidade como o oficial que levou a carta me seguiu que V. Exa. vinha pessoalmente dar-me resposta no dia seguinte, isto me obrigou a ficar todo o dia de ontem em casa, mas como sem embargo de V. Exa. vir a cidade, me não fez mercê, deixando-me na dúvida do que a este respeito havia resolvido; vou por esta rogar a V. Exa. me queira participar o seu acordo por escrito, pois na verdade me condão do miserável estado daquela gente, vivendo sem o conforto, e auxílio espiritual de que todos necessitamos, os que temos a ventura de viver no grêmio da verdadeira religião». ⁷⁰

Mas nesse mesmo dia 22 de dezembro, talvez até na mesma hora, escrevia o bispo ao capitão-general, dizendo-lhe: –«Para dar resposta a carta de V. Exa. como tinha dito ao portador, me foi necessário averiguar se acharia algum sacerdote com as qualidades que V. Exa. requeria, e que são na realidade as que devem descobrir. Porém rogo a V. Exa. mande avisar os mesmos povos, ou a quem por eles requer, para que me façam a mim sobre isso um requerimento; a fim de se preencherem as cláusulas, e condições necessárias para esse efeito, em quanto eu ponho toda a diligência sobre este negócio, pois igualmente me dá cuidado como a V. Exa. a quem louvo tanto zelo da salvação das almas, e rogo o continue no aumento, e conservação da religião que tanto há de aproveitar principalmente sendo de uma pessoa dotada de tantas luzes e conhecimentos como V. Exa.». ⁷¹

70 Docs. Ints., XXXIX. 8.

71 Docs. Ints., XXXIX, 149.

Era um modo indireto de mandar o povo queixar-se ao bispo...

Passaram-se alguns meses e como Piracicaba continuasse sem padre, não obstante «toda a diligência» prometida por D. Mateus Pereira, insistiu novamente Castro e Mendonça junto ao Bispo Diocesano, propondo arranjar ele mesmo um religioso que exercesse na povoação as funções do seu ministério.

«Não obstante os dois officios que a V. Exa. dirigiu em 20 e 22 de Dezembro do passado sobre o capelão de que tanto precisa a Povoação de Piracicaba; porque até o presente não tenho decisão alguma a este respeito, vou a meu pesar incomodar inda 3^a vez a V. Exa. É certo que um padre que não conheço me veio dizer a tempos estava nomeado para aquela capelania asseverando-me querer partir antes da, e dizendo-lhe eu, que logo que estivesse pronto viesse buscar as ordens necessárias para o pagamento, e acomodação, nunca mais me apareceu, bem que eu me lembro havê-lo visto, encontrado algumas vezes nesta cidade. Ora, como nós estamos no fim da quaresma, e sobre o mesmo indivíduo não tenho certeza alguma da parte de V. Exa., condoído de se achar aquela povoação privada de todo o socorro espiritual, vou lembrar a V. Exa. a decisão sobre este objeto, porque no caso de não haver um sacerdote secular que para lá se mande será preciso que V. Exa. conceda licença a qualquer religioso – que eu solicitarei – a fim de poder ali exercer as funções do seu ministério. Espero que V. Exa. me queira fazer ciente da sua resolução a este respeito estimando muito particularmente que V. Exa. goze de uma perfeita saúde e me dê ocasiões em que possa mostrar o quanto estimo e venero a pessoa de V. Exa. que Deus guarde muitos anos».⁷²

Depois desta terceira carta do capitão-general, não sabemos mais o que aconteceu com relação ao assunto. O caso é que o «Livro do Tombo» da igreja matriz de Piracicaba registra, na relação dos vigários da paróquia, o exercício do padre José Francisco de Paulo, desde 1798 até 1802⁷³. Assim, depois de dez anos de privações de todo e qualquer socorro espiritual, obtinha a população de Piracicaba quem lhe cuidasse da salvação das almas.

72 Docs. Ints., XXXIX, 8.

73 «Almanaque de Piracicaba para 1900», pág. 222.

Como vimos, na sua primeira carta ao bispo D. Mateus Pereira, o capitão-general acentuava: «A pobreza daqueles habitantes lhes não permite no seu estado atual. ...»

Pobreza é o termo que pode ser aplicado com exatidão, de um modo geral, ao grosso da população da Capitania de São Paulo, em quase todo o decorrer da época colonial. Aos piracicabanos dos primeiros tempos muito especialmente, não contando eles de nenhuma fonte de riqueza, vivendo de caça, pesca e roça. Sem comércio, sem indústria, produzindo os gêneros necessários para sustento próprio, e mais alguns para barganhas. O pouco comércio que faziam era principalmente com as bandas do sertão a dentro, com Mato Grosso distante. Bem assim a sua indústria de fabricação de canoas.

Nem sempre a pobreza era de ouro ou pedras preciosas, nem de terras, que sobejavam. Mas de roupas, de móveis, de utensílios. Pobreza que resultava do isolamento com o mundo exterior. Sujeitos havia possuidores de muito ouro e gemas valiosas, mas inúteis, sem aplicação comercial. A rigor, a pobreza paulista da era colonial, de que os historiadores nos falam repetidamente, muitas vezes não era outra coisa senão uma riqueza sem uso fruto, sem comodidades.

Bem se pode avaliar dessa pobreza de utensílios e utilidades, mobiliário e vestimenta, pela descrição da casa de José de Campos Negreiros, isso já quase nos meados do século XIX. Dizia um observador contemporâneo ⁷⁴:

«A casa de José de Campos está construída na barranca do rio e parte dela está rio a dentro – parece que assim foi construída para gozar de direitos no rego d'água desviado do salto. É pequena e modesta. Ao

74 Trecho de memória transcrita por Joaquim Silveira Melo no «Jornal de Piracicaba» de 15 de agosto de 1915, sem indicação do autor.

Cumprir notar a posição social de José de Campos Negreiros, que exercia a agrimensura, e fora encarregado pelo governo da Província de examinar e levantar a planta do «Picadão. de Cuiabá». Era homem de alguma posse, e patrão de camaradas, como se vê pela descrição de sua casa.

entrar da-se com uma sala pequena, denominada alpendre e onde se vê uma pequena mesa para as refeições dos camaradas e estranhos, alguns mochos com assento de couro, num canto um pequeno pote que chamam de cambuci, com uma tampa redonda de tábua e sobre ela um coco de cabo comprido; ao lado uma cama feita e no outro canto uma pilha de couros de anta, onça, veado, ariranha e lontra, ali armazenados por D. Aninha, que alcança anualmente bons lucros no negócio de peles. Dentro, numa varanda um tanto espaçosa, via-se num canto a igaçaba (um pote grande tosco) para decantar a água do rio tendo ao lado o cambuci; noutro canto, sobre uma mesa, o oratório; num dos lados da varanda um estrado baixo, quase coberto por duas esteiras de taboas com listrões vermelhos. Nos outros dois cantos duas redes e entre elas dois ou três assentos baixos que chamam de tripeças. Noutro lado da varanda está a mesa de jantar ladeada de dois compridos bancos de encosto e sobre a mesa uma grande moringa e um copo de vidro azulado, de pé com a boca para baixo e de fundo redondo, parecendo um grande dedal de vidro. Observando com curiosidade esse copo, disse D. Aninha: – «É um presente que recebi de nhô Henrique Alemão⁷⁵ e eu gosto desse copo porque corrige o feio hábito de beberem deixando resto».

75 Silveira Melo anota a propósito desse Henrique Alemão: «Durante dois anos aparecia na Vila uma vez por mes a fim de receber ele mesmo a sua correspondência «bastante volumosa de folhas estrangeiras» e para fazer entrega de encomendas de botas que, com perfeição, executava sob medida. Morava no Engenho do Limiar, mais conhecido por Barreiro, de propriedade de Antônio Carlos e Martim Francisco Ribeiro de Andrade, o qual depois passou a fazer parte da fazenda Taquaral. Ali tinha Henrique Alemão um quarto reservado nas dependências da casa grande e o administrador Antônio da Rocha Campos recebera ordens de tratá-lo com carinho. Só depois que se retirou de Piracicaba é que souberam que ele pertencia a uma respeitável família de Hanover. Aqui deixou Henrique Alemão o belo exemplo que foi bem apanhado pelo Alfs. João Morato do Canto e outros fazendeiros abastados, o de fazer aprender os rapazes um ofício, a despeito da fortuna e educação que venham a ter».

CAPÍTULO XI

Primeiros anos do século XIX – Prepotências de Carlos Bartolomeu de Arruda – Representação dos piracicabanos e providências do capitão-general – Demissão de Carlos Bartolomeu de Arruda e nomeação de Francisco Franco da Rocha – Os “caprichos” do comandante demitido

E com as bênçãos de Deus, ali representado pelo padre José Francisco, puderam os piracicabanos festejar, menos desconfortados, o dia inaugural do século XIX, cujos primeiros anos, todavia, deviam ser de grande amargor para todos eles.

O século das grandes conquistas democráticas, das vitoriosas cruzadas libertárias que transformaram a vida da América e da Europa, iniciava-se em Piracicaba com nova série de prepotências e desmandos de seu comandante, contra quem não demoraria, aliás, se opusesse o sentimento de independência da população.

Faltam-nos referências precisas para exemplificar as arbitrariedades de Carlos Bartolomeu, as quais certamente não foram de pouca monta. O certo é que, logo que chegou a São Paulo como substituto de Castro e Mendonça, em 14 de janeiro de 1803, expedia o novo capitão-general

Franca e Horta, empossado em 10 de dezembro do ano anterior, uma ordem ao capitão-mor de Itu, Vicente da Costa, para que se dirigisse imediatamente a Piracicaba, a fim de examinar a conduta do comandante da povoação, contra quem tinham os moradores enviado a sua excelência uma representação, à qual também juntara a Câmara de Porto Feliz o protesto de sua solidariedade com os piracicabanos.

Tratava-se indubitavelmente de coisa grave, pois Franca e Horta autorizava Vicente da Costa a tomar medidas extremas. Assim dizia a carta do secretário do governador:

«O Ilmo. e Exmo. Snr. Governador e Capitão-General me ordena remeta a Vmcê. o requerimento incluso de alguns moradores de Piracicaba, corroborado com a representação da Câmara de Porto Feliz, contra o sargento-mor comandante Carlos Bartolomeu de Arruda, e para vir ao conhecimento da verdade dos fatos nele deduzidos; é servido determinar, que Vmcê. recebendo esta passe logo à dita povoação a examinar a conduta do referido comandante, ouvindo e informando-se de pessoas livres de toda a suspeita, de que dará uma fiel e circunstanciada conta a S. Exa., sobre os pontos alegados no dito requerimento, e é o mesmo Snr. igualmente servido ordenar, que achando Vmcê. serem verdadeiros os fatos mencionados suspenda o dito sargento-mor do comando daquela povoação, e o remeta preso à sala deste governo, conferindo interinamente o comando dela ao capitão Francisco Franco da Rocha, até sobre este objeto dar S. Exa. as providências que lhe parecer justas e adequadas. Cumpra-o Vmcê. assim com aquela exatidão e inteireza que S.Exa. confia da sua pessoa».⁷⁶

Apurou certamente Vicente da Costa a veracidade dos fatos mencionados na representação dos piracicabanos, pois alguns dias depois, a 1º de fevereiro de 1803, Carlos Bartolomeu era demitido do seu cargo, sendo o comando da Povoação conferida ao capitão Francisco Franco da Rocha, como se verifica da seguinte comunicação do secretário do governo feita naquela data a este capitão:

«Havendo o Ilmo. e Exmo. Snr. General mandado proceder a uma exata averiguação das queixas que chegaram à sua presença con-

76 Docs. Ints., LV, 19.

tra o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, e verificando-se pelo exame serem verdadeiras. Houve o mesmo Snr. por bem privá-lo do comando dessa povoação, conferindo-o a Vmcê., como verá da portaria inclusa que lhe remeto. Em consequência dela mandará Vmcê. chamar o dito sargento-mor e lhe estranhará muito da parte de S. Exa. o seu comportamento, advertindo-o se abstenha para o futuro de todo o gênero de perturbação e violência com algum de seus moradores; aliás será severamente castigado.

Igualmente fará Vmcê. despejar logo dessa povoação uma Maria das Flores que o dito sargento-mor conserva em sua casa com escândalo público, e por compaixão para a fragilidade do seu sexo, não consentirá que ninguém a desatenda. Da fiel execução destas ordens, dará Vmcê. imediatamente parte a Sua Excia., o qual informado do miserável estado em que se acha essa igreja, há igualmente por bem recomendar-lhe, queira empenhar-se com todo o zelo na fatura de uma nova, em que se possam celebrar os ofícios divinos, persuadindo com o seu exemplo a todos esses moradores para que concorram segundo as suas possibilidades para uma obra tão justa e meritória: bem entendido que há de ser daquém do rio, onde foi demarcada ultimamente a povoação». ⁷⁷

De Francisco Franco da Rocha, que apesar de tudo não ia governar por muito tempo a freguesia, disse Silveira Melo:

«Este capitão-comandante, de ilustre ascendência, casado com D.^a Maria de Arruda Melo e Amaral, senhora de raras virtudes e assaz educada para aqueles tempos, soube haver-se em tudo como um paulista às direitas. Homem de bem, muito estimado, de muito tino prático, e estrito cumpridor dos seus deveres, mereceu sempre ser apoiado em todos os seus atos pelo Capitão-mor de Porto Feliz que quando dele fazia referência ao Capitão-general, dizia: «É um oficial que tem servido a Sua Alteza Real com toda honra, inteireza e limpeza de mãos».

«O Capitão Francisco Franco da Rocha conseguiu atrair para Piracicaba muita gente boa, e ao mesmo tempo logrou fazer frente aos Botelhos, parentes e filhos do Sargento-mor Carlos Bartolomeu, que eram

77 Docs. Ints., LV, 26.

capitaneados pelo audacioso e turbulento alferes Manuel Joaquim de Ar-ruda Pinto, os quais em tudo procuravam satisfazer seus caprichos...».⁷⁸

A propósito dos «caprichos» dos Botelhos, curiosos episódios poderíamos contar, como por exemplo aquele em que figura como heroína a viúva Flora, ou Maria das Flores, com quem se amasiara Carlos Bartolomeu, numa mancebia tão escandalosa a ponto de fomentar a indignação dos moradores. Essa indignação atingiu tal efervescência que seus rumores foram ecoar nos corredores do palácio do capitão-general. E aconteceu que o governador da Capitania era então Antônio José da Franca e Horta, que muito se preocupou com a moralidade pública durante toda a sua administração.⁷⁹

Como já vimos, da mesma carta em que o secretário do governo comunicava a Francisco Franco da Rocha sua nomeação para o cargo de comandante das Ordenanças de Piracicaba constava a seguinte ordem: – «Igualmente fará Vmcê. despejar logo dessa povoação uma Maria das Flores que o dito sargento-mor conserva em sua casa com escândalo público, e por compaixão para a fragilidade do seu sexo, não consentirá que ninguém a desatenda».

Esse «dito sargento-mor» era Carlos Bartolomeu, a quem – ordenava Franca e Horta – o novo comandante da Povoação deveria advertir se abstivesse «para o futuro de todo o gênero de perturbação e violência com algum de seus moradores; aliás será severamente castigado».

A viúva foi deportada mas, alguns meses depois, de Itu, Maria das Flores, ou Flora, solicitava a Franca e Horta autorização para regressar a Piracicaba, onde, alegava «tinha deixado seus bens que estavam sendo roubados, estragados». E assim conseguiu ela a desejada permissão do capitão-general.⁸⁰

78 Joaquim Silveira Melo, op. cit., pág. 119.

79 «Parece até ter sido uma das preocupações mais serias de Franca e Horta o policiamento da prostituição» – Sérgio Milliet, «Ensaio», 1938, pág. 110.

80 Joaquim Silveira Melo, op. cit., pag.107.

Carlos Bartolomeu certamente se ufanou dessa vitoriazinha, que lhe devia ser de intimíssima satisfação, e não teve jeito de evitar algumas infrações às leis da moral colonial da pacata e diminuta povoação. Tanto que em outubro do mesmo ano ordenava Franca e Horta novamente a Franco da Rocha que: «Em Vmcê. recebendo esta faça incontinentemente despejar dessa povoação a Maria das Flores, filha de Izabel Barbosa de Almeida, visto que tendo-lhe facultado licença para recolher-se a dispor aí dos seus bens, o não tem feito, antes continua a viver com o mesmo escândalo que antecedentemente». ⁸¹

Silveira Melo cita a seguinte frase de uma ordem ao capitão-mor de Itu, não encontrada por nós, infelizmente, na correspondência oficial dos governadores da Capitania: -«Não consinta que Carlos visite Flora em casa desta e nem que esta visite o comandante em casa deste, e além disso que não se encontrem em parte alguma, até mesmo na capoeira». ⁸²

Por esse saboroso «em parte alguma, até mesmo na capoeira» bem se vê que o «capricho» de Carlos Bartolomeu, que vinha aliás do tempo em que comandava a povoação, preocupou seriamente o governador de São Paulo, obrigando o capitão-general a cuidar de minuciosas particularidades a fim de obter êxito para a sua função moralizadora.

81 Docs. Ints., LV, 187.

82 Joaquim Silveira Melo, op. cit., pag. 107

CAPÍTULO XII

A questão das terras patrimoniais – O partido dos “40 coligados” – Construção da nova igreja – Assume a direção da paróquia o Padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel – Oposição aos “40 coligados” chefiada pelo novo vigário

Mas essa aventura amorosa, com todo o escândalo de que se floriu, perde completamente importância se comparada com outra proeza de Carlos Bartolomeu, da qual numerosas questões resultaram, até conflitos e lutas, e desassossegos para a população. É exatamente o caso das terras patrimoniais de Piracicaba, que foram doadas por Antônio Corrêa Barbosa para o rossio, quando da mudança do povoado da margem direita do rio para a esquerda, terras essas que o capitão-povoador havia adquirido ao sesmeiro Felipe Cardoso.

Pelas notas do «Livro do Tombo» da matriz de Santo Antônio, de Piracicaba, ficamos sabendo que, obtendo Carlos Bartolomeu uma sesmaria que confinava com terras doadas por Corrêa Barbosa e, percebendo que estas teriam futuramente muito maior valor que a sesmaria obtida, procurou entrar em combinação com os herdeiros de Felipe Cardoso, os quais lhe outorgaram nova escritura de venda das mesmas terras que anteriormente haviam sido compradas por Corrêa Barbosa. De posse desse «título nulo e burlo», passou

Carlos Bartolomeu a intimidar os antigos povoadores e a impedir que novas famílias construíssem suas casas nos terrenos a que tinha pretensão direito.

Esse pretensão direito provinha do seguinte requerimento que fizera ao Capitão-general:

«Ilmo. e Exmo. Sr. – Diz o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Aruda, de Itu, que ele suplicante possui uma propriedade de terras na povoação de Piracicaba por compra que dela fez dos povoadores daquele sertão e suposto tem dela escritura pública com tudo quer o suplicante tirar por sesmaria não só a circunferência, daquela propriedade como a de dois vizinhos de nome Alexandre de Almeida e José Rodrigues, em nome dos quais também pede o suplicante a mesma sesmaria para que possam entrar pro rata naquela porção que eles precisarem e por isso querem os suplicantes que V. Exa. lhes conceda por sesmaria: uma légua de terras de testada e meia de sertão, que fiquem estas propriedades compreendidas na dita sesmaria que terá princípio a dita légua na terra do córrego chamado Itapeva que fica abaixo do sítio que foi de Pedro Ferraz Pacheco, correndo pelo rio de Piracicaba acima até completar a légua, e o sertão da parte de cima servirá a quadra do mesmo vento que servir para a testada da parte de baixo correrá pelo dito córrego acima até sair a estrada que vai para a dita povoação, servindo a mesma estrada de rumo até confrontar o rumo do sertão e quando este rumo prejudique os moradores de Piracicamirim querem os suplicantes corra aquele vento que for preciso para «não prejudicar os ditos moradores pelo que – pede a V. Exa. assim mande – E. R. M.».⁸³

Desejava, pois, Carlos Bartolomeu precisamente o trecho em que hoje se levanta a cidade de Piracicaba, de barra do Itapeva até ultrapassar o atual bairro da Paulista e, partindo do rio, uma légua de extensão até atingir o Piracicamirim.

Não obstante o parecer favorável da Câmara de Itu⁸⁴, onde, diz o «Livro do Tombo» – «os usurpadores tinham grande influência», Carlos

83 Cit. por Joaquim Silveira Melo, op. cit., pág. 116.

84 «Ilmo. Exmo. Snr. – Nos parece ser justo o requerimento do suplicante, porque nos conta que não prejudica a pessoa alguma. V. Exa. mandará o que for justo. - Vila de Itu em Câmara a 2 de maio de 1795. Pedro Vaz de Barros, Inácio Dias Ferraz, José Antônio de Almeida Paes, João Maria de Sampaio, José Pinto Vaz Ribeiro». (Cit. por Joaquim Silveira Melo, op. cit., pág. 117).

Bartolomeu não podia obter a concessão nem teria valor algum qualquer título passado pelos antigos povoadores, pois esse terreno tinha sido vendido por Felipe Cardoso ao capitão-povoador em 1784. A sesmaria obtida por Felipe Cardoso em 1723, quase cem anos antes, abrangia «uma légua de terra de largo de testada, meia para baixo e meia para cima, ficando o porto em meio, e uma légua de comprido para o sertão», isto é, com pouca diferença dos lados do Itapeva e do atual bairro da Paulista, o mesmo terreno pedido por Carlos Bartolomeu.

Dessa pretensão de Carlos Bartolomeu surgiram lutas entre os seus partidários e a população, tomando a questão maior vulto ainda quando o coronel Teobaldo da Fonseca e Souza, que possuía um engenho da açúcar onde é hoje a chácara Nazaré, também entendeu de assenhorear-se de grande parte dos terrenos doados por Corrêa Barbosa para o rossio da povoação. Mais tarde, outros proprietários, todos de muita influência, seguiram o exemplo de Arruda Botelho, todos com títulos oriundos do original do mesmo Arruda Botelho, dando-se assim a formação do partido chamado dos 40 coligados, do qual faziam parte os seguintes senhores: tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza, tenente José Joaquim de Sampaio, Rafael Antônio de Sampaio, Luiz Caetano de Sampaio, José Joaquim de Sampaio, Joaquim José de Sampaio, João José de Sampaio, Manuel Joaquim de Sampaio, José de Campos Negreiros, Carlos José Botelho, Luciano Ribeiro Passos, Caetano Cunha Caldeira, Vicente de Campos Gurgel, Elias de Almeida Prado, José Ferraz Peixoto, José Alves de Castro, Antônio França do Amaral, José Rodrigues Leite, Joaquim Rodrigues Leite, Xisto de Quadros Aranha, Francisco José Machado, João Luiz Leitão, alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda, Felipe de Campos Bueno, Manuel de Barros Ferraz, João Leite de Cerqueira, Lourenço Leite de Cerqueira, Joaquim Leite de Cerqueira, José Marinho, Marcelino José Pereira, José Xavier de Cerqueira, Joaquim Marcelino de Cerqueira, Francisco Xavier de Barros, Custódio Jacinto Ribeiro Leite, José Vaz Pinto, José Ferraz de Campos, Francisco de Camargo Penteado, Manuel Afonso Taborda, Francisco Florêncio do Amaral, e Antônio da Cunha Ferraz. (Relação existente no Arquivo do Estado).

*

* *

Mas deixemos neste passo a questão das terras patrimoniais para mais uma vez abrir a carta de 1 de fevereiro de 1803, em que o secretário do governo transmitia a notícia da nomeação de Franco da Rocha para o cargo de comandante das ordenanças de Piracicaba. Assim reza o trecho final dessa missiva: «...o qual (Franca e Horta) informado do miserável estado em que se acha essa igreja, há igualmente por bem recomendar-lhe, queira empenhar-se com zelo na fatura de uma nova, em que se possam celebrar os ofícios divinos, persuadindo com o seu exemplo a todos esses moradores para que concorram segundo as suas possibilidades para uma obra tão justa e meritória».

A igreja, entretanto, só foi construída muitos anos depois, após a elevação de Piracicaba à categoria de vila, pois as atas das primeiras sessões da Câmara ainda se referem ao mau estado em que se encontrava o templo ao vencer-se o primeiro quartel do século XIX. As notas do «Livro do Tombo» da matriz de Santo Antônio esclarecem que a igreja só foi construída depois de assinado o acordo entre a municipalidade e os 40 coligados, concluindo-se a construção em 1838. Antes disso, o que havia era «um pequeno telheiro sob a invocação de Santo Antônio».

«Todos os anos – diz o código da matriz roçavam a chapada entre o ribeiro Itapeva e o rio Piracicaba, para nela fazerem igreja e casas. Demorando de ano a ano a construção da igreja, devido à escassez de recursos dos habitantes, que a princípio apenas puderam levantar um pequeno telheiro sob a invocação de Santo Antônio. A nomeação de Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, para capitão-comandante de Piracicaba, fez retardar ainda mais a construção da igreja».

As coisas, aliás, não corriam em nada favoráveis aos serviços de Deus naquela próspera e difícil povoação. Já nesse ano de 1803 se vagava de novo a paróquia, com a desistência do padre Joaquim Manuel Fiusa, que substituíra no ano anterior o vigário José Francisco. Provavelmente o padre Fiusa abandonara a povoação, como também José Francisco, compelido pelos desmandos de Carlos Bartolomeu, que estava no cartaz, pois essa era a praxe que vigorava em Piracicaba desde sua instalação.

*

* * *

No ano seguinte assumia a direção da paróquia o vigário Manuel Joaquim do Amaral Gurgel que, felizmente, ia encontrar Carlos Bartolomeu destituído de qualquer autoridade. Todavia, não pode certamente o padre Amaral Gurgel evitar alguns pequenos atritos com o ex-comandante da povoação, pois a este mandava dizer Franca e Horta, em 22 de abril de 1805, que não era «preciso vir pessoalmente, como promete na sua carta de 22 do mês passado, o que é muito bastante mandar os documentos relativos ao vigário dessa freguesia, o que deve executar com maior brevidade».⁸⁵

Fazia algum tempo, então, que Carlos Bartolomeu procurava captar a simpatia do governador da Capitania, tendo-se oferecido para organizar uma expedição contra negros formados em quilombo, e naturalmente aproveitara o ensejo para desfiar suas mágoas perante Franca e Horta. Em abril de 1804, comunicava-lhe o secretário do governo, por parte do capitão-general que, «para obviar todas as dúvidas que podem suscitar-se, vai nesta ocasião ordem ao comandante dessa freguesia, para não embarçar antes proteger a diligência de que Vmcê. se acha encarregado». E advertia, finalizando: «o mesmo sr. ouve com dissabor tudo o que são queixas intempestivas, e feitas por pessoas suspeitosas em razão de suas inimizades particulares, pelo que se deve Vmcê. abster de cair nessa censura».⁸⁶

A ordem ao capitão Franco da Rocha foi remetida, de fato, no mesmo dia, e estava assim concebida:

«O Imo. e Exmo. Sr. general houve por bem encarregar ao sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda de atacar um quilombo de negros fugitivos, e lhe deu ordem para conduzir consigo a gente que lhe fosse necessária, o que participo a Vmcê. para que não só o não embarce, mas antes lhe preste todo o auxílio que puder para tão interessante diligência».⁸⁷

Com esse «serviço prestado a Sua Majestade, que Deus guarde», como se costumava dizer, conseguiu Carlos Bartolomeu que mais uma

85 Docs. Ints., LVI, 196.

86 Docs. Ints., LV, 286.

87 Docs. Ints., LV, 287.

vez fosse Maria das Flores autorizada a regressar a Piracicaba... Mas não descuidava, porém, Franca e Horta, das questões de moralidade pública, mau grado sua benevolência para com a viúva Flora, ou Maria das Flores. Ao capitão-mor de Itu ordenava em junho desse ano que, «passando quinze dias de prisão que se acham as duas concubinas Angélica, e Ana, as mande Vmcê., ir à sua presença assinar termo de saírem dessa vila, no prazo de oito dias para a povoação de Piracicaba». Ao mesmo tempo autorizava Vicente da Costa a providenciar outras medidas semelhantes, inclusive a de mandar soltar o escrivão dos órfãos, que se achava preso, «fazendo-lhe assinar um termo de viver bem com sua mulher, abstendo-se da depravada vida em que anda»... Ainda na mesma carta, a propósito de um João de Oliveira, dizia Franca e Horta que, constando-lhe que o dito João de Oliveira «e mulher continuam a viver em desunião os faça outra vez chamar a sua presença para os exortar e reduzir como a primeira vez a viverem como devem». ⁸⁸

Finalmente em 1807, pela última vez, o capitão-general mandava expulsar da povoação o «capricho» de Carlos Bartolomeu ordenando a Franco da Rocha:

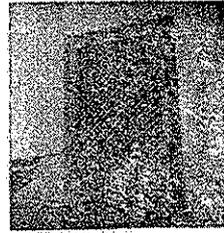
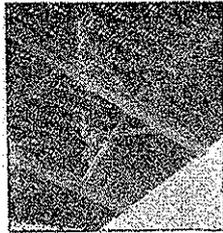
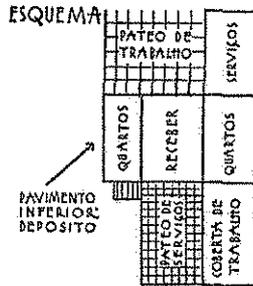
«Tendo consideração a quanto Vmcê. me expõe na sua carta de 20 do presente mês, relativa ao comportamento de Maria Flor de Moraes: Ordeno a Vmcê. que em recebendo esta lhe mande intimar de minha parte, que como ela continua no seu antigo escandaloso concubinato, não obstante o despacho que lhe dei para voltar para essa Freguesia haja de sair dela no termo de três dias. O que vmcê. assim fará executar». ⁸⁹

Não era, pois, com expedições contra negros fugidos, que se conseguiria subornar o governador da Capitania em matéria de moralidade pública.

88 Docs. Ints., LV, 301.

89 Docs. Ints., LVII, 97.

"CASA GRANDE"
DE FAZENDA DE CAFÉ
MEIADOS DO SÉCULO XIX



Fotografias e esquema da casa da sede da Fazenda «Milhã», às margens da primitiva estrada de Itu a Piracicaba. É a única «Casa Grande» de fazenda de café, verdadeiramente típica, existente no território do atual município de Piracicaba. Sua construção data de meados do século passado, quando o café principiava a grande expansão que havia de transformar a economia paulista.

Esse tipo de construção rural que, com seus muitos quartos, suas cobertas de serviços, seus pátios de trabalho, constituía uma espécie de unidade fechada, auto-suficiente e autárquica, com as antigas «casas-grandes» dos engenhos do Nordeste, não se generalizou em Piracicaba, e de um modo geral pouco ocorreu em todo o Oeste paulista da expansão cafeeira. Devido mais que tudo à própria mobilidade do café, ao advento de colonos europeus capazes, e ao retalhamento das terras de cultura.

(Fotografias de Luiz Saia)



Vista atual da Casa Grande da Fazenda Milhã, já, reformada.

CAPÍTULO XIII

A proveitosa administração do Governador Franca e Horta – Arruamento da povoação de Piracicaba – “Cinco ruas com seus nomes, e outras tantas travessas...” – A firma Vergueiro & Sousa e a formação da agricultura piracicabana

Entretanto, a despeito da funda preocupação de puritanismo que o atormentava, procurava Franca e Horta promover por todos os meios o progresso de São Paulo. Piracicaba, como todas as vilas e povoações paulistas, muito lucrou com a sua administração, que se prolongou até 31 de outubro de 1811.

Em «post-scriptum» a uma carta de 22 de fevereiro de 1808, dizia ao capitão-mor de Porto Feliz: «Como se torna indispensável, que na Freguesia de Piracicaba haja sempre um comandante que providencie os casos repentinos, do serviço, e mesmo dar execução às minhas ordens, e tendo-se o capitão conduzindo-se no comandada mesma com muita honra e zelo do real serviço: Ordeno a Vmcê., o nomeie para ficar comandando a dita Freguesia debaixo de suas ordens».

Essa carta de 22 de fevereiro de 1808 é a já referida, à qual juntara o capitão-general uma portaria estabelecendo as divisas da freguesia. Assim reza:

«Recebi dois ofícios de Vmcê. com a data de 17 do corrente sobre o que versava a compreender-se a freguesia de Piracicaba no distrito dessa vila, a jurisdição de Vmcê. pela portaria inclusa vai deferido. Quanto os recrutas que nesse distrito pretendia fazer o capitão do 1.º regimento de cavalaria situado em Itu já dei as ordens necessárias para que não o fizesse».90

*
* *
*

Em meados deste ano, recebia a Câmara de Porto Feliz uma ordem do governo interino da Capitania mandando proceder ao alinhamento do terreno delineado para a povoação de Piracicaba.

Essa deliberação do governo da capitania se relacionava com as pretensões de Carlos Bartolomeu. Muito clara nesse sentido, é a afirmação do «Livro do Tombo»: «Só depois de decorridos alguns anos, é que os herdeiros de Corrêa Barbosa intentaram uma ação de reivindicação a favor dos povoadores, o que motivou o governo, em 1808 a mandar a Câmara de Porto Feliz fazer arruar a povoação no lugar assinalado pelo capitão-mor de Itu, e ser chamado a São Paulo Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, a fim de renunciar todo o direito e pretensão que o ambicionava, com o título nulo e criminoso, sobre as terras doadas ao povo, pelo falecido capitão-povoador».

A ordem do governo de São Paulo teve imediato cumprimento, e do seu resultado, em 29 de outubro do mesmo ano, foi dada ciência ao capitão-general Franca e Horta, que reassumira o posto depois de uma licença de três meses. Diziam os camaristas de Porto Feliz:

«Ilmo. e Exmo. Sr. – Participamos a V. Excia. que em cumprimento a uma ordem expedida pelos Exmos. e Ilmos. governadores interinos, fomos à freguesia de Piracicaba e nela no dia 14 de outubro fizemos o alinhamento do terreno delineado para a Povoação, para a qual houve uma repartição econômica, e prudente pelos moradores, conforme determinaram os mesmos senhores do governo. O plano consta de cinco ruas com seus nomes, e outras tantas travessas com os seus nomes, ficando a igreja

90 (69) Docs. Ints., LVII, 250.

com um pátio de cinqüenta braças de comprido, e quarenta de largo; e também uma praça destinada para a cadeia; o que tudo consta do auto da demarcação, e repartição que neste cartório fica.

E porque temos satisfeito esta comissão, que nos foi encarregada, damos parte a V. Excia. para que determine o que for devido sobre este particular. Deus guarde V. Excia. muitos anos. – Porto Feliz em Câmara; 29 de outubro de 1808 De V. Excia. – Muito humildes e obedientes súditos – Antônio de Pádua Botelho, Saturnino Paes de Almeida, José Inácio de Faria, Lourenço de Almeida Lima».⁹¹

Traçaram-se as ruas com largura uniforme (12,0m), formando ângulos retos e cortando a povoação de uma a outra extremidade, em quadras regulares de 88 metros de face. O plano de arruamento, que a Piracicaba valeu a fama de ser uma das cidades mais bem delineadas do Brasil, foi obra de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e a sua execução se deve à diligência do Alferes José Caetano Rosa, nomes esses que a gratidão dos piracicabanos guarda com reconhecimento.

*
* *
*

Nas terras da freguesia iniciava-se nessa época a exploração agrícola como fonte de riqueza. Imensas glebas foram distribuídas em sesmarias, e tão intensamente, que em 1836, em todo o vastíssimo território da já então Vila Nova da Constituição não havia nenhum lote de terras devolutas. A despeito, porém, de necessariamente organizar-se com a formação de grandes latifúndios, a agricultura em Piracicaba principiou acentuadamente democrática, do ponto de vista político-social Não surgiram dessa agricultura quase exclusivamente monocultora da cana de açúcar no seu início – nem grandes senhores de engenho, nem legítimas casas-grandes, nem escravaria numerosa. Ela não deu uma aristocracia rural.

De fato, durante a primeira metade do século XIX, os grandes proprietários das terras de Piracicaba não se tornaram famosos por isso. Se tiveram fama, não foi por causa de suas posses, de suas plantações, de suas casas-grandes, de seus negros. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro seria

91 Cit. por Djalma Forjaz, «O Senador Vergueiro», 83.

o senador do Império, o deputado às Constituintes portuguesa e brasileira, político e homem de governo, e pouco conhecido como agricultor. A despeito mesmo de ter sido o iniciador da introdução do braço europeu na agricultura brasileira. E de ter sido discutido, como fazendeiro, em livros e panfletos. O padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel seria o professor e diretor da Academia de Direito. José da Costa Carvalho o governador da Província, político homem público. Os irmãos Ribeiro de Andrada. O brigadeiro Luiz Antônio de Souza. Todos se tornando notáveis, galgando posições pela inteligência, pelo saber, pelos méritos ou pela astúcia. Nem um, porém, como senhor-de-engenho.

Em 1817, o tombamento acusava para todo o território piracicabano 264 fazendeiros, 35 engenhos e 893 escravos. E a porcentagem de escravos continuaria a ser sempre de pouca monta, até que em meados do século se intensificasse a introdução do braço livre.

Na verdade o latifúndio não encontrou em Piracicaba nenhuma base para fortalecer-se e resistir, na sua forma capitalista. Nem inicialmente na lavoura da cana de açúcar nem mais tarde na do café. O engenho pouco progrediu. De 35 existentes em 1817, seu número passara a 78 em 1836, mais de vinte anos depois, quando já Piracicaba se colocara na situação de uma das mais adiantadas unidades da Província. Sem nunca ter deixado de apresentar, ao lado de seus açúcares, uma considerável produção de cereais e gêneros diversos, além do gado. Produção que a tornou fornecedora de cereais aos municípios e às vilas vizinhas. E nenhuma daquelas 78 propriedades não lembrava em nada a organização latifundiária e escravocrata que caracterizou a autarquia dos senhores-de-engenho do nordeste do país.

Por outro lado, a própria expansão do café contribuiu muito para o retalhamento imediato das terras de toda a zona ituana e de Piracicaba muito especialmente. Na sua marcha à procura de terras novas, o café foi levando o latifúndio cada vez para mais longe, para os sertões do vale do Tietê, para a noroeste, a araraquarense, e deixando aos lavradores de menores posses as terras já usadas mais próximas das povoações. Essa proximidade, e as facilidades de transportes dela decorrentes, permitiam uma exploração lucrativa de cereais e gêneros de alimentação, de que toda a Província andava carecente, em virtude da própria monocultura

do café que abrangera zonas imensas com caráter exclusivista. Isso contribuiu para a generalização de um sistema de policultura e de pequena lavoura – em toda a região povoada do centro-oeste paulista, e particularmente em Piracicaba, boca-de-sertão.⁹²

Além disso, a afluência de pequenos proprietários capazes, e de colonos europeus introduzidos e dispersados na zona das mais importantes colônias de parceria, naturalmente contribuiu para um razoável retalhamento das grandes glebas.

Outros fatores ainda agiram nesse sentido, e muito. Dentre eles, o principal foi a dissolução de uma grande sociedade latifundiária, ocorrida em 1825, quando Piracicaba iniciava sua vida político-administrativa autônoma. Com a morte do brigadeiro Luiz António de Sousa, desfez-se nesse ano a firma Vergueiro & Sousa, principiando então a subdivisão de glebas imensas, que se retalharam em numerosas pequenas propriedades. Limoeiro, Taquaral, Monte Alegre, Pau Queimado, que ainda hoje dão nome a bairros rurais de Piracicaba, foram grandes fazendas daquela sociedade. E delas proveio a maioria das pequenas propriedades rurais do município, sítios e fazendas de pequena lavoura e policultura.

Para traçar aqui um retrospecto da formação, atividade e dissolução da firma Vergueiro & Sousa, a qual teve imensa repercussão na vida econômica de Piracicaba e de outros municípios vizinhos, valemo-nos das pesquisas feitas pelo Sr. Djalma Forjaz ⁹³ de quem transcrevemos os períodos que se seguem, apenas alterados na sua disposição.

«O bacharel e futuro senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro voltou sua atenção «para os sertões de Piracicaba diz Djalma Forjaz ainda comarca da capital e ali tirou, em 1807, de sociedade com o sogro José de Andrade Vasconcelos, a sesmaria, de que se tornou único proprietário e onde fundou o Engenho do Limoeiro ⁹⁴, destinado à cultura da cana e ao fabrico do açúcar.

92 V. Mário Neme, «Um município agrícola», separata da Revista do Arquivo, LVII, 5.

93 Djalma Forjaz, op. cit., 23.

94 Atualmente, tal sesmaria está fracionada entre os municípios de Piracicaba e São Pedro, separados pelo ribeirão do Limoeiro.

A origem do Limoeiro está nas terras devolutas, que Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Capitão José de Andrade Vasconcelos e o Capitão João Lopes França descobriram em 1807 nas margens do rio Piracicaba, no então distrito da Vila de Porto Feliz e comarca de São Paulo.

Tendo requerido em 22 de julho do mesmo ano, obtiveram uma sesmaria nessas terras, por carta de 11 de novembro (Liv. Sesmarias e Patentes, 1807-1810, pg. 25 – Arquivo Estadual), de 2 léguas em quadra, principiando a testada no Ribeirão do Ceveiro, onde o mesmo faz barra no rio e correndo rio abaixo até findarem as 2 léguas, compreendidas as pontas e as enseadas adjacentes à linha de medição e o sertão, ou fundo, para a parte da serra de Araraquara, hoje São Pedro, até onde findarem as 2 léguas, seguindo-se o rumo que corresponder e fizer quadra com a testada.

Nessas terras formaram um estabelecimento de agricultura que ficou conhecido pelo nome de Engenho do Limoeiro, destinado ao plantio da cana e fabricação do açúcar. Vergueiro veio a ficar o único proprietário. Nos primeiros anos este engenho foi dirigido por seu irmão João Manuel Vergueiro, Inspetor dos Dízimos Reais, na freguesia de Piracicaba, onde faleceu em estado de solteiro, em 1815.

Avaliado em 4:200\$000 foi este um dos bens com que Vergueiro, logo depois, entrou para a sociedade com o Brigadeiro Luiz Antônio, sendo então administrado por Damião de Sousa Nogueira.

Aumentaram este domínio outras terras que adquiriu do outro lado do rio. Pertence hoje a diversas pessoas.

Alargando o campo de atividade logo após comprava em 14 de setembro de 1814 demarcada e medida, a sesmaria do Monjolinho, nos conhecidos campos de Araraquara, para ali fazer uma fazenda de criação.

A origem da fazenda do Monjolinho está na sesmaria que o capitão general Antônio José Franca e Horta concedeu por carta de 21 de novembro de 1810 ao sargento-mor Felipe de Campos Bicudo e tenente José de Campos Paes, em terras cujas posses lhes tinham sido transferidas em 1810 por Miguel Alberto de Vasconcelos. Estes sesmeiros, depois de haverem promovido em 1811 a medição da referida sesmaria, que compreende três léguas de “testada” e uma de fundo nos campos de Ara-

raquara, distrito da freguesia de Piracicaba, termo da vila de Porto Feliz; venderam-na em 14 de setembro de 1814 a Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (escritura passada no Cartório do 1.º Tabelião de Porto Feliz, no liv. 5.º, pág. 46) que ali, sob a administração de Estanislau José Antunes, fundou uma fazenda de criação, que já em 1818 tinha 110 cabeças de gado vacum e 10 potros...

Em 1816, concertou uma sociedade agrícola com o Brigadeiro Luiz Antônio, entrando para ela com esta sesmaria: e outros bens.

Em 1825, fazendo a dissolução da Sociedade, Vergueiro deu esta sesmaria em meação dos herdeiros de Luiz Antônio e estes depois venderam a João Alves de Oliveira.

Hoje nela existem cerca de 276 codôminos e nela está edificada parte da cidade de São Carlos.

Pela medição feita quando se tratou de sua divisão, verificou-se que ela tinha cerca de cinco mil e tantos alqueires.

Comprada pelo Senador pela quantia de 500\$000 foi avaliada em 2:502\$000 em 1817, quando foi organizada a sociedade Sousa & Vergueiro; e seu valor já foi computado em 7:133\$200 quando foi dissolvida esta mesma sociedade e hoje, representa cerca de alguns milhares de contos. Isto dentro de cem anos.

Feliz nas primeiras tentativas, forçoso era dar-lhes maior desenvolvimento. Para isso era necessário um sócio, um companheiro.

O sócio e companheiro, encontrou ele na pessoa do brigadeiro Luiz Antônio de Sousa, nome que deve ser pronunciado com respeito entre os que figuram como beneméritos desta terra.

Um completava o outro; da aliança dessas duas vontades, ia a capitania auferir grandes resultados, embora o destino não permitisse que a sua duração fosse longa.

Assim, em 20 de julho de 1816, por escritura pública em notas do primeiro tabelião desta cidade, constituíam por tempo indeterminado uma sociedade, cujo objeto era a criação de animais e fabricação de açúcar.

Vergueiro entrou com o Engenho do Limoeiro e Fazenda do Monjolinho Sousa forneceu as quantias com que foram comprados o Taquaral e Monte Alegre, e se obrigou a dar os fundos necessários para o aumento dos interesses sociais.

O sítio do Taquaral situado na estrada de Piracicaba para Itu foi formado em terras da sesmaria do Taquaral concedida a Inácio de Almeida Lara e Pedro Lemos de Oliveira.

Estes venderam-na a Luiz Teixeira de Toledo e, por morte deste, foi arrematada em hasta pública pela quantia de 1:300\$000 por Nicolau Vergueiro e Luiz Antônio de Sousa, aos 9 de junho de 1816 (Auto de arrematação no Inventário de Toledo – 1.º Ofício de Piracicaba).

Tinha de testada mais ou menos 1.000 braças e de fundo duas léguas e formava três estabelecimentos, dois com criação sem escravos e outro com Engenho e quatrocentos escravos.

Subdividido em diversas fazendas, estas hoje valem mais de 2 mil contos e são decorridos apenas cem anos.

O sítio de Monte Alegre, que pertencia ao Padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, foi vendido pela quantia de 2:500\$000 a Vergueiro & Sousa em 12 de agosto de 1816. A escritura de compra se encontra em Itu, livro 22, pág. 45, 1.º Ofício.

Situado no bairro do rio acima da freguesia de Piracicaba, tinha 700 braças de testada no mesmo rio e meia légua de sertão; abrindo para o fundo, conforme o rumo de composição feito com José Alves.

Todos os bens estavam situados no distrito da Vila da Constituição, onde Vergueiro fixou residência de 1816 a 1825.

A este cabia administrar os fundos da sociedade, e escolher os administradores. Estes foram Damião de Souza Nogueira, do Limoeiro; João Paes de Almeida, do Monte Alegre; Francisco de Paula, do Taquaral; e Estanislau José Antunes, do Monjolinho.

Tendo sido, em 1817, demarcada e dividida a sesmaria do Morro Azul, na qual teve partes e onde fundou o Engenho de Ibicaba, Vergueiro incorporou-se à sociedade; outro tanto fez com um trato

de terra comprado a José Antônio nas vertentes e salto do Ribeirão do Tatu.

Querendo Vergueiro & Sousa formar um grande estabelecimento nessa região e precisando, portanto, aumentar o terreno que já tinham, requereram uma sesmaria de uma légua de testada e duas de fundo. Obtendo-a pela Carta de 6 de maio de 1818, desistiram dela quando viram que na dita região já se encontravam inúmeros posseiros.

Neste mesmo ano a sociedade aumentava o sítio do Taquaral adquirindo junto, no lugar denominado – Pau Queimado – terras com benfeitorias de Antônio Coelho Barbosa e Antônio Mariano de Brito (Cartório do 1.º Ofício de Porto Feliz, liv. 6.º, pág. 199 e 201 v.).

Nesse empreendimento foi Sousa o homem do capital e Vergueiro o das realizações.

A sociedade foi tomando um rápido desenvolvimento e dando belo impulso ao progresso agrícola e industrial da província.

Ja já em plena evolução quando em 30 de maio de 1819 morre o Brigadeiro Luiz Antônio de Sousa, que, além de sócio, era um grande amigo de Vergueiro. Este, porém, continuou a dirigir a sociedade até 1825, quando, por haver D. Genebra de Barros Leite, senhora de grandes méritos e viúva daquele Brigadeiro, convolado a segundas núpcias em 16 de julho de 1822 com o Dr. José da Costa Carvalho, este procedendo a inventário, ajustou com Vergueiro a dissolução da mesma. O dístrato também se encontra no cartório do 1.º Tabelionato, de São Paulo, liv. de notas n.º 27, pág. 54.

Por ele era entregue o Monjolirinho, para a meiação dos herdeiros do sócio falecido, ficando Costa Carvalho com o Monte Alegre, Taquaral e Limoeiro; e Vergueiro com o Engenho do Morro Azul, denominado Ibicaba, e as terras do Tatu, que também pertenciam ao mesmo Engenho, ainda que dele separadas.

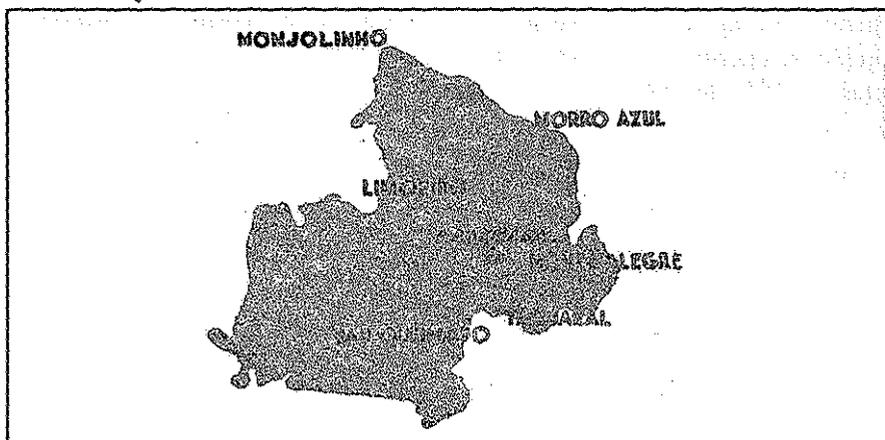
Nesses bens está a origem da abastança de algumas famílias de São Paulo; avaliados na fundação da sociedade em 25:996\$100 na sua dissolução representavam o valor de 58:413\$800, cabendo a Sousa 42:781\$969 e a Vergueiro 15:631\$831.

O Monjolinho, em cujas terras está parte da cidade de São Carlos, desmembrou-se em muitas fazendas. Há 107 anos comprado por 500\$000 representa hoje alguns milhares de contos, e conta 200 e muitos condôminos.

Já Vergueiro nessa ocasião gozava de grande influência na zona compreendendo os atuais municípios de Campinas, Piracicaba, Itu, Porto Feliz, Limeira, Rio Claro, Araraquara. Conquistara-a: pelos conhecimentos agrícolas, pelas idéias adiantadas, pelo espírito liberal, e pelo esforço em promover a fatura de estradas de rodagem, a fim de se facilitarem as comunicações entre aqueles povoados. Já era o espírito civilizador daquelas paragens.»

*
* *
*

Rápido golpe de vista sobre a localização dessas grandes propriedades, que por um lado abrangiam quase todo o território do atual município piracicabano, e por outro o excediam de muito, revela as importantes conseqüências da dissolução da firma Vergueiro & Sousa, em 1825, data em que principiou o desmembramento das glebas, assim se formando o quadro das propriedades rurais de Piracicaba, que hoje contém um total de quase 3.000 unidades de vários tamanhos, na maioria localizadas dentro dos limites, das antigas sesmarias do Limoeiro, Monte Alegre, Taquaral e Pau Queimado.



CAPÍTULO XIV

Abertura de estradas – Demite-se o capitão Francisco Franco da Rocha – Nomeação de Domingos Soares de Barros – Representação dos piracicabanos pedindo a elevação da freguesia a vila – Advertências do capitão-general a Carlos Bartolomeu – De novo em foco a questão das terras patrimoniais

A 22 de março de 1809 respondia Franca e Horta aos vereadores de Porto Feliz louvando o serviço do arruamento da freguesia de Piracicaba, e pedindo seu parecer para uma representação do bacharel Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, em que propunha a construção de uma nova estrada de São Paulo a Piracicaba, passando por Campinas ou Jundiá. Dizia então o capitão general:

«Recebi o Ofício que V. Mcês. me dirigiram em data de 29 de outubro passado dando-me parte de haverem cumprido a ordem do governo interino para fazerem o alinhamento do terreno delineado para a povoação de Piracicaba de que lavraram os competentes. Autos de demarcação e repartição de terreno: — o que muito lhes louvo, e lhe ordeno remetam à Secretaria deste Governo um traslado autêntico do dito Auto para também nela se guardar. Remeto a V. Mcês. por cópia assinada pelo coro-

nel Manuel da Cunha de Azevedo Coutinho Souza Chichorro, Secretário deste Governo a representação que me fez o bacharel Nicolau Pereira de Campos Vergueiro em que propõe a fatura de uma nova estrada desta cidade para a dita povoação de Piracicaba pela vila de São Carlos⁹⁵ ou pela de Jundiá para que V. Mcês. examinando seriamente o seu conteúdo me informem com o seu parecer se é útil ou não a dita nova estrada, e no caso de assim o parecer qual o meio mais cômodo, e menos oneroso ao público para se fazer a dita estrada, e participo a V. Mcês. que esta mesma informação peço as Câmaras de São Carlos e Jundiá». ⁹⁶

Advertência mais séria, porém, reservou Franca e Horta para o «post-scriptum»: «P.S. Atendendo V.mcês. que muito me interesse na abertura deste caminho em razão do bem público».

E por se interessar realmente nessa estrada tratou logo o governador de apressar as providências necessárias para a sua construção. A 18 de maio do mesmo ano, dois meses após, escrevia ao Ouvidor Geral da Comarca, Miguel Antônio de Azevedo Veiga, dizendo: – «Tenho presente o officio que Vmcê. me dirigiu em 17 do corrente mês, e ano (dia anterior e com grande satisfação vejo as acertadas providências que Vmcê. deu para se efetuar o caminho, que mais breve dê comunicação à freguesia de Piracicaba com esta cidade, o que louvo muito»... ⁹⁷

Não obstante todo o interesse do capitão-general, essa estrada só foi construída depois de 1820, após a nomeação de Campos Vergueiro para o cargo de inspetor particular das estradas do distrito da freguesia de Piracicaba.⁹⁸ Mas Franca e Horta, ainda por proposta de Vergueiro, mandava «restabelecer o picadão que muitos anos antes tinha sido aberto pelo capitão-general Antônio de Melo Castro e Mendonça; entretanto, esse picadão não pôde ser restabelecido senão em parte, até o ribeirão do Toledo, porque daí por diante foi aproveitado o chamado caminho dos moradores, aliás intransitável no tempo das águas, nas duas passagens do Quilombo. Por proposta de Vergueiro foi incumbido da direção do

95 Antigo nome do município de Campinas.

96 Docs. Ints., LVIII, 115.

97 Docs. Ints., LVIII, 148.

98 V. Nota D, no fim do volume: informações acerca das primeiras estradas de Piracicaba e atuação de Vergueiro.

serviço da restauração do picadão o Alferes Manuel Pinto de Arruda, que o transferiu ao sargento-mor Domingos Soares de Barros. Esse serviço foi executado por populares»; ⁹⁹

*
* *

Em boa hora reaparece nestas notas o alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda, em companhia do sargento-mor Domingos Soares de Barros.

Como já vimos, a propósito daquele personagem, que capitaneava os parentes e filhos de Carlos Bartolomeu, dizia Silveira Melo: – «o audacioso e turbulento alferes Manuel Joaquim de Arruda Pinto»...

Vejamos uma carta do capitão-general enviada ao capitão-mor de Porto Feliz em 8 de fevereiro de 1810. Dizia Franca e Horta:

«Tendo chegado à minha presença Manuel Joaquim Pinto em observância das ordens, que para isso dirigi a V. Mcê., em consequência do seu ofício de 14 de janeiro deste ano, o repreendi severamente pelos fatos de desobediência, que V. Mcê. me expôs ele haver cometido contra V. Mcê., e contra o capitão do distrito de Piracicaba: ele prometeu emenda de seus desacordos, e que ia dar uma satisfação a V. Mcê., e ao dito capitão na conformidade do que lhe ordenei, e portanto é ele mesmo o próprio condutor desta de que passou recibo na Secretaria do Governo, e V. Mcê. me avisará se ele cumpre com a promessa, que me fez – caso a Câmara o torne a nomear para Inspetor do novo caminho, tendo-lhe ordenado que peça ao capitão a gente precisa, e que não se meta a nomeá-la ele mesmo e espero de V. Mcê. tome a seu cuidado o animar a conclusão do dito caminho em que muito se interessa o público, e eu – Deus guarde a V. Mcê. São Paulo, 8 de fevereiro de 1810 – Antônio José da Franca e Horta – Sr. Francisco Corrêa de Moraes Leite capitão-mor da Vila de Porto Feliz» ¹⁰⁰

*
* *

⁹⁹ Djalma Forjaz, op. cit., pág. 115.

¹⁰⁰ Docs. Ints., LVIII, 293.

Esse novo caminho é o já mencionado, que iria fazer a ligação de Piracicaba com Campinas. E é de presumir-se não tivesse sido de novo nomeado o alferes Manuel Joaquim para o cargo de inspetor da construção, tendo a escolha dos vereadores de Porto Feliz recaído na pessoa do sargento-mor Domingos Soares de Barros.

Este, que muito contribuiu para o progresso e desenvolvimento de Piracicaba, deveria ser nomeado capitão-comandante da freguesia no ano seguinte, com a demissão de Francisco Franco da Rocha.

Em março de 1811 concordava o governador da Capitania, «bem a seu pesar», em conceder a exoneração solicitada pelo comandante de Piracicaba, a quem Franca e Horta chamava «o benemérito capitão». A comunicação do governador dirigida ao capitão-mor de Porto Feliz é uma homenagem oficial aos méritos de Franco da Rocha. Dizia: «Recebi o ofício de 11 do corrente acompanhado da carta que lhe escreveu o benemérito capitão de Piracicaba Francisco Franco da Rocha; bem a meu pesar consinto em que ele seja demitido do real serviço atentas as suas razões de moléstia, velhice e falta de posses; porém, pelos seus bons serviços ordeno que ele seja conservado em todas as suas honras militares usando dos seus competentes uniformes. Vmcê. faça a nova proposta com a Câmara e muito lhe recomendo nomeiem três sujeitos do distrito em que concorram circunstâncias iguais à do capitão Francisco Franco para eu poder descansar a respeito do aumento daquela freguesia remeto-lhe a carta do dito capitão Francisco Franco a qual deve com a proposta».¹⁰¹

Não temos indicação segura da nomeação de seu substituto; mas tudo autoriza a afirmar que Domingos Soares de Barros tenha sido nomeado nesse mesmo ano de 1811. O certo é que em 1816 assinava ele, na qualidade de capitão-comandante da freguesia, e em companhia do padre Amaral Gurgel, vigário da paróquia, o atestado que acompanhou uma representação dos moradores do distrito pedindo a elevação de Piracicaba à categoria de Vila.

Mas antes que essa representação fosse enviada para São Paulo, deviam ocorrer no povoado novos distúrbios provocados pelos Botelhos. Já se sabia então, em meados de 1811, que Franca e Horta ia ser substituído

101 Docs. Ints., LIX., 197.

no governo da Capitania por Luiz Teles da Silva, Marquês de Alegrete. Prevalendo-se da próxima partida de quem tanto lhe embargava os passos, Carlos Bartolomeu se pôs a ameaçar a população, dizendo que com a posse do novo capitão-general, voltaria ele ao comando da povoação, o que apresentava sombrias perspectivas de vinganças e desforras.

Mas, por certo, Franca e Horta não estava de acordo com esses planos de Carlos Bartolomeu e não quis deixar o governo de São Paulo sem antes persuadi-lo a entrar em bom comportamento. Por isso, em 16 de agosto desse ano, ordenava ao capitão-mor da vila de Porto Feliz: «Tenho presente o ofício que V. Mcê. me dirigiu a 12 do corrente queixando-se do sargento reformado Carlos Bartolomeu de Arruda, e que ele ameaça o povo de Piracicaba de que com a chegada do Exmo, Snr. Marquês de Alegrete há de tornar ao comando da dita freguesia; por isso ordeno a V. Mcê. o mande prender e que venha à sala deste governo».¹⁰²

*
* *
*

Não se tratava, porém, de simples ameaças do ex-comandante de Piracicaba. A questão das terras patrimoniais se reacendia na povoação, opondo-se decididamente aos Botelhos o vigário Amaral Gurgel e o bacharel Campos Vergueiro, além de Domingos Soares de Barros, que se tornaria mais tarde principal chefe dessa oposição.

As duas cartas seguintes, enviadas, a primeira para o capitão-mor de Porto Feliz, e a segunda para a Câmara da mesma vila, indicam-nos qual o motivo das reclamações dos piracicabanos. Escrevia o governador da Capitania para Francisco Corrêa de Moraes Leite:

«Chegou a esta cidade o sargento-mor das ordenanças reformado Carlos Bartolomeu de Arruda, e eu tive o gosto de fazer-lhe ver que o terreno que ele chamava seu não era, e sim do público, e ele em reconhecimento disso assinou na Secretaria deste governo um termo que eu remeto por cópia à Câmara dessa vila, para o fazer registrar nos seus livros com a carta inclusa, que Vmcê. mandará entregar depois de ler. Eu espero que Vmcê. daqui por diante viverá em sossego com o dito sargento-mor, tratando-o com a

102 Docs. Ints., LIX, 266.

urbanidade e respeito, que ele pelo seu posto merece de sorte que não torne à presença deste governo queixas de parte a parte. Deus guarde Vmcê. São Paulo, 27 de setembro de 1811. Antônio José da Franca e Horta». ¹⁰³

E para os vereadores de Porto Feliz:

«Tendo chegado a esta cidade o sargento-mor de ordenanças reformado Carlos Bartolomeu de Arruda, e ouvindo-se na presença do Rev. Vigário de Piracicaba e bacharel Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, tive a satisfação de convencê-lo de que o terreno em que ele não queria deixar cortar madeiras não era de sua propriedade, mas sim do povo, e disto ele assinou um termo na Secretaria deste Governo que eu remeto a Vmcê. por cópia para com esta minha carta, ser registada nos livros dessa Câmara, e a todo o tempo constar que o terreno questionado é do público, a quem se necessário é eu por essa o dou para logradouro dos moradores da povoação de Piracicaba; e Vmcês. assim o mandam publicar na dita freguesia para chegar a notícia a todos.

Deus guarde Vmcês. São Paulo, 27 de setembro de 1811. Antônio José da Franca e Horta». ¹⁰⁴

A 1.º de novembro de 1811 tomava posse do governo da Capitania Luiz Teles da Silva, Marquês de Alegrete, que permaneceu no cargo até 20 agosto de 1813, sendo substituído interinamente por um triunvirato, de que participavam o bispo D. Mateus Pereira, o ouvidor D. Nuno Eugênio de Lossio e o intendente da marinha Miguel José de Oliveira Pinto. A 8 de setembro de 1814 assumiu a governança de São Paulo D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de Palma, depois marquês do mesmo nome.

*
* *
*

Para esse capitão-general enviaram os moradores de Piracicaba, em 17 de junho de 1816, a representação seguinte, solicitando a elevação de freguesia a vila:

103 Docs. Ints., LIX, 278.

104 Docs. Ints., LIX, 279.

«Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor – Dizem os moradores da freguesia de Piracicaba que, tendo a felicidade de ocuparem o terreno mais fértil conhecido e de verem cada dia aumentar o número dos cultivadores, achando-se já levantados dezoito engenhos de cana de açúcar e mais 12 em disposição de se levantarem, com vinte e duas fazendas de criar, das quais há cinco anos só existia uma, e dos engenhos mui poucos; lhes é sumamente doloroso verem que a população não pode crescer ao ponto que prometem suas favoráveis circunstâncias, nem com aquela disciplina que convém à boa ordem social e serviço de Sua Majestade, enquanto não houver naquela freguesia justiça que façam observar as benéficas leis e mantenham sossego público, o que jamais se poderá obter sem que seja erigida em vila. A atestação junta mostra que o número dos habitantes excede já a dois mil e duzentos, que metade da freguesia pertence à Vila de Porto Feliz, donde dista doze léguas, e a outra metade a Itu, donde dista catorze, sem contar a distância de quarenta ou cinqüenta léguas em que para outro lado estão espalhados os moradores. Estas distâncias e a mistura de duas jurisdições (que também ocasiona graves inconvenientes) mostram com evidência a necessidade de vila para a qual já basta o número dos habitantes. A criação desta vila terá também grande influência nos interesses gerais desta capitania, de Goiás a Cuiabá porque facilitando o roteamento do sertão desconhecido entre as três capitanias, fará um dia, e não muito tarde, mais curtas as suas comunicações para o que já se tem avançado muito no roteamento nos campos de Araraquara. É por tão ponderosos motivos que os suplicantes desejam implorar a Sua Majestade a mercê de mandar erigir em vila a dita freguesia, suplicando ao mesmo tempo a mercê de a denominarem – Joanina – por derivação do augusto nome de Sua Majestade e em sua perpétua memória. Sendo, porém, de tanta justiça e de tanto interesse público a causa dos suplicantes, eles se encontram sem meios de levá-la à augusta presença de Sua Majestade em razão da grande distância e da falta de relações na corte: felizmente conhecem os suplicantes o constante e ativado zelo com que Vossa Excelência serve a Sua Majestade e promove os interesses desta capitania e por isso, nas circunstâncias ponderadas, não duvidam merecer a mediação de Vossa Excelência em objeto que toca a tantos interesses dignos de atenção; e nestes sentimentos que os suplicantes recorrem e pedem a Vossa Excelência sirva-se levar à augusta

... e deo ...
... e deo ...



... e deo ...
... e deo ...

... e deo ...

... e deo ...

presença de Sua Majestade a petição dos suplicantes, parecendo-lhe digna da mercê que imploram. – E receberão mercê».¹⁰⁵

É o seguinte o atestado que acompanhou essa representação:

«Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, vigário colado da freguesia de Piracicaba, e Domingos Soares de Barros, capitão-comandante da mesma, atestamos o seguinte:

A freguesia de Piracicaba está situada sobre uma planície elevada, sobre o rio do mesmo nome, onde este faz um formoso e grande salto, do qual facilmente se conduz água para banhar um lado da freguesia e tocar todas as máquinas possíveis. Seu território está parte no distrito da Vila de Itu donde dista 14 léguas, e parte no da Vila de Porto Feliz, donde dista 12 léguas, ficando estas vilas ao sul. A leste confina com a Vila de São Carlos (Campinas) que dista 10 léguas. Ao norte tem moradores até sete dias de viagem e segue adiante o sertão desconhecido que confina com Goiaz e Cuiabá. A oeste tem moradores até cinco léguas pelo rio abaixo e segue o sertão do mesmo rio de Tietê e Paraná. O terreno é fertilíssimo, abunda muito em massapé roxo, o marne, o mais próprio para produção de cana de açúcar.

Ao norte tem os campos de Araraquara, de que ainda se não conhece a extensão muito próprios para a criação de gados.

Tem ao presente mais de duas mil e duzentas almas não tendo há cinco anos talvez, a metade, e está crescendo de dia a dia com povoadores que vêm de fora, atraídos pela fertilidade do terreno. Tem ao presente catorze engenhos de açúcar pela maior parte fabricados de novo, quatro de aguardente e estão se dispondo mais doze, tendo capacidade para um número incomparavelmente maior. Tem vinte e duas fazendas de criar, de que há oito anos só existia uma. No meio de circunstâncias favoráveis, que prometem o rápido crescimento desta povoação, sentem os moradores pacíficos grande incômodo e vexação na grande distância a que precisam recorrer a procurar

105 Prudente de Moraes, «Piracicaba – Apontamentos Históricos», in Almanaque Literário da Província de São Paulo, 1878.

a proteção das leis por meio dos magistrados; e por isso nos parece de grande necessidade erigir-se em Vila. Por ser verdade todo o referido, passamos a presente atestação por um de nós escrita e por ambos assinada.

Piracicaba, 17 de junho de 1816 – Manuel Joaquim do Amaral Gurgel -Domingos Soares de Barros. ¹⁰⁶

106 Prudente de Moraes, op. cito

CAPÍTULO XV

Elevação de Piracicaba à categoria de vila – Levantamento do Pelourinho – A primeira eleição – Derrota dos “40 Coligados” – Primeira ata da câmara da nova vila – Medidas tomadas para o “bem comum e da república” – Aclamação de D. Pedro I – Um fato lamentável

O Conde de Palma se interessou muito por essa pretensão dos piracicabanos. Enviando o requerimento para a Corte, juntou uma informação francamente favorável à idéia da elevação do distrito à categoria de vila, dizendo:

«Senhor

Os moradores da Freguesia de Piracicaba uma das da Comarca da Vila de Itu desta Capitania me fizeram o requerimento incluso pedindo a ereção daquela Freguesia em Vila não só por estar pertencendo o seu distrito às duas Vilas de Itu e Porto Feliz, mas também por ter acima de dois mil habitantes contendo mais de dezoito engenhos com vinte e duas fazendas de criar; além de muitos outros engenhos e fazendas, que se estão principiando.

Sobre esta pretensão mandei informar o Desembargador Miguel Antônio de Azevedo Veiga, Ouvidor daquela Comarca, Magistrado, que

me merece particular atenção, ouvindo as Câmaras das ditas duas Vilas, e que examinasse se os suplicantes estavam prontos a erigir à sua custa Casa de Câmara, Cadeia, e Pelourinho.

Ponho na augusta presença de V. Majestade a informação que me deu o dito Ouvidor, e as respostas das Câmaras; todos convêm que se crie a mencionada Vila nova e em terceiro lugar vai por cópia o Termo que assinaram os moradores de Piracicaba para fazerem à sua custa os edifícios necessários.

Ainda que muitas vezes eu tenha sido contrário a criação de novas Vilas, por isso que os povos as pretendem erigir em lugares destituídos das circunstâncias necessárias, e de pessoas suficientes para exercerem os cargos públicos, com tudo parece-me que esta se deve erigir; porque o principal ramo de comércio desta Capitania é o açúcar; nas terras adequadas às canas é onde se formam as maiores povoações; as da Freguesia de Piracicaba são as melhores de toda esta Capitania, em consequência é grande a afluência de gente que vai povoando aqueles sertões, que por isso dão esperança de que a Vila, que ali se criar irá sempre em aumento. São estas as razões que me obrigam a concordar com a justa representação dos povos, e mesmo suplicar a V. Majestade a mercê da dita criação: Dignando-se em tal caso de lhe fazer mercê de uma légua de terra em quadra para ser aforada em pequenas glebas e servir de patrimônio à nova Câmara. São Paulo, 10 de outubro de 1816 – Conde de Palma».¹⁰⁷

Na Corte, o papel recebeu, poucos dias depois, despacho favorável do Procurador da Coroa, que dizia:

«Conformo-me com o Governador e Capitão-General informante para se erigir em vila a povoação de Piracicaba com a denominação – Vila de Piracicaba – tendo por termo o território de sua Freguesia; visto que, além das razões muito oportunamente ponderadas pelo Governador informante, que mostram a utilidade desta criação, concorre a de se fazer cessar por este meio o conflito de jurisdições, que sofrem os moradores da dita Freguesia por ser pertencente uma parte do seu território à Vila de Itu, e outra parte à Vila de Porto Feliz, de maneira que eles se oferecem a

107 Ms. no «Arquivo Público Nacional», do qual publicamos neste volume cópia fotográfica, cedida gentilmente pelo prof. Tito Lívio Ferreira.

fazer à sua custa a Cadeia, Casas da Câmara, e Pelourinho; o que deverá ser regulado debaixo da inspeção desta Mesa.

Deve-se portanto consultar nesta conformidade a criação da sobredita Vila, havendo-se desde logo por desmembrado das sobreditas vilas um e outro território com todos os rendimentos, que neles pertencessem até agora às mesmas Vilas, que ficarem pertencendo à Câmara desta nova Vila a bem de seu patrimônio; e sendo o mesmo Senhor servido conceder-lhe mais patrimônio uma légua de terra em quadra por sesmaria conjunta, ou separadamente, onde a houver para ser aforada pela Câmara em pequenas porções por emprazamentos perpétuos com foros razoados e os laudêmios da lei; observando-se acerca de tais emprazamentos o Alvará de 23 de julho de 1766. Deverá outrossim igualmente consultar-se a Sua Majestade a criação de dois Juízes Ordinários e um dos Órfãos, três vereadores, um Procurador, e um Tesoureiro do Conselho; e dois Almotacés na forma da Lei do Reino; e assim também dois Tabeliães do Público Judicial, e Notas / ficando anexo ao 1.º os Ofício de Escrivão da Câmara, Sisas, e Almotaçarias, e ao 2.º o de Escrivão dos Órfãos / e finalmente um Alcaide, e um Escrivão deste Ofício» – Assinado com sigla.

Assim, antes de findar o ano de 1816, já estava tudo preparado para a promulgação da ordem régia elevando Piracicaba à categoria de Vila. No entanto, cinco anos se passaram, sem que fosse atendida a petição dos piracicabanos.

A 25 de abril de 1819 o Conde de Palma foi substituído por João Carlos Augusto Oeynhausén Grevembourg, que governou a Capitania até 23 de junho de 1821, dia em que, com grandes manifestações de júbilo popular, foi aclamado e empossado o Governo provisório de São Paulo.

Na sua 53ª sessão, realizada a 29 de outubro do mesmo ano, esse governo deliberou mandar erigir em vila as freguesias de Franca e Piracicaba, esta sob a denominação de Vila Nova da Constituição.¹⁰⁸

Assim reza a ata dessa sessão:

108 V. Nota E, no fim do volume: informação sobre a restituição do antigo nome de Piracicaba ao município.

«1º – Leu-se, e aprovou-se a Ata da Sessão antecedente, e lidos os officios, e requerimentos, e discutidos os negócios o correntes se deferiu ao que pareceu de justiça.

2º – Deliberou-se que em observância das Instruções Régias de 26 de janeiro de 1765, e Carta Régia de 22 de julho de 1766, dirigidas a este governo, e o estilo praticado pelos excelentíssimos capitães-generais desta província se espessam as ordens para se erigir em vila as freguesias da Franca com a dos Batatais que se denominará – Vila Franca d’EI Rei – e a de Piracicaba com Araraquara, que se chamará – Vila Nova da Constituição – depois do que se participará a Sua Alteza Real o sereníssimo senhor príncipe regente deste reino.

3º – Mandaram-se expedir portarias para diversos objetos.

4º – E com estas deliberações se deu por finda a sessão, que foi assinada por suas Excelências. Palácio do Governo de São Paulo, 29 de Outubro de 1821.¹⁰⁹ Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro, Secretário do Expediente geral do governo a escreveu. – João Carlos Augusto de Oeynhausien, Presidente, Lázaro José Gonçalves, Secretário, Miguel José de Oliveira Pinto, Secretário, Antônio Maria Quartim. André da Silva Gomes. Antônio Leite Pereira da Gama Lobo. Manuel Rodrigues Jordão. Francisco Inácio de Souza Queiroz. Francisco de Paula e Oliveira. João Ferreira de Oliveira Bueno, Daniel Pedro Muller.»¹¹⁰

*
* *

Prudente de Moraes, no «Almanaque Literário da Província de S. Paulo» de 1878, diz que o governo da província, «por portaria de 31 de outubro desse ano (1821), mandou erigir a freguesia de Piracicaba em

109 Está evidente, à vista desse documento, o engano de Azevedo Marques, quando disse (Apontamentos, 104) que Piracicaba fora «elevada à vila com o título que ora tem (Vila Nova da Constituição), por um decreto do ano de 1823 alusivo ao pacto fundamental que nessa época se discutia na assembléia constituinte».

E ao erro da data da elevação a vila está condicionado o seu segundo engano, porquanto o título de Vila Nova da Constituição fora dado a Piracicaba em homenagem à Constituição portuguesa, nesse ano promulgada e à qual aderira o Brasil unanimemente, e que de tristes conseqüências deveria ser para Portugal.

110 Docs. Ints., II, 79.

vila, porém, em vez de dar-lhe o nome de Vila Joanina – por derivação do augusto nome de Sua Majestade em sua perpétua memória, como haviam pedido seus habitantes, deu-lhe o nome de – Vila Nova da Constituição – em atenção e para perpetuar a memória da Constituição portuguesa, promulgada nesse ano, a qual aliás bem pouco durou».

E continua:

«Em execução dessa portaria, o ouvidor de Itu, João de Medeiros Gomes, transportou-se para esta povoação e no dia 10 de agosto de 1822 erigiu em Vila com a denominação de Vila Nova da Constituição – em presença de grande concurso de povo, convocado por edital e que mostrou grande alegria e satisfação pela ereção da vila e sua denominação, como atesta o respectivo auto.

No mesmo dia, com assistência de grande parte da nobreza e povo da nova vila, o ouvidor mandou levantar o Pelourinho como sinal de jurisdição, alçada e respeito à justiça, dando por essa ocasião vivas à sua Alteza real, às cortes, e à Constituição, como consta do auto, que se lavrou e foi assinado pelo ouvidor, vigário e outras pessoas».¹¹¹

Assim reza a Ata do levantamento do Pelourinho e demarcação do terreno para as casas da câmara, cadeia, casinhas e açougue»:

«Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte dois, aos dez dias do mês de agosto do dito ano, nesta Vila Nova da Constituição, há pouco ereta, onde se achava presente o Ministro Desembargador João de Medeiros Gomes, Ouvidor Geral Corregedor, comigo escrivão de seu cargo ao diante nomeado e sendo aí em um terreno fronteiro ao pátio da matriz, entre a rua Direita e as casas de João Vicente e para os fundos a rua nova do Conselho, foi demarcada uma praça de cento e oitenta e seis palmos de frente com quatrocentos de fundo que vai contestar na dita rua nova do Conselho, cuja frente foi destinada por ele Ministro para fatura da casa da Câmara, cadeia e casinhas, ficando no centro o Pelourinho o qual achando-se já preparado, lavrado e oitavado de madeira de cabreúva grossa, e composto com quatro braços de ferro com seus argolões, nas quatro faces, tendo em cima do capitel

111 Prudente de Moraes, op. cit.

uma haste de ferro sustentando um braço com um cutelo, e uma bandeirinha no cimo, havendo-se preparado todo o terreno e o mais necessário para o levantamento do dito Pelourinho, com a assistência de grande parte da nobreza e povo¹¹² desta vila e seu termo, assim pessoas eclesiásticas como seculares: mandou ele ministro a mim escrivão ler em alta voz o auto da ereção desta vila, e depois da dita leitura foi por ele ministro proclamado vivas à Sua Alteza real, às cortes do Brasil e à Constituição, mandando levantar ao alto o dito pelourinho que ficou posto no centro da praça, ficando esta demarcada com quatro marcos de pau de peroba lavrada nas quatro faces e em cada uma delas impressa a letra – C – em significação do nome da Constituição, com que é denominada esta vila, concluindo-se todo este ato com demonstrações de júbilo e contentamento pelos repetidos vivas e aclamações que naquele ato se deram e em tudo para o constar mandou ele ministro fazer este auto em que se assinou com as pessoas presentes. Eu José Manuel Lobo, escrivão da Corregedoria Geral e Correção o escrevi. – João de Medeiros Gomes. – O Vigário Manuel Joaquim do Amaral Gurgel. – O Padre Miguel Joaquim do Amaral Gurgel. – O Capitão Domingos Soares de Barros». (Seguem-se mais 52 assinaturas de pessoas que assistiram ao levantamento do Pelourinho).¹¹³

*
* *

Isso foi no dia 10 de agosto de 1822. Mas desde o dia seis estava já assinado pelo ouvidor geral da comarca de Itu, João de Medeiros Gomes, o termo de abertura do livro n.º 1 das atas das sessões da Câmara da vila de Piracicaba. A esse livro, e aos subseqüentes, está condicionada de um modo geral a história da vila e cidade de Piracicaba.

Sabe-se por informações de contemporâneos que a primeira eleição de vereadores da nova vila foi muito disputada, de um lado pelos partidários dos quarenta coligados e de outro pelos seus adversários, que saíram vencedores. Naturalmente que estava de novo acesa a questão das terras patrimoniais, em virtude da demarcação do rossião, para o que foi toma-

112 Clero, nobreza e povo constituíam as classes sociais da população. Povo era a classe não privilegiada, à qual pertenciam: «homens bons» ou «vizinhos», que eram o elemento político das vilas; colonos, foreiros, solarengos, tributários, etc.

113 «Almanaque de Piracicaba para 1900», pág.133.

do como centro o Pelourinho, medindo-se quatro rumos de um quarto de légua cada um, abrangendo assim as terras pretendidas pelas famílias Arruda Botelho, Fonseca e Sousa e seus aliados.

*
* *
*

Aquele primeiro livro de atas principia com a vereança que houve a 11 de agosto de 1822, quer dizer no dia seguinte ao em que fora levantado o Pelourinho, «como sinal de jurisdição, respeito e alçada à justiça». Essa reunião realizou-se na casa de residência do juiz presidente¹¹⁴ capitão João José da Silva e a ela compareceram os vereadores Xisto de Quadros Aranha, Garcia Rodrigues Bueno, Miguel Antônio Gonçalves e o procurador Pedro Leme de Oliveira.

Deliberou a Câmara nomear os seguintes funcionários: alcaide – Inácio de Almeida Lara¹¹⁵; porteiro – Manuel Rosa; carcereiro – João de Passos; tesoureiro da Dízima – Francisco Fernandes de Sampaio; tesoureiro do selo – João da Fé do Amaral Gurgel.

E resolveu ainda marcar para o dia 18 do mesmo mês as eleições dos eleitores da paróquia, para o que se expediu edital. E assinava a primeira ata, e outras seguintes, o escrivão Francisco José Machado.

Deliberação mais importante ia ser tomada no dia seguinte, quando se realizou a segunda reunião. Essa foi na casa do ouvidor geral e corregedor da comarca, João de Medeiros. Gomes, por quem foi proposto que, «em virtude da portaria do governo provisório de São Paulo de trinta e um de outubro do ano passado (é a portaria referida por Prudente de Moraes), pela qual se mandou erigir esta povoação em vila, se fazia necessário estabelecer uma finta de acordo com a Câmara para as obras públicas dos Paços do Conselho, cadeia e casinhas (mercado público), que se

114 Em cada vila funcionava uma Casa da Câmara, que se compunha de dois Juizes Ordinários, dois ou mais vereadores e um procurador. Uns e outros eram eleitos dentre os «homens bons» ou «vizinhos» da vila. Os juizes ordinários eram os presidentes da câmara, funcionando um em cada semana.

A câmara fazia a nomeação dos funcionários auxiliares, como alcaide, escrivão da câmara – que era ao mesmo tempo tabelião do judicial e notas – carcereiro, etc.

115 Ao Alcaide competia a defesa militar da vila e as funções de polícia.

devem construir no lugar já demarcado no ato de levantamento da Vila; e foi por todo unanimemente acordado que as despesas da construção da nova casa da Câmara, cadeia e casinhas se lançasse uma finta de quatrocentos réis por cabeça de cada escravo deste distrito, que compreende as duas freguesias da vila, e de Araraquara¹¹⁶ e os moradores da capela de Santa Bárbara¹¹⁷, que pertencem a este distrito, com a declaração que deverão os proprietários e senhores dos escravos pagar somente os quatrocentos réis por cada escravo macho, de sete anos de idade para cima, ficando obrigados os ditos senhores a pagar este primeiro ano adiantado, e os mais anos enquanto se não concluírem as ditas obras, de seis em seis meses:»

E daí seguiu a Câmara a reunir-se periodicamente, a deliberar sobre os negócios da vila e seu distrito, providenciando as medidas necessárias para o «bem comum e da república».

Ainda em agosto de 1822 realizaram-se mais quatro sessões, sem nenhuma resolução de importância. Na penúltima desse mês, que foi no dia 24, já faltava um vereador, pelo que a câmara deliberava que «em falta de um vereador que se achava ausente em serviço da nação serviu o republicano capitão José de Camargo Penteado».

*

* * *

Durante o mês de setembro, apenas duas vezes se reuniram os camaristas para fazer duas nomeações. A de João Pinto Ferreira para juiz almotacel¹¹⁸ da Freguesia de São Bento de Araraquara e a de Carlos José Botelho para inspetor do caminho que seguia para a mesma freguesia.

Mas era o mês de setembro de 1822. E assim novo motivo de alegria se juntava, para os piracicabanos, aos dois recentes e auspiciosos acontecimentos. A proclamação da independência do Brasil tinha que

116 Freguesia criada em 22 de agosto de 1817; município desmembrado do de Piracicaba por decreto de 10 de julho de 1832.

117 Elevada a freguesia pela lei n.º 9 de 18 de fevereiro de 1842, e em 1844 anexada ao município de Campinas. Município independente pela lei n.º 2 de 15 de junho de 1869.

118 Com a câmara funcionava o almotacel a quem incumbia, como fiscal que era, zelar pela boa aplicação das leis municipais, chamadas posturas.

fazer transbordar o júbilo cívico daquela gente, pois completava a felicidade imensa de ver erigida a vila e derrotados os quarenta coligados.

No dia 2 de outubro a Câmara recebeu um ofício do desembargador ouvidor da comarca participando que no dia doze do mesmo mês deveria ser feita em Piracicaba, como nas outras vilas da comarca de Itu, a festiva aclamação do regente D. Pedro de Alcântara como primeiro imperador do Brasil. Ao mesmo tempo recomendava que nada se poupasse que pudesse emprestar brilho à pública demonstração de geral regosijo e satisfação.

Imediatamente se reuniu a câmara, com «clero, nobreza, e povo, que foram chamados», jurando-se fidelidade ao príncipe regente «com as mais aplausíveis demonstrações de alegria».

*
* *
*

E dando cumprimento às ordens recebidas, os vereadores mandaram afixar edital convidando o povo a participar das próximas solenidades.

Na manhã do dia doze, grande número de pessoas, vindas dos sítios, das redondezas e das freguesias vizinhas, percorria as poucas ruas da vila, a pé e a cavalo, enchendo o ar de pó e borborinho – «estando todas as autoridades satisfeitas com a cooperação do povo para esta ação de brio e entusiasmo».

Na casa do juiz ordinário e presidente da Câmara, Domingos Soares de Barros, onde, por falta de local adequado, realizavam suas sessões provisoriamente os vereadores piracicabanos, reuniram-se os demais oficiais da câmara, clero e povo, declarando em alta voz o juiz Soares de Barros, o objetivo daquela reunião. Lavrou-se então a ata da vereança de 12 de outubro de 1822, que diz:

«E logo pelo Juiz Presidente foi feita uma fala em que demonstrava as grandes vantagens que desta aclamação resultava ao Brasil e o muito que este devia ao seu ínclito imperador concluindo com três declarações que diziam: – Viva o nosso imperador constitucional! Viva o excelso senhor D. Pedro de Alcântara! Viva o defensor perpétuo do Brasil! As quais foram aplaudidas com imensos vivas, seguindo três descargas de fogos volantes artificial, depois do que dirigiu-se a Câmara, clero e povo à igreja matriz onde celebrou-se missa cantada, finda a qual o reverendo vigário da mesma apresentou um eloqüente discurso».¹¹⁹

119 V. Nota F, no fim do volume: discurso do padre Amaral Gurgel.

* * *

«Finalmente, à noite – relata Djalma Forjaz – foram grandes as manifestações promovidas pelo povo, que se aglomerara na cidade, a fim de expandir o seu júbilo por esse notável acontecimento.

Houve fogos volantes na praça da matriz, em frente à casa do dr. Vergueiro, onde sua senhora, D. Maria Angélica, promoveu uma festa que durou dois dias. Foi por esse tempo que se deu um fato de todo lamentável. Em consequência da sedição de 23 de maio do mesmo ano, conhecida pelo nome de «Bernarda de Francisco Inácio», a província achou-se dividida em dois partidos: andradistas e bernardistas.

Apesar de cassado o governo destes últimos com a vinda do príncipe a São Paulo, onde teve ocasião de proclamar a nossa independência, nem por isso os ânimos se arrefeceram, ao contrário, arderam-se em disputas tremendas de predomínio.

O novo governo instituído – um triunvirato – mandou abrir uma devassa sobre os fatos sediciosos ocorridos de maio a julho, e julgou medida de prudência remover os indiciados para vários lugares; no número destes estava Jaime da Silva Teles, que fora mandado para Piracicaba, «onde devia ficar vigiado», dizia a portaria do secretário do Estado interino, Luiz Saldanha da Gama, embora vejamos mais tarde provar que fora para ali em serviço imperial.

Por essa ocasião achava-se, assim como os principais elementos da sociedade piracicabana, em casa de D. Maria Angélica, onde, como disse, celebrava-se a festa. Quando o povo o viu prorrompeu em gritos: morra o Jaime, bote o sapatão para fora!... Esta expressão tem a mesma significação que a de pé de chumbo; «eram assim chamados os partidistas do governo português contrários à independência».¹²⁰

Insultado e ameaçado, Silva Teles quis tomar satisfações do povo, no que foi impedido pelos mais prudentes e, a conselho do capitão comandante Domingos Soares de Barros, retirou-se juntamente com José

120 Biografia do Cons. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, pelo dr. Olegário Herculano de Aquino e Castro.

Inocência, que tomara seu partido, para os engenhos da administração deste último.

No dia seguinte, regressando eles à cidade e contando que se procurava sublevar o povo para que de novo fossem insultados, acatando as ordens do dito capitão, voltaram novamente aos engenhos.

A noite, porém, quando começavam os festejos, os promotores daqueles fatos, apesar da sua ausência, começaram a insultá-los, chegando mesmo a desacatar D. Angélica. Tendo esta declarado que daria queixa ao governo, mandaram-lhe pedir que não o fizesse, mas ela, intransigente, não quis atender.

Por isso os promotores daqueles fatos foram para Itu e, perante o ouvidor, acusaram em 19 de outubro de grandes culpas não só Jaime Teles e José Inocência, como João Pedro Corrêa, José Narciso Coelho e José Maria de Ataíde. Figuraram de denunciantes um dos autores da asoada, José Alves de Castro, e de testemunhas os outros; Alferes Manoel Joaquim Pinto de Arruda, Caetano da Cunha Caldeira, João Carlos da Cunha Abreu, Antônio da Cunha Caldeira, José Rodrigues Leite, Francisco Camargo Penteado, Elias de Almeida Prado, José Ferraz Peixoto, Vicente Pires da Silva e Vicente de Campos Gurgel.

O ouvidor Medeiros Gomes, por despacho de 22 do mesmo mês, pronunciou Jaime da Silva Teles e João Pedro Corrêa, e mandou remeter José Inocência e José Narciso Coelho ao Imperador, para este determinar o que fosse de justiça. No mesmo dia eram presos em Piracicaba, a 14 léguas de Itu: Jaime José Inocência e Narciso e conduzidos daquela vila para esta.

Aí José Inocência fez diversos requerimentos para provar sua inocência, mas todos eles foram indeferidos pelo magistrado.

De Itu foram os presos, juntamente com o sumário de suas culpas, remetidos para São Paulo, sendo que Jaime veio com uma corrente ao pescoço, assim como o preso não pronunciado José Narciso Coelho, sem que essa medida de precaução fosse reclamada pela conduta dos mesmos, conforme atestaram os soldados que os conduziram, os cabos de esquadra Elias de Almeida Prado, até Itu, e Manoel Xavier, até São Paulo»¹²¹.

121 Djalma Forjaz, op. cit., pág. 89 e segs. Excluídas as notas.

CAPÍTULO XVI

*Reinicia-se a pendência entre o povo e os “40 coligados” – Acordo acerca das terras do rossio – Piracicaba em 1836, comércio, agricultura, população
Uma escola de primeiras letras...*

Terminou o ano e começou 1823, realizando os edis algumas reuniões em que foram feitas diversas nomeações de funcionários, eleições de pelouro para o novo ano, e deliberaram vagarosamente sobre assuntos de somenos. Importante foi a deliberação do dia 29 de março de 1823, quando se resolveu mandar um ofício ao capitão comandante de Araraquara para que providenciasse a construção da estrada daquela freguesia à vila.

Finalmente no dia 2 de julho desse ano reiniciava-se a pendência entre a câmara e os quarenta coligados. Nesse dia os vereadores resolveram enviar uma representação ao governo da Província reclamando contra uma cerca levantada na rua da praia, impedindo o trânsito pelos terrenos sobre os quais alegava direitos de propriedade o tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Sousa.

Ainda nesse mesmo mês, no dia 23, certamente autorizada pelo governo da Província, a câmara decidia oficiar ao tenente-coronel Teo-

baldo «para no termo de vinte e quatro horas tirar a porteira da Rua da Praia»...

Era duro porém o coronel, tanto que o prazo de vinte equatro horas foi se dilatando sem parar, e quatro anos depois, em 1827 (15 de dezembro), ainda a câmara mandava intimar Fonseca e Sousa para que botasse «abaixo uma cerca que atravessa a rua da praia.»

Mas ainda em julho de 1823 aparece na ata do dia 26 outro partidário dos Botelhos, o alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda. A edildade se mostrava satisfeita, então, pois havia demarcado o local em que, à entrada da ponte o alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda poderia levantar cerca, bem entendido que era para cima da ponte, de modo a deixar terreno suficiente para que não viesse a «dita cerca impedir a boa saída da dita ponte».

Essa ponte era então em continuação à rua dos Pescadores, hoje Prudente de Moraes. Em 1863 foi construída outra, na rua Direita, hoje Moraes Barros, e foi destruída por uma enchente. Em 1872 iniciou-se a construção da atual, acima do Salto. Essa ponte ficou pronta em 1874. Ainda hoje é chamada ponte nova.

Mas voltemos às atas.

Em novembro de 1823, visitava Piracicaba, mais uma vez, o capitão-mor de Itu, que para lá se transportara em diligência de pacificação, como se vê do ofício seguinte, enviado de Itu:

«Ilmos. e Exmos. Senhores

Em 11 do corrente tive a honra de receber o mui respeitável ofício de V. Excias. em data de 2 do mesmo e com ele o documentado requerimento que D. Maria de Meira e Siqueira, viúva do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, e sua família, residentes em a vila da Constituição, fizeram a S. Majestade Imperial implorando providências para cessarem os vexames que sentem, sobre cujo contexto V. Exas. se dignam determinar-me que eu informe. Li tudo com a maior atenção devida; e

reconheci por um tedioso enxame de miscelâneas, contradições, algumas falsidades e pouca substância.

Eu tenho cabal conhecimento daquela vila desde os seus primeiros princípios. Formou-se aquela povoação em o primeiro de agosto de 1767 unida a esta vila. Em 21 de junho de 1774 passou a freguesia separada desta paróquia. Em 31 de julho de 1784 foi aquela freguesia transplantada da parte dalém, aonde se achava, para a parte daquém do rio Piracicaba, logo abaixo do Salto, por ordem que tive do Exmo. Sr. general transacto Francisco da Cunha e Menezes em data de 7 do mesmo mês e ano. Desde aquele tempo tem sido a referida freguesia, hoje vila, objeto do meu maior desvelo, reconhecendo as excelentes qualidades do seu terreno para todo gênero de cultura, que mereceu-me o título de Morgado de Itu.

Com as noções, que tenho, daquela povoação, freguesia e vila já pudera eu agora informar o dito requerimento com toda individuação devida: porém como desejo que a minha informação contenha apreciável fruto das minhas diligências, estou disposto a ir àquela vila e propor os meus últimos esforços para extinguir o pestífero veneno de discórdia, intriga, e desunião, com que se vão nutrindo aqueles moradores divididos em parcialidades e plantar entre eles a Sagrada Paz, que nos deixou, e nos deu o Divino Mestre e muito nos recomenda o Nosso Augusto, e Amabilíssimo Imperador. Não vou já por não poder por ora viajar; pois há dois meses tenho padecido dores por causa de uma ferida seca, que me sobreveio na curva da coxa esquerda que me priva de calçar, e ando manquejando.

Vou sentindo agora algumas melhoras; e logo que eu melhorar mais hei de fazer a minha jornada em uma liteira; e certifico a V. Exas. que quanto maiores incômodos eu sofrer nesta importante comissão, tanto maior será o meu gosto, a minha glória, contentamento e alegria, oferecendo o meu sacrifício ao Senhor Santo Antônio Padroeiro daquela vila e de minha íntima devoção, e fazendo mais este serviço a S. Majestade Imperial, Nosso Augusto, e Idolatrado Imperador, e coadjuvando, quanto me é possível, nesta minha repartição a V. Exas. a quem muito amo, respeito, e prontamente obedeço. Queira a Suprema Fonte da Sagrada Paz abençoar, frutificar o meu intento, e guardar a V. Exas. mui felizmente

por dilatados anos, como nos é mister. Itu, 19 de outubro de 1823 – De V. Exas. o mais fiel e obediente súdito – Vicente da Costa Taques Góes Aranha».¹²²

Levando a bom termo seus «últimos esforços», conseguiu o capitão-mor de Itu que se fizesse um acordo acerca das terras patrimoniais, o qual ficou consignado na vereança extraordinária havida no dia 20 de novembro de 1823.¹²³ Nessa reunião foi celebrado um acordo entre o alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda, seu irmão Carlos José Botelho, procurador de sua mãe D. Maria de Meira Siqueira e irmãs, etc., e povo, nobreza e autoridades da vila. Vicente da Costa Taques Góes e Aranha assinou a ata desse acordo, acrescentando na frente do seu nome: – «em diligência». Em virtude desse acordo foi feito um valo que, partindo do salto ia até o ribeirão Piracicamirim, ficando do lado direito o rosto.

Era, enfim, o acordo, mas não era a paz. Basta dizer que a 17 de janeiro do ano seguinte a câmara se negava a dar posse no cargo de juiz ordinário ao alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda «enquanto não viesse a sentença da devassa de suborno que se procedeu neste Juízo».

Os dois documentos que reproduzimos em seguida, de maio e setembro desse ano de 1824, e que se encontram no Departamento do Arquivo do Estado, esclarecem perfeitamente, não só a questão da «devassa de suborno» a que alude a ata de 17 de janeiro, mas também muitos outros fatos relacionados com a pendência sobre as terras patrimoniais. O primeiro é um ofício do capitão-mor João José da Silva, assim redigido:

«Ilmo. e Exmo. Snr. Presidente (da Província),

Como têm soado muito as desordens, da Vila da Constituição desta Província, devem por consequência ter chegado aos ouvidos de V. Exa., é por isso do meu dever, e da minha honra, indicar a V. Exa. a origem do mal que promete longa duração.

Tudo data, com a maior violência, da criação da vila em agosto de 1822. A povoação, hoje Vila, foi mandada fundar, pelo capitão-general

122 Ofícios de Itu, 1823, maço 77, pasta 1, doc. 10 -Departamento do Arquivo do Estado.

123 Atas, I, 30.

Morgado de Mateus, tendo notícia das boas propriedades, que para isso ofereciam as terras do Salto do Rio Piracicaba, e o mesmo rio; incumbiu esta fundação ao capitão Barbosa, que com a gente que lhe foi dada, e que convocou, foi principiar a fundação na margem direita do rio, onde levantou um telheiro, para servir interinamente de capela, e roteou matos com os socorros que recebeu da Fazenda Nacional.

Depois de ter dado este princípio, comprou na margem esquerda; meia légua de terra em quadra, ou o que na verdade foi por 200\$rs., do que o vendedor Felipe Cardoso lhe passou escritura com quitas, e paga, e fez entrega dessas terras aos povoadores, para nelas se estabelecerem a Povoação; o que eles aceitaram, porque nelas havia melhor assento para se edificar: não havia necessidade de ponte no rio, por ficarem da parte de lá; e havia grande vantagem, de poderem tirar do rio, com grande altura, quanta água quisessem, com tanta facilidade, que basta encaminhá-la.

Muitos povoadores passaram a fazer ranchos nestas terras, e tiraram água do rio, com a qual assentaram muitos tijolos. Depois disso mandou o Governador da Província o capitão-mor de Itu assinalar o lugar para a Povoação, e este assinalou o terreno que fica dentro daquelas terras compradas, entre o rio, e o córrego Itapeva, de que fez lavrar um termo de posse, em um livro, que remeteu e existe na Secretaria do Governo. Em consequência disto, se descampou o alto da chapada, em meio do dito terreno, para nele se fazer a Igreja, e casas, e todos os anos se roçava aquele lugar com o referido destino.

Foi morar naquela povoação o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, que obteve uma sesmaria contígua às ditas terras, dividindo com elas, em parte, pelo córrego Itapeva, e em parte pela Estrada, e nelas se estabeleceu. Passou a ser comandante da Povoação e muitos anos mandou roçar o lugar destinado para a Igreja, e primeiras casas. Porém, entrando-lhe a ambição de ser senhor de um terreno, na verdade muito próprio para o estabelecimento de uma fábrica de açúcar fingiu que o Capitão-Povoador Barbosa, não pagara as terras compradas a Felipe Cardoso, e induziu – ou como outros dizem – forçou os herdeiros deste, a que lhe passassem novo título de venda. Ainda que este título fosse claramente nulo, primeiro porque a Escritura de venda ao Barbosa foi passada com declaração de pagamento do preço – 2.º porque os herdeiros do vendedor,

quando este não tivesse recebido o preço, só tinham direito a exigí-lo, e nunca vender segunda vez o terreno, no que cometeram com o comprador o crime de burla; contudo o sargento-mor apoiado deste título nulo e criminoso entrou a espantar os pobres moradores; intimando-lhes que fizessem a Povoação além do rio, onde eram impedidos pelo possuidor das terras que o Barbosa havia senhoreado, depois de ter dado à Povoação as de cá, e que seus herdeiros haviam vendido. Nesta luta se retardou a edificação da Igreja, até que o capitão-general Horta, a mandou edificar no lugar designado pelo capitão-mor de Itu; mas o sargento-mor Carlos continuou a embarçar, que edificassem casas. Requereu novamente o Povo ao Governo Interino em 1808, este informado da verdade, mandou a Câmara de Porto Feliz, que se reempossasse o Povo de suas terras, arruasse a povoação e demolisse as cercas que fizessem embarço; assim se praticou, e continuando o sargento-mor Carlos a amedrontar alguns pobres, que queriam edificar, e a proibir lhes tirar madeiras, foi chamado pelo capitão-general Horta – tendo voltado do Rio de Janeiro – o qual informado da verdade e vendo a escritura passada ao capitão-povoador Barbosa, Certidão do Articulado do sargento-mor Carlos; sendo demandado pelos herdeiros do Barbosa, pelas terras que chamava suas, não se defendeu, com o nulo e burlo título passado pelos herdeiros do Cardoso; mas como pessoa do Povo a quem confessava terem sido dadas as terras pelo Barbosa; afirmando, que como pessoa do Povo trabalhava nelas. Em vista do que, mandou o dito capitão-general, que assinasse um termo – no mesmo livro aonde está o auto de posse pelo capitão-mor de Itu – no qual reconheceu nenhum direito ter nas terras, que ficam no Itapeva, e estrada para baixo, as quais eram da Povoação.

Se esse termo se cumprisse, estaria hoje em sossego a Vila da Constituição; mas não aconteceu assim. O mesmo sargentomor Carlos vendeu uma porção destas terras entre o Itapeva e o rio ao reverendo vigário que a cercou; porém a Requerimento do Povo foi demolida a cerca, e a compra foi dissolvida. A viúva, e filhos do dito sargento-mor continuaram na mesma injusta pretensão; sendo principal motor o filho alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda, animado por seu sogro o tenente José Joaquim de Sampaio; cercaram uma porção entre o Itapeva, e o rio venderam para fora do Itapeva outra porção, a Luciano Ribeiro Passos, que hoje pertence a Vicente do Amaral Gurgel; e ao reverendo vigário Manuel Joaquim do

Amaral. Gurgel, e outra ao padre Miguel Joaquim do Amaral Gurgel.

O tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza, que é limítrofe, pelo lado de baixo, cercou por autoridade própria, outra porção, e Luciano Ribeiro Passos, outra. Agora todos estes se ajudam, e convocam seus parentes, e amigos para sustentar estas usurpações, que são de não pequeno valor.

Neste estado estavam as coisas, quando o Ouvidor Medeiros, em agosto de 1822, foi criar aquela vila.

O alferes Manuel Joaquim pôs em movimento todos os recursos de que pode lançar mão para dobrar o Ouvidor de cobrir a usurpação das terras da Povoação: o Ouvidor estava inclinado a favorecê-lo; porém encontrou grande sanha no Povo, e intimidado uma noite com rumores exagerados, mandou cassar as ordens favoráveis, que tinha mandado passar, e estavam no Cartório, e consentiu, que o Povo em massa, demolisse as cercas do dito alferes, do tenente-coronel Teobaldo, e do Luciano, que estavam entre o rio, e o Itapeva: o Povo não se embaraçou com as que ficam do outro lado do Itapeva, talvez por assombrarem menos a Povoação.

Aqui se gerou o mais encarniçado ódio do alferes Manuel Joaquim, tenente-coronel Teobaldo, e Luciano Ribeiro, contra todos os que presumiram ter concorrido para a demolição das cercas, e até contra os que sendo rogados para interceder a favor da usurpação o recusaram; como foi contra a mulher do Dignatário Vergueiro, e sua família, a quem insultaram no memorável dia da aclamação de S.M.I, e no seguinte, perseguindo depois os insultados com uma devassa falsa. Há outra causa de dissensão, que recebe força daquela. O tenente José Joaquim de Sampaio, sogro do alferes Manuel Joaquim, tinha grandes desejos de ser capitão-mor daquela Vila; apesar de nenhuma popularidade, pela fama que tem de demandista, e orgulhoso; fez para isso todas as tentativas possíveis; chegando a mandar oferecer ao Ouvidor – 800 arrobas de açúcar, pelo reverendo vigário, e 1000 pelo capitão José de Barros Penteado; como eles confessaram.

Seu genro, ardia também de desejos de ser sargento-mor como arde presentemente para ser capitão – e não sendo igualmente bem visto pela impetuosidade de gênio, e descomedimento de língua; tendo sido em

outro tempo necessária a decidida proteção do marechal Gavião para ser alferes nada puderam obter, e talvez abandonassem o intento, que não podiam apoiar no crédito entre os vizinhos, porém os usurpadores do Rossio querendo apoio nas autoridades da terra, uniram-se-lhes com seus parentes e amigos, os cúmplices dos insultos do dia 12 e 13 de outubro, e da subsequente denúncia falsa, também tinham necessidade de apoio e também se lhes uniram: existe agora um grande partido, assim formado, que se diz de 40 ligados, que quer chamar a si os empregos da Ordenança. Neste plano o tenente José Joaquim argüiu de nulidade as eleições da criação da Vila no Desembargo do Paço requerendo devassa, e obteve provisão em 22 de julho para informar o Ouvidor de Itu, reteve esta provisão, enquanto serviram Bento Paes de Barros, Antônio Paes de Barros, e João Manuel Miranda Cesar, e só a apresentou, em abril passado ao Ouvidor João de Almeida Prado, por ser entranhado em relações de parentesco e amizade, com muitas das pessoas do tal Partido, e especialmente com seu genro. Este Ouvidor fez tudo à vontade do Partido, e com as pessoas dele, saindo muito queixoso; porque os denunciados requeriam seu direito, e representavam sobre os atos de parcialidade por eles praticados. Por outra parte, o alferes Manuel Joaquim luta com todo o esforço para ser capitão, valendo-se nesta cidade de muitos apoderados e já fez voltar a proposta dos capitães feita pela atual câmara, a qual, a ostentou. O mesmo fez um notório suborno, para ser, como é, um juiz Ordinário.

Nos anos que vêm; como o ouvidor, quando veio à Diligência da Informação indevidamente fez Pelouros há de provavelmente a governança da terra ficar no Partido dos 40. Eis aqui o estado, e as causas das dissensões, que barulham, e perturbam aquela vila. Se fosse possível compor a disputa sobre as terras do povo; sobre que já o capitão-mor de Itu, vindo àquela vila tirar uma informação, fez uma tal ou qual concordata entre o alferes Manuel Joaquim e o povo, aproveitando a sua influência na câmara, e mais algumas pessoas que se acharam nesta ocasião; mas que não agrada ao Povo. Se fosse igualmente possível fixar os Postos das Ordenanças, tirando as esperanças de ocupá-los os do Partido; para o que, logo que eles entrem decerto eu voluntariamente, passaria a pedir a minha Reforma; e não ficando os mesmos Postos ocupados por aquelas pessoas odiosas, provavelmente se estabeleceria o sossego naquela Vila, porém sem cortar aquelas raízes não me parece possível havê-lo.

Ofereço esta exposição a V. Exa. e a mesma confio da sua sábia consideração muito mais quando V. Exa. se digne mandá-la verificar com a circunspeção própria de V. Exa. e que o caso pede, em razão do esforço do Partido contrário, nenhuma falta de exatidão encontrará V. Exa. nos fatos aqui recontados; suprindo as faltas do meu raciocínio. Deus guarde a Veneranda Pessoa de V. Exa. por muitos e dilatados anos. São Paulo, 17 de maio de 1824 – De V. Exa. – O mais reverente súdito e servidor -João José da Silva». ¹²⁴

*
* *
*

O segundo documento é um ofício de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que mais detalhadamente reconstitui o histórico da questão das terras do rossio e da devassa de suborno, relatando muitos fatos ligados à primeira eleição havida na nova vila. Escreve o informante ao presidente da Província:

«llmo. e Exmo. Sr.

Ordena V. Exa. que eu informe o requerimento do tenente José Joaquim de S. Paio, e o do capitão-mor João José da Silva da vila Constituição em oposição àquele.

O tenente S. Paio / em 2.º requerimento acrescenta os nomes de seu genro Carlos José Botelho, e de seus filhos Luiz Caetano de S. Paulo, e Joaquim José de S. Paio / alega que houvera suborno naquela vila na eleição de pelouros de 10 de agosto de 1822 sendo os eleitores quase todos duma família, para nomearem para capitão-mor o capitão João José da Silva, que efetivamente foi nomeado, e o capitão Domingos Soares de Barros, os quais se nomearam a si próprios, e pessoas da mesma família, havendo muitas outras pessoas com outros merecimentos por serem já do corpo da nobreza em razão de terem servido em outras vilas: e pede em conclusão que o Ouvidor da Comarca vá devassar, visto não se ter devassado / ao tempo da eleição / e, verificado o suborno, julgue nula a eleição, e faça depor os oficiais que servem inhabilitando-os para mais servirem.

124 Ms. no Departamento do Arquivo do Estado. Ofícios da Capital, 1822-1847 Maço 1A.

Em 22 de julho de 1823 expediu-se provisão ao Ouvidor para informar. É para notar que só fosse apresentada a 20 de março de 1824, tendo neste intervalo servido a Vara de Ouvidor diversos Juizes Ordinários parece que esta esteve de propósito reservada para o sargento-mor João de Almeida Prado, que tendo muitos bons créditos na vida privada, está muito longe dos conhecimentos necessários para exercer o lugar de Ouvidor, e tendo relações de parentesco, e amizade, com alguns partidários do recorrente, estava apto para ser dirigido pela influência dos mesmos, como aconteceu.

O recorrente requereu que se tirasse a Devassa do suborno, porque não se tinha tirado: a T. Provisão mandou que o Ouvidor informasse, ouvindo os novos eleitos, e remetendo a devassa, que se deveria ter tirado. Esta remessa subentendia o fato da existência; mas o Ouvidor informante não a encontrando fabricou-a, fazendo assim o que o recorrente requereu contra o que a Provisão mandou, excedendo sua jurisdição no procedimento duma devassa fora do tempo marcado pela lei.

Esta condescendência com o recorrente não foi desacompanhada. Veja-se a resposta dos novos eleitos, sobre a qual o Ouvidor-informante não disse palavra apesar de lhe entrar tanto por casa, o que de alguma sorte abona os fatos nela relatados. Existe, e é muito conhecido naquela vila um Partido formado dos elementos mencionados na resposta, o qual se diz de 4.º ligados. O Ouvidor-informante deverá ouvir os recorridos, e depois indagar sobre a verdade da queixa, e da defesa, inquirindo testemunhas imparciais; mas pelo contrário só os ouviu no fim da extemporânea devassa, o que lhes deu ocasião de desenvolverem na resposta a marcha irregular do Ouvidor-Informante, que hospedado, e rodeado sempre de partidistas do recorrente não teve ocasião de comunicar com pessoas imparciais. Foi por essa razão que na extemporânea devassa talvez não se contem 4 testemunhas que não sejam do Partido do recorrente.

Apesar de tudo na Devassa não há provas que convençam o suborno argüido; e pelo contrário as testemunhas ns. 17 e 20 afirmam o suborno tentado pelo recorrente na oferta de mil arrobas de açúcar ao Ouvidor que a rejeitou: este fato é geralmente afirmado como fora de toda a dúvida. O Ouvidor Medeiros, a quem o recorrente faz tanta carga, talvez cometeu algumas faltas por ir com o Partido que hoje o acusa; mas

é com injustiça que se lhe atribui cooperação no suborno arguido, que eu reputo inteiramente fantástico, principalmente refletindo nos resultados da eleição. O Partido do recorrente estava naquela ocasião em grande ódio público em razão das terras patrimoniais da vila, que alguns deles tinham senhoreado, e que o Povo forcejava por vindicar amotinadamente: neste estado não admira que os desse partido tivessem poucos votos para eleitores; assim mesmo entraram 2 dos mais acérrimos Manuel de Barros e João Leite. Pela mesma razão também não admira que fossem menos votados para os lugares da governança, e mesmo que o Ouvidor os contemplasse menos na apuração, como prudentemente devera fazer; assim mesmo entraram os precedentes 2 eleitores, e Xisto de Quadros / que ora responde separado dos outros eleitos / e Vicente Gurgel. A maior parte dos outros não tem relações algumas particulares com o capitão-mor Silva.

O último resultado, a proposta do capitão-mor, que é o fecho da questão, não oferece o menor indício de subornamento (sic), antes parece feita com toda a imparcialidade. O capitão Silva/ que foi promovido / proposto em 1.º lugar, tinha muitos anos de serviço em Milícias e abastado de bens, e gozava inteiro crédito de probidade. O 2.º o capitão Domingos Soares, tinha comandado aquela povoação muitos anos com aceitação geral. Do 3.º o tenente João Leite, não fala o recorrente por ser adido ao seu Partido. Os 2 primeiros estavam tanto pela lei, como pelo conceito público muito nas circunstâncias de serem propostos com preferência a qualquer outro: o recorrente, que se apresenta queixoso, e talvez o único aspirante em concorrências, estava em circunstâncias muito inferiores, principalmente pelo crédito pouco favorável em razão da fama que tem de demandista.

O Ouvidor-informante diz que se comprova o suborno com a falta dos Róis que deviam acompanhar a pauta do Ouvidor. Há com efeito esta falta de formalidade da lei; mas a ilação é mal tirada. O recorrente diz que os eleitores eram do Partido oposto, e que votaram em pessoas dele: logo quando o Ouvidor quisesse escolher os desse Partido, não tinha mais que conformar-se com os Róis. E para que havia ele ocultá-los ou deitá-los fora? Isto foi só descuido; ou pouco caso. O não ter tirado a devassa de suborno foi outra falta do Ouvidor da eleição, que talvez cometeu por abreviar o trabalho, como fez nesta cidade, de que resultou oposição sem

resultado. O Ouvidor informante já supriu esta falta, procedimento que entendo ser nulo por lhe obstar a prescrição. Deverá, porém dispensar-se na lei, para se tirar nova devassa? Esta é a súplica do recorrente em que me parece não deve ser atendido; porque

1.º Na nula devassa, a que precedeu o Ouvidor-informante não se encontram fatos demonstrativos do suborno: as saúdes que fizera o Ouvidor ao capitão-mor e Juiz de Órfãos / este é partidista do recorrente / antes da eleição, ainda que fossem muito discretas, é natural que aludissem à opinião, que geralmente vogava, e não tendo ligação necessária com o suborno argüido, não podem constituir indício legal: assim são os outros, exceto a oferta das mil arrobas de açúcar feita pelo recorrente, mas que não pode fazer o objeto da sua queixa.

2.º O resultado das eleições não dá suspeita de suborno tanto no que pertence à nomeação dos eleitores, e dos oficiais de governança, como à proposta de capitão-mor.

3.º Duas câmaras daquela eleição têm servido, e a 3ª está servindo: anulando-se a eleição é necessário anular os atos por elas praticados, e os processos feitos pelos Juizes: o peso destes inconvenientes bastaria para não tocar na eleição ainda quando fosse conhecidamente viciosa.

4.º A anulação levantaria o orgulho do Partido, que o recorrente dirige, o qual tem em susto o povo pacífico daquela vila, atribuído-se lhe além doutras perseguições o próximo assassinato de José Maria de Ataíde, no qual ficou pronunciado o atual Juiz Ordinário Manuel Joaquim Pinto de Arruda, genro do recorrente e chefe ostensivo do Partido.

Passo a falar do requerimento do capitão-mor João José da Silva. Requer: 1.º Que se mande proceder a nova Informação. – Está mandado. 2.º Que havendo-se por nula a eleição de Pelouros feita pelo Ouvidor pela lei João de Almeida Prado, se proceda a nova eleição por magistrado imparcial; porque: 1.º Não se mandaram Editais para as freguesias de fora. 2.º Os Editais não precederam tempo suficiente para chegar à notícia do povo o dia da eleição (a) / consta à margem; «(a) o que se mostra do protesto do capitão-mor no ato da eleição junto por certidão»/ 3.º O Juiz Ordinário Manuel Joaquim Pinto de Arruda vedou arbitrariamente a entrada da sala a um cidadão, que ia votar, o que intimidou outros. /

Este cidadão é o José Maria de Ataíde, que se diz mandado assassinar pelo mesmo Juiz Ordinário / 4.º O Ouvidor insultou uma testemunha por declarar aquele fato na devassa ordinária de suborno / Esta testemunha é João Pedro Correia, Procurador da Câmara, de quem o assassino de José Maria disse que também pretendia matá-lo se não lhe quebrassem a espada na primeira operação / 5.º O mesmo Ouvidor, mostrando seguir em tudo a direção do Partido do tenente José Joaquim de S. Paulo, teve grande influência na eleição.

Posso afirmar a V. Exa. que todos estes fatos são verdadeiros: se os não presenciei, observei-os de perto estando no meu Engenho e evitando-me de propósito de comparecer para não presenciar o fastidioso jogo da intriga. Neste conhecimento parece-me que convém proceder-se a novas eleições, no que não há inconveniente porque os Pelouros estão ainda fechados, e o devem estar até dezembro.

Aproveito esta ocasião de levar ao conhecimento de V. Exa. que todos os perigosos barulhos daquela vila provém de 2 causas: 1.º A ambição dos Postos da Ordenança, que devora o tenente José Joaquim de S. Paio, e seu genro o alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda. Esta causa ficará abafada logo que estejam preenchidos os mesmos postos. A 2.ª mais antiga, e constante é a pretensão sobre as terras da propriedade e do rossio da vila. D. Luiz Morgado de Mateus, capitão-general mandou fundar uma Povoação no fértil e vistoso lugar do Salto do Rio Piracicaba, incumbindo o estabelecimento ao capitão Barbosa, a quem deu auxílios. O capitão Barbosa principiou o estabelecimento além do rio / do qual ainda há vestígios / passados tempos comprou do lado de cá um terreno, que se diz sesmaria do antigo donatário por 200\$ rs. que pagou, como diz a escritura de venda, que eu vi em outro tempo: é contante que dera o terreno de cá aos povoadores, ficando com o de lá; disto não sei que haja documento escrito; mas a tradição assim o afirma, e os efeitos o confirmam: existem as terras de lá vendidas pelos herdeiros do Barbosa, e nas de cá um rego d'água tirado do rio pelos moradores, com o qual chegaram a tocar 7 monjolos, de que existem vestígios; e ainda eu mesmo vi pequenas casas, ou cabanas habitadas por esses antigos moradores. Não sei porque dúvidas, ou motivo foi o capitão-mor de Itu a que pertencia a Povoação / àquele lugar, e designou para o estabelecimento da mesma o terreno de cá entre o rio e o córrego Itapeva: / esse terreno está dentro do

da escritura do Barbosa, mas não o compreende todo / roçava-se todos os anos no alto da chapada lugar destinado para a Igreja, que a pobreza dos moradores não permitia edificar. Entrou o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda no comando daquela povoação, e por alguns anos continuou a mandar roçar o lugar destinado para a Igreja; porém cobiçando o terreno para Engenho, que de fato é muito bom, solicitou, e obteve dos herdeiros de Felipe Cardoso, vendedor das terras ao Barbosa, nova venda; para o que dizem que os iludira, afirmando-lhes que seu pai não havia recebido o preço da venda / ainda que a escritura diz que sim / e também dizem que usara coação, o que tudo lhe era fácil por serem uns miseráveis que nada possuíam. Com este título vicioso em si mesmo pretendeu o sargento-mor Arruda / pai do alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda / senhorear-se daquelas terras proibindo aos moradores fazerem suas casas, e afugentando os que as tinham. Tendo disto notícia os herdeiros do Barbosa intentaram uma ação de reivindicação contra o sargento-mor Arruda, fundados na escritura de compra passada a seu pai: Arruda não se defendeu com o nulo título, que havia obtido dos herdeiros do 1º vendedor, mas alegou que Barbosa tinha dado aquelas terras ao povo, e que ele trabalhou nelas como pessoa do povo, e com este fundamento obteve sentença a favor: mas por outro lado só ele queria ser povo, e corria com os outros moradores, impedindo a edificação de casas quando já a Povoação ia crescendo, o que obrigou o governo interino desta Província em 1808 a mandar que a Câmara de Porto Feliz fosse arruar a Povoação no lugar designado pelo capitão-mor de Itu: ainda o sargento-mor Arruda continuou a por obstáculos, de que resultou ser chamado pelo capitão-general Horta à Secretaria do Governo, onde reconhecendo o nem um direito que tinha nas terras da escritura do Barbosa renunciou toda a pretensão a elas: no mesmo livro, onde estava o auto de posse do lugar designado pelo capitão-mor de Itu, se lavrou disto termo, em que eu assinei, como testemunha; e nessa ocasião vi certidão do alegado, de que acima falei, extraída dos autos, que correram em Porto Feliz.

Morrendo o sargento-mor Arruda, a sua família, em que mais figura o alferes Arruda, continuou as mesmas pretensões: o alferes Arruda fez um engenho d'água aproveitando o rego feito pelos moradores: depois renovou uma cerca, que a câmara de Porto Feliz havia demolido na ocasião do arruamento mandado pelo Governo, e vendeu ao Vigário uma

porção de terras, que ele passou a cercar, mas sendo a cerca demolida ficou esta venda sem efeito; vendeu a outra porção de terras a Luciano Ribeiro Passos, que nelas levantou engenho: vendeu outra porção ao padre Miguel Joaquim do Amaral, que as está cercando. Abandonou as da venda feita ao vigário; mas o tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza, e Luciano Ribeiro Passos / depois de ter vendido as do engenho / senhorearam-se da maior parte vendendo-as com cerca. Eis aqui o estado das terras pertencentes ao patrimônio da vila.

Quando se criou a vila destinou-se lhe meia légua para rossio: esta meia légua compreendeu grande parte das terras patrimoniais, e creio que exatamente todas as que estão usurpadas; além disso entrou nas terras vizinhas, que o alferes Arruda, tenente-coronel Teobaldo, e D. Maria de Arruda possuem por outros títulos; e todos conspiram a não dar logradouro, cada um na parte, que lhes toca. Todos estes nomeados, e o reverendo vigário com o seu sócio Vicente Gurgel do Amaral compradores do engenho do Luciano, formam corpo a defender o que cada um possui; unem ao seu partido parentes, e amigos: o povo sofre mal e privação; mas qualquer, que ousa defender seus direitos é perseguido, e ameaçado: o assassinato de José Maria de Ataíde não teve outra causa: o executor contou que também pretendia assassinar João Pedro, que como procurador da Câmara tem feito alguma oposição a bem do povo; tem-se falado de projeto de outros assassinatos, e as vítimas apontadas são exclusivamente os que têm pugnado pelas terras patrimoniais da vila, ou do rossio: têm-se publicado pasquins com ameaças: e o mais é que de vez em quando combinam estas rixas com oposições políticas, cobrindo-as esfarrapadamente com patriotismo segundo a moda.

Posso assegurar a VV. Exas. que enquanto durarem as dúvidas sobre as terras, não haverá sossego naquela vila; é necessário, que os que as usurpam as entreguem, ou que o povo perca as esperanças de havê-las: O objeto é muito importante e digno da consideração de V. Exa. – Deus guarde a V. Exa. São Paulo, 15 de setembro de 1824 – Nicolau Pereira de Campos Vergueiro». ¹²⁵

125 Ms. no Departamento do Arquivo do Estado. Ofícios da Capital, 1822-1847 – Maço 1A.

*
* *
* * *

Neste ponto termina a história da fundação de Piracicaba, a qual, depois da criação da vila, consigna-se quase inteiramente, nas atas da câmara, papéis avulsos, manuscritos, etc., sob a guarda do arquivo da municipalidade.

Nosso propósito foi o de reconstituir apenas os primeiros fatos da vida piracicabana, sobre os quais a documentação existente se encontrava esparsa.

Antes, porém, de dar por terminada essa tarefa, vamos tentar interpretar a situação, da então Vila Nova da Constituição por voltas de 1836, baseando-nos nas informações de Daniel Pedro Muller:¹²⁶

Trezentos e trinta mil réis, arredondados, foi em quanto montou o orçamento da Câmara Municipal de Piracicaba naquele longínquo ano de 1836. Soma irrisória para os nossos tempos, não o era, porém, há um século passado, quando a diminuta vila se media por doze quarteirões e os 10.291 habitantes de todo o município,¹²⁷ vastíssimo em extensão territorial e compreendendo os distritos de Limeira, Rio Claro, Santa Bárbara, Pirassununga, espalhavam-se por muitas e muitas léguas em redor.

Que era Piracicaba então? Não vemos coisa que mais propriamente o exprima do que aquela frase do caboclo pernóstico que alhures ouvira falar em-lugarejo:

-«Um lugarzinho arêjo»...

Não obstante, no cômputo geral da Província, já era um município de grande importância, constituindo mesmo cabeça de termo, e, se 14 anos antes não passava de modesta freguesia de Porto Feliz, em 1836 com esse município competia, saindo do cotejo airosamente vencedor. Vitória que ganha em brilho quando se verifica que Porto Feliz se erigira em vila

126 Daniel Pedro Muller, «Ensaio de um quadro estatístico da Província de São Paulo».

127 Em 1822, por ocasião de sua elevação a vila, a povoação de Piracicaba constava de cento e quatro vizinhos, sendo a população esparsa pelo seu distrito de duas mil e duzentas almas. (Cf. Prudente de Moraes, in Almanaque Literário da Província de São Paulo, de 1878.)

25 anos antes de Piracicaba.

Como ainda hoje, a importância econômica do município apurava-se pela produção agrícola em geral, e pela açucareira em particular. E registre-se que em 1836 dispunha Piracicaba de 78 engenhos de açúcar, além de oito fazendas de criar, ao passo que Porto Feliz contava 76 engenhos e nenhum outro estabelecimento agrário. Justamente 20 anos antes, quando em 1816 os piracicabanos representavam ao governo da Capitania solicitando elevação à vila, existiam no distrito apenas 14 engenhos de açúcar.

A produção agrícola foi de 115.609 arrobas de açúcar e 1.078 canadas de aguardente, além de muito café, arroz, feijão, milho, azeite de amendoim, fumo, algodão, porcos e gado vacum, cavalariço e lanígero.

Piracicaba já apresentava um conjunto agro-econômico que a colocava no mesmo plano de progresso em que se punha Sorocaba, de fundação muito mais antiga, com mais cômodas e propícias vias de comunicação com São Paulo e Santos. Num retrospecto comparativo podemos deduzir que em 1836 a vila da Constituição já ganhava a dianteira como núcleo de produção sobre a de Sorocaba, o que aumenta de significação quando se recorda que Sorocaba foi fundada um século antes de Piracicaba. A riqueza agrícola das duas vilas no ano de 1836 exprimia-se pelos números que transcrevemos aqui:

PRODUTOS	SOROCABA	PIRACICABA
Café (arrobas)	770	4.699
Açúcar (arrobas)	2.930	115.609
Aguardente (canadas)	1.556	1.078
Arroz (alqueires)	3.342	6.422
Feijão (alqueires).	5.565	13.180
Milho (alqueires)	170.972	331.498
Azeite de amendoim (medidas)	20	40
Fumo (arrobas)	428	566
Algodão (arrobas)	704	480

Acresce ainda considerar que, por essa época, os preços mínimos de diversos gêneros encontravam-se em Piracicaba e algumas outras vilas da Província.

Entre tais gêneros citava Daniel Pedro Muller no seu trabalho: açúcar branco, preço máximo: 3\$300 a arroba – São Sebastião. Preço médio: 2\$000 – Bragança, Santa Isabel. – 1\$700 em muitas povoações. Preço mínimo: 1\$180 – Constituição (Piracicaba). Aguardente, preço máximo: 70\$000 a pipa – Bananal. Preço médio: 40\$000 – Paranaguá. Preço mínimo: 14\$000 – Constituição (Piracicaba), São Carlos (Campinas). Farinha de milho, preço máximo: 2\$230 o alqueire – Castro. Preço médio: 1\$280 – Em numerosas povoações. Preço mínimo \$720 a \$640 – Bragança, Franca, Mogi-Mirim, Jacaré, Constituição (Piracicaba). Feijão, preço máximo: 3\$000 o alqueire – Paranaguá, Castro, Lorena. Preço médio: 2\$569-2\$000 em muitas povoações. Preço mínimo: \$720, \$640, \$500 – Constituição (Piracicaba), Franca, Araraquara, Cunha. Milho, preço máximo: 1\$000 o alqueire – Bananal, Castro, Antonina. Preço médio: \$850 a \$640 – Em numerosas povoações. Preço mínimo: \$500 a \$640 – Constituição (Piracicaba), Franca, Bragança, Capivari, Porto Feliz. Azeite de amendoim, preço máximo: \$640 a medida – Bragança. Preço médio: \$480 – Santa Isabel. Preço mínimo: \$320 – Constituição (Piracicaba), Capivari.

Para que se possa avaliar da importância daquela produção agrícola computada nas estatísticas de 1836, convém lembrar que a população de todo o distrito da vila de Piracicaba se compunha de 10.291 habitantes, ao passo que Sorocaba abrigava 11.133. E por esses números poderá igualmente ser explicado o baixo preço dos cereais e outros gêneros produzidos pela lavoura piracicabana, mormente por saber-se que as comunicações entre a vila e São Paulo e outras povoações se faziam então com grandes dificuldades. Comunicações com o sul apenas, pois todo o leste, norte e oeste do Estado constituíam nesses tempos da Província o sertão inculto e desabitado, para o qual Piracicaba servia de ponto de partida. Além do pequeno burgo de doze quarteirões, além das roças e dos engenhos que ladeavam a povoação nascente, só se encontravam posseiros e fugitivos em vida isolada, num e noutro ponto de todo o vasto território que atingia as águas dos rios Grande e Paraná, espalhados pelos campos de Araraquara ou ao longo do roteiro da Vacaria. Dessas existências humanas, convertidas depois em grupos de roceiros, em pouso de aventureiros, em núcleos de progresso, surgiriam mais tarde as cidades de Araraquara, Rio Claro, Limeira, Barretos, Rio Preto, Itápolis, Bariri, Pederneiras, Descalvado, Araras e tantas outras.

Piracicaba durante todo o período da colonização foi vista apenas por uma banda, aquela que fazia face para a metrópole, para a civilização. Nada, absolutamente nada, se lhe deu até hoje que não refletisse o interesse direto do sul do Estado, da zona que continuou geográfica e cronologicamente o progresso agro-econômico do braço que se estende para o Estado do Rio puxado pelo Paraíba. Como «boca de sertão», pelo picadão de Cuiabá e pela via fluvial que partia mesmo do pé da vila, Piracicaba foi quem iniciou, graduou e acelerou a ainda hoje exaustiva «marcha para o oeste», já socorrendo Iguatemi, já despachando da sombra de suas cabanas de beira-rio os desbravadores abnegados. No entanto, até hoje – mais de um século passado – Piracicaba ainda anseia pela sua ligação férrea e rodoviária com o promissor oeste paulista, o eldorado que sua gente descobriu aos olhos da metrópole e da civilização.

*
* *

Já não havia, a esse tempo, terreno devoluto no município. Isso, porém, não constituía óbice para o seu desenvolvimento. Piracicaba, que iniciara verdadeiramente a povoar-se no início do século XIX, entrava, agora, no seu «momentum» de progresso.

E corria movimento pela vila. O povoado, distendendo-se placidamente pela planície batida do sol que inundava todos os cantos das ruas largas e retas, enchia-se diariamente de outros tons festivos, da humana lida, a lembrar as gloriosas cavalcadas, os dias de santos grandes, contagiando transeuntes, cavaleiros, carreiros, e a molecada, que sempre foi numerosa e sempre foi terrível naquelas paragens. E o borbórinho onomatopaico no pátio da Matriz e na praça fronteira, em cujo centro se levantava o pelourinho, «como sinal de jurisdição, alçada e respeito à justiça».

Não eram pretos só, crioulos em recado, escravos na faina dos transportes. Passavam brancos também, que eram muitos, por isso que se estava no «período de conquista». E de tudo que se via, o mais eram forasteiros, sem escrúpulos de sociedade, astutos escamoteadores dos recenseamentos, que teriam por força de escapar à argúcia de Daniel Pedro Muller.

Com eles ou sem eles, a vila ia crescendo, sem método, sem índi-

ce, mas sempre crescendo, alargando-se, tomando importância. Só nesse ano nasciam 659 crianças e assentavam-se no livro de registros da matriz quase duzentos casamentos.

Nem tudo eram festas, porém. No capítulo da história judiciária, Piracicaba figurou em primeira linha, naquele remoto ano de 1836. Os 20 Termos da Província ficaram duma rabeira de muitos «barcos de luz»; 23 crimes de morte, 14 de ferimentos, 5 de tiros e 1 de roubo...

Foi um verdadeiro recorde, tanto que os Termos que mais crimes de morte registraram não atingiram nem a metade daquele número e foram os de Itu e Guaratinguetá, com 9 «pontos» cada um. Por aí se vê que prestava muito bom serviço aquele «edifício mui ordinário que servia de cadeia». Não fosse, porém, o fato de com alguns balaços despacharem-se 23 importunos para o outro mundo, motivo bastante para aborrecer-se a gente. Com razão se queixava o marechal Pedro Muller de que «sem dúvida, o muito patronato nas causas judiciais» alimentava «o rancor dos que se resolviam a aqueles atentados».

Numeroso, no entanto, era o contingente da Guarda Nacional que se estendia por todo o município, formando ao todo duas companhias de infantaria (429 praças) e uma de cavalaria (76 praças).

Todo mundo, porém, não era guarda-nacional. Contavam-se 59 carpinteiros, 1 pintor, 10 ferreiros, 2 seleiros, 3 ourives, 2 oleiros, 5 tece-lões, 1 padeiro, 1 pedreiro, 14 alfaiates, 25 sapateiros e 1 caldeireiro.

Em primeira plana figuravam 1 juiz municipal, 1 promotor, 1 juiz de paz, 1 juiz de órfãos, 155 cidadãos que podiam ser eleitos juizes de fato (jurados), 1 advogado, 1 tabelião, 1 escrivão, 1 sacerdote, 1 coletor das rendas públicas, 93 comerciantes e 395 «pessoas que sabendo ler e escrever tinham decente subsistência».

Curioso observar que Piracicaba abrigava, então, o maior número

de pessoas que sabiam ler e escrever de todos os núcleos do interior da Província, apesar de não ser a maior a população do seu distrito, que era de 10.291 habitantes. Esse número era de 395 pessoas, ao passo que Itu e Porto Feliz, velhos centros de colonização, acusavam, respectivamente: 11.146 e 11.293 habitantes e: 166 e 214 pessoas que sabiam ler e escrever. Curitiba, ainda da Província de São Paulo, apresentava 16.157 habitantes e 152 pessoas alfabetizadas.

Já nesse ano Piracicaba era comarca eclesiástica e tinha vigário de vara.

E a instrução?

Aí é que a antiga Constituição em nada se identificava com a Piracicaba de hoje: havia uma escola de primeiras letras, com 55 alunos.

Mas foi quanto bastou, para começar...



NOTA A

“Registro de uma confirmação, e sesmaria passada a Felipe Cardoso

Dom João por graça de Deus Rei de Portugal, e dos Algarves d'aquém e d'além mar em África senhor de Guiné e da Conquista Navegação Comércio de Ethiopia Arabia, Persia, e da India etc. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação de data de terra e sesmaria virem, que por parte de Felipe Cardoso me foi apresentada outra passada em meu nome de Rodrigo Cesar de Menezes governador e capitão-general da capitania de São Paulo por ele assinada de que o teor é o seguinte.

Rodrigo Cesar de Menezes do Conselho de Sua Magestade que Deus guarde governador e capitão-general da capitania de São Paulo, e Minas de Paranapanema e do Cuiabá, etc. Faço saber aos que esta minha carta de data de terras de sesmaria virem que tendo respeito ao que por sua petição me enviou a dizer Felipe Cardoso morador na vila de Itu que ele suplicante se achava com possibilidade de povoar terras e tinha feito à sua custa o caminho de Piracicaba até a vila de Itu, e socorrido gratuitamente com mantimentos aos que se exercitavam no caminho do Rio Grande e porque estava vaga muita parte de terra no Porto de Piracicaba e ele suplicante queria situar-se no porto do dito rio, para o que lhe era necessário uma legua de sertão; pedindo-lhe fizesse mercê em nome de Sua Magestade que Deus guarde conceder-lhe a dita terra por sesmaria; e atendendo às razões que alegou e ao que respondeu o procurador da Fazenda Real a quem se deu vista e ser em utilidade dela cultivarem-se

as terras desta capitania pelo acréscimo dos dízimos reais. Hei por bem de conceder em nome de Sua Magestade que Deus guarde por carta de data de terras de sesmaria ao dito Felipe Cardoso da vila de Itu no porto de Piracicaba uma légua de terra de largo, de testada meia para baixo, e meia para cima ficando o porto em meio e uma légua de comprido para o sertão, com os rumos e confrontações que o suplicante declara as quais terras lhe concedo para que as haja logre e possua como coisa própria tanto ele como todos os seus herdeiros descendentes e ascendentes sem pensão nem tributo algum mais que o dízimo a Deus Nosso Senhor dos frutos que nelas tiver, a qual concessão lhe faço não prejudicando a terceiro e reservando os paus reais que nas ditas terras houverem para embarcações; e cultivará as ditas terras de maneira que dêm frutos e dará caminhos públicos e particulares aonde forem necessários para pontes fontes portos e pedreiras e se demarcará ao tempo da posse por rumos de corda e braças craveiras como é estilo e Sua Magestade manda, e confirmará esta carta pelo dito senhor dentro de dois anos primeiros seguintes pelo seu Conselho Ultramarino na forma da ordem real de 23 de novembro de 1698, e não venderá as ditas terras sem expressa ordem de Sua Magestade, e será obrigado a cultivá-las, demarcá-las, e confirmá-las dentro dos ditos dois anos com declaração que não ficará o suplicante sendo senhor das minas de qualquer gênero de metal que nas ditas terras se descobrirem, e mandando Sua Magestade criar vila naquele distrito dará terras para rossio e bens do conselho na forma que o dito senhor tem determinado, e sucedendo nelas pessoas eclesiásticas, pagará delas dízimos e todos os mais encargos que o dito senhor lhe quizer impor, e outros sim não poderão nelas suceder religiões por nenhum título em tempo algum, e acontecendo possuí-las será com o encargo de pagarem delas dízimo como se fossem possuídas por pessoas seculares e faltando-se a qualquer das cláusulas nesta declaração se haverão por devolutas, e se darão a quem as pedir ou denunciar como Sua Magestade manda em suas ordens. Pelo que ordeno ao provedor da Fazenda Real ministros e oficiais de justiça e mais pessoas desta capitania a que tocar, que na forma referida e com as condições declaradas deixem ter e possuir as ditas terras nas partes já nomeadas ao dito Felipe Cardoso, para ele e todos os seus herdeiros ascendentes e descendentes como coisa própria. Cumpram e guardem esta minha carta de data de terras de sesmaria inteiramente como nela se contém sem dúvida alguma a qual lhe mandei passar por

mim assinada e selada com o sinete de minhas armas, e se registrará nos livros da secretaria deste governo, nos da Fazenda Real da praça de Santos e nos mais a que tocar. Dada na cidade de São Paulo aos vinte e seis dias do mês de junho Luiz de Almeida Barbosa a fez. Ano de mil e setecentos e vinte seis. O secretário Gervásio Leite Rebelo a fez escrever / Rodrigo Cesar de Menezes, pedindo-me o dito Felipe Cardoso que porquanto o dito governador e capitão-general da capitania de São Paulo lhe fizera mercê em meu nome de lhe dar de sesmaria as terras sobreditas lhe fizesse mercê mandar-lh'as confirmar, e sendo visto seu requerimento e o que sobre ele responderam os procuradores de minha fazenda a que se deu vista. Hei por bem fazer-lhe mercê de lhe confirmar meia légua de terras da que lhe deu o dito governador de São Paulo no sítio acima referido, não só com as cláusulas costumadas e insertas na carta nesta incorporada mas com todas as mais que dispõe a lei, e antes de tomar posse das ditas terras, será obrigado a mandá-la medir e demarcar, e sucedendo nela em algum tempo pessoa eclesiástica ou religiões, serão obrigados a pagarem dízimos, e todos os demais encargos que eu lhe quizer impor de novo. Pelo que mando ao meu governador e capitão-general da capitania de São Paulo, e mais ministros e pessoas a que tocar, cumpram e guardem esta minha carta de confirmação, e a façam cumprir e guardar inteiramente como nela se contém sem dúvida alguma a qual lhe mandei passar por duas vias por mim assinada e passada pela minha chancelaria, e pagou de novos direitos quatrocentos réis que se carregaram ao tesoureiro José Correa de Moura a f. 206 verso do L.O 12 de sua receita como constou de seu conhecimento em forma registado no registo geral a f. 347 verso. Dada na cidade de Lisboa Ocidental aos seis dias do mês de fevereiro. Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e setecentos e vinte e oito (*)¹²⁸ / El Rei. Carta de confirmação de data de terras por que Vossa Magestade há por bem de confirmar na pessoa de Felipe Cardoso meia légua de terras da que em nome de Vossa Magestade lhe deu de sesmaria

128 (*) Na carta de sesmaria, publicada no vol, III (pág. 124) de «Sesmarias», figura a data de 26 de junho de 1.723. Trata-se certamente de erro de cópia, pois tendo Felipe Cardoso obtido confirmação em 1728, devia ter sido expedida aquela carta, na verdade, em 1726, pois a confirmação só podia ser concedida dentro do prazo de dois anos, conforme preceituava a ordem régia de 23 de novembro de 1698. Além do mais, as cartas que figuram no mesmo vol. III, imediatamente antes e depois da de Felipe Cardoso, trazem a data de 1726, e ambas são do mês de junho, como aquela.

o governador e capitão-general da capitania de São Paulo Rodrigo Cesar de Menezes, no sítio mencionado na carta nesta incorporada, como nela se declara que vai por duas vias / Para Vossa Magestade ver / Primeira via / Bernardo Felix da Silva a fez / Por despacho do Conselho Ultramarino de 21 de janeiro de 1728. Pg. 1\$000 / Antônio Rodrigues da Costa / José de Carvalho e Abreu / Fica assentada esta carta nos livros de mercês e pg. \$400/ Amaro Nogueira de Andrada / José Vaz de Carvalho/ Pg. \$400 reis e aos oficiais 1\$110, Lisboa Ocidental 13 de março de 1728. D. Miguel Maldonado / O tesoureiro André Lopes da Lavre a fez escrever. Registrada na chancelaria-mor da Corte e Reino no livro de ofícios e mercês a f. 158. Lisboa Ocidental 15 de março de 1728. Xavier Alves de Moura // Registrada a f. 135versodo L. 18 de Ofícios da secretaria do Conselho Ultramarino. Lisboa Ocidental 20 de março de 1728 // André Lopes de Lavre // Cumpra-se como Sua Magestade manda Com declaração que antes de tomar posse se medirá e demarcará sem o que não terá vigor. São Paulo o primeiro de agosto de 1728 // Antonio da Silva Caldeira Pimentel // E não se continha mais na dita carta de confirmação que aqui registei na própria a que me refiro. São Paulo 2 de agosto de 1728. – Bento de Castro Carneiro.» («Sesmarias», vol. II, pág. 492).

NOTA B

Os nossos historiadores não se ocuparam da primeira estrada de Cuiabá de modo a autorizar uma hipótese plausível quanto ao roteiro ou rumo que teria tomado esse caminho. Um único, ao que sabemos, se dedicou ao assunto foi o sr. Gentil de Assis Moura que, no estudo «O primeiro caminho para as minas de Cuiabá (R.I.H.S.P., XIII, 25), tentou reproduzir o roteiro, não conseguindo, porém, tornar aceitável qualquer hipótese. Nem Capistrano de Abreu, nem Afonso de Taunay, nem Basílio de Magalhães, nem Varnhagem, nem os mais antigos, nenhum deles cogitou dessa intrincada estrada de Cuiabá, primeiramente imaginada pelo Conde de Assumar e realizada, logo depois, no governo de Rodrigo Cesar de Menezes.

Essa estrada não chegou a figurar, parece-nos, em nenhuma daquelas deficientíssimas cartas geográficas da Capitania, feitas pelo antigo sistema decorativo, sistema que provocara o azedume do português Pedro Nunes, levando-o a queixar-se de que os cartógrafos «só sabiam de muito ouro, muitas bandeiras, alifantes e camelos e outras coisas iluminadas.»

Mas a ausência da primeira estrada de Cuiabá nos mapas antigos de São Paulo só pode ser atribuída à sua própria deficiência, pois, apesar de construído, esse caminho não chegou a ser usado: pelo menos não o foi como desejava o governador da Capitania, isto é, como meio mais fácil para «todos os irem e virem com cavalos e cargas».

Quando governava São Paulo o Conde de Assumar, instalado em Ouro Preto (por isso capital de São Paulo), recebeu Gabriel Antunes Maciel a incumbência de construir uma estrada ligando São Paulo a Cuiabá. Foi isso em 1720 e Gabriel Antunes Maciel, depois de aceitar o encargo, desistiu dele e botou-se para as minas, em busca de seus «aurinos frutos», e onde já se achavam os demais Antunes Maciel.

Ao mesmo tempo aparecia Bartolomeu Paes de Abreu requerendo regalias em seu proveito, pois dizia estar construindo um caminho por terra de São Paulo às minas de Cuiabá.

Pedro Taques, o linhagista, filho de Bartolomeu Paes, assim se refere ao fato:

«Meditando sempre em fazer algum serviço à corôa e à utilidade pública, e persuadido de que se pusera em desprezo a sua representação anterior (era para fazer o caminho de São Pedro do Rio Grande do Sul), propôs em Câmara, ausente o general em Minas Gerais, que queria, à sua custa, abrir o caminho de terra para Cuiabá dando-lhe princípio pelo morro de Botucatu, no termo da vila de Sorocaba, e sendo-lhe aprovada a resolução se dispôs para cujo serviço entrou com força de armas e bons trabalhadores, ajustando-se e taxando-se na mesma Câmara o salário de 4\$000 por mês a cada índio dos que pediu para a fatura do caminho» (Nob. Paul.).

«Entrou então – escreve Gentil de Moura – pelas campanhas de matos que há entre os rios Anhambí e Paranapanema, pelo distrito de Sorocaba, com o fim de explorar a parte mais conveniente para fazer caminho para as minas de Cuiabá. Fez a maior parte do caminho passando o serro de Botucatu para diante da passagem do rio Jacori e buscou o rio Grande entre o rio Aguapei e Uguará onde fez roças de mantimentos e colocou 248 cabeças de gado, gastando nessa fatura cerca de dois mil cruzados».

Mas chegando a São Paulo o capitão-general Rodrigo Cesar de Menezes, parece que por sentir-se ofendido na sua vaidade, indispsôs-se com Bartolomeu Paes. E não atendendo ao pedido do pai do linhagista (Docs. Ints., XXXII, 328), botou um edital em 23 de novembro de 1721, dois meses depois de sua posse, convocando todas as pessoas «com préstimo

e inteligência para empreenderem e conseguirem» abrir «o caminho pelo sertão para as novas minas de Cuiabá, para ficar mais fácil a todos o irem e virem com cavalos e cargas, com mais comodidade do que até agora experimentam pelos rios» (Docs. Ints., XII, 14).

Depois do bando lançado nas principais ruas da praça de São Paulo, Santos, Itu, Sorocaba, e afixado no corpo da guarda, não tinham passado exatamente dois meses, Rodrigo Cesar assinava a provisão de 19 de janeiro de 1722, pela qual houvera «por bem fazer mercê de conceder em nome de Sua Magestade que Deus guarde ao Sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar, Manuel Godinho de Lara, Sebastião Fernandes do Rego, e mais sócios, que possam abrir caminho por terra para as novas minas do Cuiabá, pela paragem mais conveniente e breve, que participarão logo das oitavas da páscoa próxima que vem... (Rev. Arq., XII, 97 e Docs. Ints., XII, 27).

Diz-se, a certa altura, nessa provisão:

«... e sendo vista a petição e condições votaram os oficiais da Câmara, Ministros e Procurador dos quintos, e provedor dos quintos digo da coroa e fazenda e as mais pessoas sobreditas, todos uniformemente em que se devia preferir o requerimento do dito sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar, e mais sócios por se obrigarem abrir o caminho em menos tempo e com mais comodidade da fazenda real, e tendo consideração a todos estes respeitos e aumento da dita fazenda real, no acréscimo que há de ter os dízimos, a quintar reais sem ser necessário que para esta importante diligência haja de contribuir ao dito sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar Manuel Godinho de Lara, Sebastião Fernandes do Rego, e mais sócios, em nome de Sua Magestade ... (...)... como também lhe concedo as terras que contém da Barra do rio Aguapei até a Barra do Guiraí que é a sobranceira que desemboca no Rio Grande, que serão três léguas de barra a barra, e daí pelo sertão dentro até os campos gerais de Suiticabu (?) servindo-lhe os mesmos rios de demarcação»...

No dia seguinte ao desta provisão, Bartolomeu Paes fez um requerimento a Rodrigo Cesar pedindo reconsideração desse ato, pelo qual requerimento – diz Gentil Moura – se vê que os três sócios «pretendiam atacar a estrada pelo lado do rio Grande, de modo a sair no trabalho já feito pelo requerente e que necessariamente seria utilizado por eles».

«Nessa bem fundamentada exposição, insiste no seu direito sobre ela, pedindo que lhe fosse dada com a mesma regalia com que a deram a Manuel Godinho comprometendo-se a abri-la em menos de seis meses e abastecer de gado as minas pelo prazo de nove anos».

Rodrigo Cesar, porém, não atendeu à reclamação de Bartolomeu Paes e, pelo contrário, pouco tempo depois, em 27 de março de 1722, ordenava em bando que «nenhuma pessoa desta capitania de qualquer qualidade ou condição que seja, vá ou mande à dita paragem chamada a Vacaria, nem intente abrir caminho por outra qualquer parte, e o que fizer o contrário incorrerá na pena de dez anos de degredo para o Reino de Angola e dois mil cruzados.» (Docs. Ints., XII, 25).

O governador queria intimidar o pai do linhagista com a ameaça de dez anos de degredo em Angola.

*

*

*

Entretanto, Manuel Godinho de Lara pouco depois desistia de fazer a estrada. Do que se passou, então, nos informa a seguinte carta de Rodrigo Cesar ao rei de Portugal, em fins de 1724:

«Sr. Logo que se ajustou abrir-se o caminho para as novas minas de Cuiabá, dei conta a V. Magestade da forma do ajuste dele com Manuel Godinho de Lara, cujas condições remeto, como V. Magestade me ordena, as quais não tiveram efeito por causa de não abrir o caminho com a brevidade que prometia, assim por ser pouca a gente que levava e lhe morrer parte dela e fugir outra, como porque as águas entraram, faltando-lhe também o mantimento, e porque depois se ofereceu Luiz Pedroso de Barros para abrir pela parte mais conveniente, pedindo por prêmio se lhe perdoasse o crime que lhe resultou de uma assuada que se fez ao Sindicante Antônio da Cunha Soutomaior, o que conseguiu da Relação do Estado, comutando-se lhe a sentença que tinha tido à pena pecuniária e procurando logo a ir abrir o dito caminho, foi sem demora, e depois de andar nove meses na diligência se recolheu a esta Cidade, dando conta do que havia feito, e porque não tinha comodidade para irem gados se resolveu a tornar, escolhendo diferente rumo em que se pudesse achar melhores passagens para cavalgaduras e gados, e assim por ele espero

cada dia se recolha com o caminho feito por ter capacidade e préstimo para isso e força dos parentes. e amigos que o acompanham».

E dizia em seguida o capitão-general:

«Também espero que o primeiro com quem se ajustou abrir saia com ele, pois foi sem ser obrigado mais que de capricho e não querer nada pelo dito serviço, e qualquer que o abra se escolherá o mais conveniente por convir um só» (Docs. Ints., XXXII, 82).

Por aí se vê que Manuel Godinho, como particular e por capricho apenas, continuava fazendo a sua estrada, ao mesmo tempo em que Luiz Pedroso construía oficialmente o caminho para Cuiabá. Assim, tivesse ou não Manuel Godinho seguido pelo roteiro começado por Bartolomeu Paes, de qualquer jeito eram duas estradas, pelo menos, que estavam sendo feitas em fins de 1724.

Quando foi em março do ano seguinte, conferia o capitão-general o prêmio do hábito de Cristo a Luiz Pedroso (Docs. Ints., XX, 156). Isso quer dizer que o sertanista aprontara a estrada convenientemente, o que parece certo, pois Rodrigo Cesar já o tinha feito uma vez tornar ao trabalho, quando o caminho ainda não possibilitava o trânsito de tropas (Docs. Ints., XX, 111). E que a estrada fora aceita como boa e praticável, prova-o o fato de que, quando começava o ano de 1726, o capitão-general escrevia ao vice-rei dizendo que «pela abertura do novo caminho que fez o sargento-mor Luiz Pedroso pretendo fazer com que se introduza gado e cavalgadas por ele nas ditas minas e para se facilitar mais a passagem e vencer uma grande parte de distância, me foi preciso eleger um cabo dos melhores sertanistas, para que com um corpo de gente vá assistir naquela paragem que for mais conveniente, e possa não só embaraçar as hostilidades, que o gentio Caiapó costuma fazer, por ser o mais bárbaro, mas destruí-lo, para que sem impedimento possam os viandantes cursar o caminho, com a introdução do gado e socorro de gente, que se faz mui necessário» (Docs. Ints., XX, 211).

E, ainda em maio desse mesmo ano, escrevia Rodrigo Cesar ao rei:

«Sr. Pelo caminho que mandei abrir para as Minas de Cuiabá pelo Sargento-Mor Luiz Pedroso de Barros se há de este ano introduzir gado

e cavalgadas, sendo a primeira pessoa que se anima a levá-lo o Mestre de Campo Manuel Dias da Silva, sobrinho do dito Sargento-Mor, um dos melhores sertanistas que tem servido assim nas Minas Gerais como nas do Cuiabá a V. Magestade, em o qual renuncia a mercê do hábito de Cristo seu tio o Sargento-Mor Luiz Pedroso por não ter filhos e porque o dito Mestre de Campo Manuel Dias se faz merecedor daquela mercê, espero que V. Magestade se digne confirmar-lhe a dita renúncia, de que não se seguirá pequena utilidade da permissão de semelhante honra, pois os mais pela merecerem procurarão com todo o desvelo não só adiantaram os novos descobrimentos, mas fazerem novamente muitos mais sendo os Paulistas os únicos para semelhantes empresas com a experiência que têm mostrado» (Docs. Ints., XXXII, 158).

*

* *

Antes de tentarmos reconstituir qual teria sido o rumo seguido pela estrada de Luiz Pedroso de Barros, vejamos de relance, o do caminho começado por Manuel Godinho de Lara. Gentil Moura, no trabalho citado, entende, acertadamente, que é mais aceitável a hipótese de que Manuel Godinho tivesse tentado abrir a estrada pela paralela à já iniciada por Bartolomeu Paes.

No dia 2 de maio de 1722 escrevia Rodrigo Cesar ao vicerei dizendo: «A paragem chamada a Vacaria (onde deveria desembocar a estrada B. Paes) (...) tenho ordenado agora proximamente se não continue aquele caminho, por não convir que haja alguma diversão ou descaminho de ouro» (Docs. Ints., XX, 26).

Assim, proibido o trajeto na direção da Vacaria, não resta dúvida, portanto, que Manuel Godinho não estava seguindo aquele rumo. Certamente que ia paralelo ao caminho de Bartolomeu Paes, mais por cima, passando por Botucatu e seguindo à meia distância do Tietê e Aguapeí, de modo a sair no Camapuan, região banhada pelo rio Pardo, importante afluente da margem direita do Paraná. Incontestável, parece-nos, é que Manuel Godinho desejava atingir um ponto próximo à barra do Aguapeí, onde pretendia obter terras, como se pode ver pela provisão de 19 de janeiro, já citada.

Quanto ao rumo que teria seguido a estrada de Luiz Pedroso, Gentil Moura, que dela tratou, expendeu esta opinião:

«o ponto em que essa estrada chegou ao rio Paraná, foi quase fronteiro à barra do rio Pardo, conforme se identifica no mapa daquele rio levantado pelo brigadeiro Sá e Faria, em 1777».

«Além da convenção para estradas que ele traçou nesse ponto, traz a seguinte nota: Caminho que se abriu para Sorocaba».

É engano do autor. Também A. de Toledo Piza se enganou quanto a este ponto. Em nota a um documento (Docs. Ints., XXXV, 295), afirma: «Luiz Pedroso de Barros um dos heróis paulistas na «Guerra dos Emboabas», livrou-se deste crime trabalhando na abertura de um caminho terrestre de São Paulo ao rio Pardo»... Aliás, engana-se também quando se refere ao crime de Luiz Pedroso, que nenhuma relação tinha com a guerra dos Emboabas, como já vimos na carta de Rodrigo Cesar ao rei de Portugal, citada no artigo anterior. (V. sobre este assunto a Provisão Régia mandando prender os paulistas acusados de tentativa de homicídio contra o desembargador sindicante Antônio da Cunha Souto Mayor acompanhado do rol dos culpados – de 17 de novembro de 1713 – Docs. Ints., XLIX, 114).

A estrada de Luiz Pedroso, como mostraremos adiante, foi desembocar no rio Paraná acima da barra do Tietê, ou nas proximidades desta barra ou no atual Porto Taboado, e seguia costeando a margem direita deste rio. Já vimos que o caminho de Manuel Godinho de Lara seguia paralelo ao de Bartolomeu Pais de modo a sair muito acima da barra do rio Pardo, ponto que demandava a estrada do pai do linha-gista.

Manuel Godinho, porém, não terminou o seu trabalho. E ali por 1769, Francisco Pais (que não interessa a este estudo) estava trabalhando na construção de uma estrada que, saindo de um ponto mais ou menos fronteiro à barra do rio Pardo seguiria até Sorocaba. É o que informa o «Diário de Navegação», de Teotônio José Jusarte (Rev. Arq., LXI, 77). Se esse Francisco Pais concluiu a estrada que pretendia abrir, essa então deve ser a citada por Sá e Faria, poucos anos depois, em 1777.

Não apenas indícios nos levaram a afirmar que a estrada de Luiz Pedroso de Barros seguia pela margem direita do Tietê, através dos campos de Araraquara. Podíamos acreditar tivesse sido levado Gentil Moura a concluir que Luiz Pedroso buscara a foz do Rio Pardo, costeando o Paranapanema, à vista daquela afirmação de Rodrigo Cesar, na carta ao rei de Portugal: «... e porque depois se ofereceu Luiz Pedroso de Barros para o abrir pela parte mais conveniente...» isto é, por outra parte que não a escolhida por Manuel Godinho. Teria refletido, pois, aquele autor que não aceitando o rumo do sócio de Fernandes do Rego (que, aliás, resolvera continuar o trabalho iniciado), Luiz Pedroso optara pelo roteiro de Bartolomeu Pais, o qual não protestara diz G. Moura por ser aparentado com ele. Não devemos esquecer, entretanto, que o trajeto em demanda da Vacaria continuara proibido, sob pena de dez anos de degredo.

Na verdade, é possível que Luiz Pedroso tivesse seguido por esse roteiro de B. Pais, por isso que, sob a proteção do governador, bem podia estar imune às penas daquela proibição. Assim teria seguido ele inicialmente pelo rumo da Vacaria, o qual abandonara logo em seguida, para preferir fazer a estrada pela margem direita do Tietê. Esta suposição é autorizada por uma segunda afirmação de Rodrigo Cesar, contida na mesma carta ao rei de Portugal. Quando diz:

«... e porque não tinha comodidade para irem gados se resolveu a tornar, escolhendo diferente rumo...», quer dizer, o dos campos de Araraquara. Que este último trajeto foi o da estrada aberta pelo sertanista, tivessê ele principiado ou não por qualquer outro, é o que tentaremos provar em seguida. Vejamos:

1.º – Joaquim Silveira Melo, que em fins do século passado escreveu a história de Piracicaba (Alm. Pir. 1900), falando dessa estrada de Luiz Pedroso, diz: «Este caminho atravessa o rio Piracicaba logo abaixo das corredeiras do salto do mesmo nome em «um baixio arenoso que dava perfeitamente vau durante o tempo invernosos». Silveira Melo infelizmente não costumava citar as fontes de suas informações, mas é sabido que ele pesquisara a documentação do Arquivo do Estado, de cujo

antigo diretor, Toledo Piza, foi muito amigo. Está claro, pelo menos, que aquela frase que ele grifou foi lida em algum lugar e não era dele.

Se a estrada atravessava o rio Piracicaba, era porque seguia pela parte de cima do Tietê.

2.º – Em 1723, Rodrigo Cesar concedia a Felipe Cardoso uma sesmaria de terras em Piracicaba, porque esse Felipe Cardoso «tinha feito à sua custa o caminho de Piracicaba até a vila de Itu, e socorrido gratuitamente com mantimentos aos que se exercitavam no caminho do Rio Grande» (Sesmarias, III, 127).

Quem fazia em 1723 esse caminho do Rio Grande (Paraná) era Luiz Pedroso, e se Felipe Cardoso tinha fornecido mantimentos à «turma da estrada», como diríamos hoje, era porque o pessoal de Luiz Pedroso andara por aqueles sítios. Esses sítios ficavam ao redor do salto do rio Piracicaba.

3.º – Ainda em Santos, recentemente chegado de Lisboa, recebera o sucessor de Rodrigo Cesar, Caldeira Pimentel, dentre outras uma representação da Câmara de São Paulo, pela qual pediam os vereadores fosse abolido «o Registo que se faz do ouro que vem das Minas de Cuiabá na paragem do Araritaguaba ou Piracicaba» por estar esse registo dentro do território de São Paulo. «Assim o vemos praticado – diziam – nas Minas Gerais, onde o Registo está nos limites do distrito delas, e dentro delas são os moradores e mineiros senhores do seu ouro» (Rev. Arq., XXXIII, 121).

Parece que, sem grande importância, esse quase desconhecido registo, cuja instituição se deveria a Rodrigo Cesar em um ponto indeterminado da estrada de Luiz Pedroso logo depois de concluída esta, destinava-se apenas a quintal ou apreender o ouro de escassos transportadores que, contrariando as ordens do capitão-general, vinham de Cuiabá pelo ruim caminho de terra. É a suposição plausível, que se reforça ainda mais à leitura da representação dos camaristas de São Paulo, os quais dizem a certa altura «que pois vem chegando tempo de virem tropas de Cuiabá e Goiás». A representação é de maio de 1729, e daí se conclui que são tropas efetivamente de que falam (mesmo porque não

empregavam esse termo para designar as monções), pois, como se sabe, passada a época das águas, retomavam as tropas suas idas e vindas pelos sertões.

Essas tropas, vindas de Cuiabá, em 1729, vinham certamente pela estrada de Luiz Pedroso, e passavam por um registo que havia em Ararituaba (Porto Feliz) ou Piracicaba.

4.º – E num manuscrito descoberto por Capistrano de Abreu, que Afonso de Taunay entende datar do segundo quartel do século XVIII (pouco depois portanto de terminada a estrada de Luiz Pedroso), um desconhecido faz a «Demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo servem para os rios Cuiabá e Província do Cochiponé». O único caminho por terra aí denunciado é esse de que fala o autor anônimo no trecho seguinte:

«Visto o caminho ordinário e viagem que fazem os Paulistas, direi o caminho que alguns dizem se pode fazer todo por terra, de São Paulo para o Cuiabá, do que se representa mais fácil é de Itu caminhar para o rio Piracicaba, aberto caminho pelo mato da outra parte.

Em quatro dias se pode chegar ao Campo de Araraquara, daí ao Nordeste, levando à mão esquerda a mata do rio Tietê, chega-se ao Rio Grande; julgam alguns será caminho de um mês; mas outros julgam que, feito o caminho e abatidos os pastos, que são altos, com o fogo, em menos dias se fará esta viagem» (An. Museu Paul. I, 455.).

*

* *

Outros argumentos nos fornece a história em favor da afirmação de que o rumo seguido pela estrada de Luiz Pedroso de Barros foi aquele indicado no nosso artigo precedente, isto é, o dos campos de Araraquara, passando por Itu, Piracicaba e Pedras (Itápolis) estas duas ainda não existentes.

Deduções, indicações rápidas, indícios, pequenos sinais, deles nos excusamos de lançar mão, pois, sem maiores vantagens para a elucidação do assunto, só serviriam para aborrecer os leitores.

Entretanto, há uma série de acontecimentos ocorridos mais tarde, que procuramos aproveitar, embora ligeiramente, a fim de reafirmar aquela nossa asserção.

Quarenta e poucos anos depois de construída a estrada de Luiz Pedroso de Barros, o capitão-general D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, preocupado com a segurança da praça militar de Iguatemi, localizada na fronteira de Mato Grosso com o Paraguai, escrevia ao capitão-mor daquela vila. Dizia o governador de São Paulo que tinha «mandado abrir o caminho de terra, desde Piracicaba até essa Praça»... (Docs. Ints., IX, 82). Em outro documento acrescentava o Morgado de Mateus: «:... tendo resolvido mandar fazer a dita picada pela povoação de Piracicaba, por onde entravam antigamente os descobridores, pela dita paragem em direitura, ao rio Grande» (Docs. Ints., VI, 98). O que quer dizer que essa estrada para Iguatemi devia seguir o antigo roteiro de Luiz Pedroso.

Mais alguns anos se passaram, e D. Luiz Antônio escrevia ao provedor da Fazenda Real: «Porquanto tenho encarregado a Antônio Corrêa Barbosa (povoador de Piracicaba) a abertura do caminho para a nova praça de Iguatemi, e tem mostrado nesta diligência tanto adiantamento que se acha na direitura da Cachoeira de Avanhandava, de onde facilmente, por ser já campo, se poderá passar ao Rio Grande...» (Docs. Ints., VI, 139).

Ainda com referência ao mesmo assunto, o capitão-general baixava, a 20 de abril de 1770, a seguinte portaria:

«Ordeno ao Ajudante Manuel José Alberto passe à vila de Sorocaba, e fale com o capitão-mor José de Almeida Leme, o qual há de ter duas Ordens, que lhe tenho escrito, para a abertura do caminho que se há de fazer para a nova povoação do Ivaí, pelo caminho de BOTUCATU, e informando-me das muitas dificuldades que há no dito sertão, tenho resolvido mandar fazer a dita picada pela povoação de Piracicaba, por onde entravam antigamente os descobridores, pela dita paragem em direitura ao Rio Grande (...) para o que o dito capitão-mor (da vila de Sorocaba) dará toda a ajuda a favor ao referido Ajudante para que sem mais demora faça aprontar André de Souto Gurgel, morador em Botucatu, Francisco Gonçalves Padinha, morador na mesma parte, Pascoal Leite de Moraes, morador em Itapetininga, Braz Palhona, também morador na mesma

parte, Gaspar Leme, e todos os demais homens que tiver prontificado o Capitão Antônio Furquim Pedroso. De toda esta gente tomará com elas a nova Povoação de Piracicaba, e aí os entregará a Antônio Corrêa Barbosa, e os fará marchar sem mais demora» (Docs. Ints., VI, 97).

Convém reparar desde já que se a estrada, pretendida pelo capitão-geral tivesse que seguir pela parte de baixo do Tietê, toda aquela gente de Botucatu, Itapetininga e Sorocaba não precisaria ir a Piracicaba, para dali marchar. Pelo contrário ficaria esperando Antônio Corrêa Barbosa em algum ponto das redondezas ou de Botucatu, ou de Itapetininga, ou de Sorocaba.

E em seguida a essa portaria de D. Luiz Antônio vinha a ordem para Corrêa Barbosa, o encarregado de fazer a estrada:

«Ordeno a Antônio Corrêa Barbosa que tanto” quer tomar conta da gente, que lhe há de entregar o ajudante Manuel José Alberto, marchará com eles, e dará princípio à picada que se lhe manda fazer para a nova povoação de Ivaí, entrando por aquela “mesma parte por onde caminhavam os antigos descobridores, e seguirá suas pisadas até certa altura, de onde cortará em direitura ao Rio Grande, procurando sair com a picada pouco mais ou menos por onde faz barra o Rio Pardo, inclinando-se sempre o mais que puder para a parte do sul, para onde lhe fica a povoação; o que fará conforme o permitir as asperezas das serras e dificuldade dos pantanais, em ordem a que seja menor o rodeio, e mais breve a passagem) para aquele continente»... (Docs. Ints., VI, 98).

Poderíamos dizer que seria absurdo pensar em subir a margem direita do Tietê, entrar no Mato Grosso pelo Paraná e daí descer para a região da Vacaria. Mas eram próprios da época os absurdos, principalmente os geográficos. E esse absurdo ocorreria também a D. Luiz Antônio, como logo se evidenciará.

Já vimos que Corrêa Barbosa, antes de terminar o ano, isto é, em princípios de novembro, estava em direção à cachoeira do Avanhandava, tendo feito, portanto, umas 50 léguas de caminho em quatro meses de trabalho. Pode-se dizer, daí, que o antigo caminho de Luiz Pedroso, não estivera inteiramente abandonado durante os quarenta e tantos anos que medeiam entre uma data e outra.

Mas de repente D. Luiz Antônio decidiu fazer a estrada pela parte de baixo do Tietê. É o que se vê desta carta de 7 de fevereiro de 1771, escrita ao capitão-mor de Sorocaba, José de Almeida Leme:

«Recebo a carta de Vme. de 29 de dezembro e vendo dela a proposição que vme. me faz oferecendo-se para mandar fazer a experiência de abrir caminho à sua custa desde essa Vila até a Praça de Iguatemi, é tal o meu contentamento (...) O meu intento sempre foi abrir o caminho pelo Botucatu e só desisti deste por me assegurarem que eram grandes os morros e as dificuldades, ainda que delas não estou muito capacitado, porque nas bordas de grandes rios sempre de ordinário há grandes campos, e me persuado que costeando o Paranapanema se há de achar vereda franca até o Paraná, além de ser muito mais direito, e muito mais perto que cá por cima por Piracicaba, por onde é necessário fazer grandes voltas para o Iguatemi, que fica ao sul» (Docs. Ints., VI, 145).

Essa carta do capitão-general nos fornece as seguintes conclusões:

1.º – Antônio Corrêa Barbosa não estava fazendo o caminho pelo Botucatu;

2.º – Também não o fazia mais por baixo, costeando o Paranapanema;

3.º – Não seguia a sua rota pela banda esquerda do Tietê, pois se fosse por qualquer parte dessa região sempre seria «em linha reta, e muito mais perto do que lá por cima».

Pode-se, pois, afirmar que era por cima do Tietê o trajeto de Corrêa Barbosa, «por onde era necessário fazer muitas voltas para o Iguatemi que ficava ao sul».

E se era cá por cima, por Piracicaba, e se era por onde seguiam antigamente os descobridores, está evidenciado que era pelo caminho de Luiz Pedroso e que este seguia pela margem direita do rio Tietê.

Mais tarde, no século dezenove, quando outra vez se quiz abrir uma estrada de São Paulo para Cuiabá, e de fato se abriu, foi mesmo pela parte de cima do Tietê que ela foi feita.

*

* *

Finalizando, convém que se diga que a estrada de Luiz Pedroso de Barros, não obstante concluída, não foi usada, ou por mal feita ou em virtude do gentio que infestava as suas margens. Outros motivos ainda explicam a falta de trânsito por esse caminho, como, por exemplo, os interesses do fisco. Logo depois de feita a estrada, Rodrigo Cesar escrevia ao seu preposto Sebastião Fernandes do Rego, localizado em Cuiabá: «Terá V. Mce. particular cuidado não sigam os mineiros o caminho de Luiz Pedroso, ou alguma vereda, por onde se possa desencaminhar o ouro que devem apresentar» (Docs. Ints., XX, 191).

Por essa época, as pessoas que de Cuiabá desejavam vir por terra para São Paulo, iam das minas desembocar na estrada de Goiás, muito conhecida e transitada, e desciam por esta para o planalto.

Por mais irrisório que pareça, a verdade é que, logo depois de construída foi a estrada de Luiz Pedroso «trancada oficialmente pelo capitão-general.» E já em 1728 vamos encontrar Bartolomeu Paes, o mesmo que quizera abrir a estrada para a barra do rio Pardo, confessando que: «A derrota mais conveniente para o caminho das minas do Cuiabá é a mesma de Goiás, dividindo-se em certa altura a estrada para Goiás, fazendo derrota mais direita a buscar o Cuiabá, e o Goiás à mão direita.. – Todas as pessoas antigas e peritas nas campanhas destes sertões assentam ser assim o melhor, porque se vai livre de todas as nações de gentios (...) que sulcam o Rio Paraguai, Taquari, Porrudos e Cuiabá» (Docs. Ints., XXIV, 58).

Mas essa confissão de Bartolomeu Paes, feita em 1728, quer dizer que já então não havia caminho de tropas para Cuiabá. A carta dele começa mesmo dizendo isso: «A falta de caminho de terra para as Minas do Cuiabá tem ocasionado um grande prejuízo...»

NOTA C

Acerca da elevação de Piracicaba à categoria de Freguesia, diz a Comissão Central de Estatística da Província de São Paulo, no Relatório referente aos anos de 1886 e 1887 (Tipografia Kidg, São Paulo, 1888 – pág. 444):

«O novo povoado foi elevado a freguesia em 1810.» Esta informação harmoniza-se com o que diz na sua obra, «Geografia da Província de São Paulo», pág. 83 o brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira; mas não está de acordo com o que escreve M. E. de Azevedo Marques em seus «Apontamentos». Desta última obra transcrevemos o seguinte trecho, de onde ressalta a desarmonia citada: «Foi criada freguesia, sob a invocação de Santo Antônio de Piracicaba, por provisão de 24 de julho de 1770, do mesmo governador (refere-se a D. Luiz Antônio de Souza) e elevada a vila, etc..».

Apesar de não desautorizar a informação de Azevedo Marques, a Comissão Central de Estatística deixou afirmado que a elevação de Piracicaba a freguesia se deu em 1810. E Prudente de Moraes já havia afirmado antes («Piracicaba» – «Apontamentos Históricos» – «Almanak Literário da Província de São Paulo», 1878) que «a povoação de Piracicaba foi elevada a freguesia em 1810».

Uma vez, portanto, que a nossa afirmativa não concorda nem com o que disse Azevedo Marques nem com a asserção da Comissão Central

de Estatística, que repetiu Machado de Oliveira e Prudente de Moraes, cabe-nos demonstrar aqui que estamos nós com a razão e, para tanto, faz-se preciso provar que Piracicaba foi elevada a freguesia em 1774 e não em 1770 e nem em 1810.

A provisão de 24 de julho de 1770, citada por Azevedo Marques não é de 1770 mas sim de 1766, e só mandava Antônio Corrêa Barbosa fundar a povoação, constituindo-o Diretor e Povoador dela. É o que diz, realmente, a «Memória» lavrada por ocasião da mudança do povoado de uma para outra margem do rio (MS. arquivado na Prefeitura Municipal de Piracicaba. V. «Revista do Arquivo Municipal», vol. XLV, 174, nota 26):

«Por Provisão de vinte e quatro de Julho do anno de mil e sette centos e sessenta e seis Constituiu Diretor e Povoador dela à Antônio Corrêa Barbosa...»

Tanto que, em carta ao conde de Oyeiras, de 24 de dezembro de 1766 (Id., ib., pág. 171, nota 14) informa D. Luiz Antônio ter mandado formar a povoação de Piracicaba e escolhido Corrêa Barbosa para seu diretor.

E faltando provar que em 24 de julho de 1770 não fora expedida provisão alguma mandando erigir Piracicaba, já povoação, em freguesia, como afirma Azevedo Marques, temos que citar a carta de D. Luiz Antônio a Corrêa Barbosa (Id., ib., pág. 172, nota 20) em que dizia, a 26 de julho de 1770, dois dias depois da data indicada pelo autor dos «Apontamentos Históricos»:

«... de modo que possa servir mais tarde de Capela-Mor a todo tempo que quizerem acrescentar o corpo da Igreja para fazer freguesia».

E mais adiante:

«e hé preciso que logo sem demora se cuide nisso com toda a diligência e com toda a grandeza possível porque feita ella quero procurar que se desanexem e que tenham próprio Pároco sem depender de Itu».

Isso dizia D. Luiz Antônio no dia 26 de julho de 1770, donde se conclui que não existe a provisão de 24 de julho desse ano aludida por Azevedo Marques. E esclarece também que em 1770 não era ainda freguesia a povoação de Piracicaba.

Resta, agora, demonstrar que a freguesia foi erigida em 1774, como afirmamos, e não em 1810, como afirmaram Prudente de Moraes, Machado de Oliveira e a Comissão Central de Estatística. Para tanto, recordaremos, de início, o registro do primeiro batizado ocorrido em Piracicaba (Id., ib., pág.173, nota 24).

Assim inicia o assunto do primeiro batizado o padre João Manuel da Silva:

«Antônio – aos vinte e nove dias do mez de julho de mil sete centos e setenta e quatro anos, na Igreja desta nova Freguesia de Piracicaba...»
(Os grifos são nossos).

Se, porém, a expressão «desta nova Freguesia» não prova ter sido ela erigida nesse mesmo ano, desaparecerá esta dúvida à visita do seguinte trecho transcrito da «Memória» já referida:

«... e tendo aclamado (o povo de Piracicaba) na presença do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo Diocesano D. Fr. Manoel da Ressurreição, e permitido este que se erigisse no dito lugar Igreja para Matriz Constituiu a Freguesia separada da de Itu, e ao Senhor Santo Antônio Padroeiro dela (...) e sendo provido Pároco o Reverendo Padre João Manoel da Silva Presbítero Secular de virtude e Letras, tomou posse da Igreja, no dia vinte e hum de Junho do ano de mil, e sete centos, setenta e quatro».

Outros documentos reafirmam os dizeres da «Memória», como a informação de Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, de 29 de novembro de 1786, apenas ao pé de uma representação dos piracicabanos ao capitão-general (id., ib., pág. 178, nota 29), em que afirmava o capitão-mor de Itu.

«...clamarão ao Exmo. e Revmo. Prelado, cuja piedade se dignou constituir Freguesia aquella povoação, destinando por divisa o ribeirão Capivary, e sendo provido Parocho della o Revmo. Padre João Manoel da Silva, Presbytero secular de virtude e letras, tomou posse da Igreja no dia 21 de junho de 1774».

Finalmente para comprovar que antes de 1810 já era Piracicaba freguesia, basta ver a correspondência dos governadores da Capitania, nos

anos anteriores àquela data: documento de 1790, em que Bernardo José Lorena refere-se a «freguesia de Piracicaba» (Docs. Ints., XLVI, 100);

documentos de 1797, em que Castro e Mendonça fala do «destric-
to de Piracicaba» (Docs. Ints., XXXIX, 7 e 8);

documentos de 1804, em que Franca e Horta alude à «freguesia
de Piracicaba» e ao «comandante dessa freguesia» (Docs. Ints., LV, 286 e
287);

documento de 1808, em que Franca e Horta se refere à «freguesia
de Piracicaba» (Docs. Ints. LVII, 250) e

documento de 1808, em que Franca e Horta fala da construção
de uma estrada ligando São Paulo à freguesia de Piracicaba (Docs. Ints.,
LVIII, 148).

E, confirmando textualmente a data de 1774; temos, o ofício do
capitão-mor de Itu, que transcrevemos no capítulo XVI deste livro, em
que diz: «Em 21 de junho de 1774 passou a freguesia separada desta
paróquia».

Como se vê, estávamos certos quando dissemos que a freguesia
fora criada em 1774. Com o que, de resto, concorda o Departamento
Estadual de Estatística, quando informa, no «Ensaio de um quadro de-
monstrativo do desmembramento dos municípios», (São Paulo, dezembro
de 1838, pág. 75) que ao município de Itu foi incorporado o distrito de
Piracicaba em 1774.

– Eugênio Egas («Os municípios paulistas», 1925) no tocante a Pi-
racicaba nada mais faz senão repetir quase textualmente o citado relató-
rio da Comissão Central de Estatística.

NOTA D

«Não podia compreender o criminoso abandono de uma terra feracíssima; cuidar de cultivá-la, levando-lhe a vida e o progresso, era um dever que se impunha. Tal foi a impressão que teve em 1809 de Piracicaba. Este lugar, apesar de sua grande capacidade, não podia se desenvolver, porque faltavam-lhe, primeiro que tudo, vias de comunicação; não se ligava à Capital senão por uma estrada ruim, passando por Itu, com 32 léguas de comprimento.

Tendo representado nesse sentido ¹²⁹, o Governo de Franca e Horta solicitou informações das Câmaras de Porto Feliz, Jundiaí e Campinas sobre a utilidade de uma nova estrada e melhor modo de fazê-la, encarregando no mesmo ano o ouvidor de São Paulo de executar este serviço.

Apesar de ter sido considerada de suma necessidade, a execução da estrada foi adiada até 1820, quando, nomeado inspetor particular das estradas do distrito da freguesia de Piracicaba ¹³⁰, foi Vergueiro encarre-

129 Carta ao Capitão-general de 29 de março de 1809.

130 Desejando empregar meios eficazes pelos quais possa conseguir o melhoramento das estradas desta Capitania, para facilidade do seu comércio; e sendo igualmente necessário para complemento do sistema que tenho adotado nomear delegados que sirvam de baixo das instruções do Inspetor Geral o Coronel Daniel Pedro Muller: Sou servido, conformando-me com a proposta que para aquele fim fez o dito Inspetor Geral, e atendendo a atividade e préstimo de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro de o nomear Inspetor particular das estradas do Distrito da Freguesia de Piracicaba; regulando-se e correspondendo-se desde já para este efeito com o mesmo Coronel

gado de abrir a estrada de Piracicaba para Jundiaí, pela maneira por que propoz em carta de 20 de abril de 1820.¹³¹

Mandando abrir a picada, procurou conciliar o interesse público com os dos particulares, não tendo sido pequenas as dificuldades a vencer.

Foi traçada a estrada entre Itu e o antigo Picadão para Campinas. Este traçado deixava à direita o local onde está hoje a cidade de Capivari e a de Indaiatuba e ia ter no morro de Itupeva, onde havia grande dificuldade para se vencerem as pedras soltas ou matacões e o acidentado terreno; daí deixava a cidade de Jundiaí à esquerda a encontrar a estrada de Jundiaí, a São Paulo, no lugar denominado Varginha. Este plano foi executado com grandes modificações, nas quais Vergueiro foi sempre ouvido. A estrada ficou com cerca de 14 léguas e meia. Foi aprovada pelo Conselho do Governo em 10 de novembro de 1825.

A esta estrada se refere especialmente Lucas Antônio Monteiro de Barros na sua fala ao Conselho do Governo, em 1 de outubro de 1825, dizendo que se «deve a sua abertura ao zelo e inspeção do dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e se conseguiu encurtar-se mais de 5 léguas o antigo caminho pela vila de São Carlos».¹³²

Além de concorrer com os seus serviços gratuitos para esse empreendimento, fê-lo também com dinheiro seu enquanto levava a termo essa obra, segundo consta da Ata da Secção do Conselho do Governo de 7 de fevereiro de 1825». (DJALMA FORJAZ, ob. cit., pág. 113 e segs.).

Inspetor Geral segundo as Instruções, que com esta lhe forem dirigidas, para que assim com ordem, e método se consiga um fim tão interessante, e útil. Esta portaria se registrará nas Câmaras da Vila de Itu e de Porto Feliz, para sua inteligência.

Quartel General de São Paulo, 2 de maio de 1820.

Com a rubrica de Sua Excelência.

(Liv. de Registo Geral da Câmara de Itu, pág. 89, Liv. n° 133, Arquivo Estadual)
131 Ofício do General Oeynhausens de 2 de maio de 1820 – Livro de Offícios do mesmo General.

132 Original no Arquivo Nacional.

NOTA E

Por lei provincial de 24 de abril de 1856 a Vila Nova da Constituição foi elevada à categoria de cidade, com o mesmo nome. Sobre o fato, encontram-se no livro de atas da câmara apenas as seguintes referências: Na ata da sessão extraordinária de 10 de agosto de 1856: «O Snr. Presidente indicou que estando próxima a Eleição de vereadores, e conquanto consta por folhas Oficiais que esta Vila foi elevada a categoria de Cidade, com tudo é de parecer que a Câmara consulte com o Governo se na eleição deve-se eleger nove vereadores, visto que não houve participação Oficial alguma nesse sentido».

E na ata da sessão extraordinária de 14 de setembro do mesmo ano, isto é, mais de um mês depois:

«Foi lida uma portaria do Exmo. Presidente da Província acompanhada da Coleção da Lei Provincial – A Câmara ficou inteirada, e determinou ao Porteiro que publicasse na forma do estilo a Lei que elevou esta Vila à categoria de Cidade».

*

* *

Em sessão extraordinária da câmara municipal, de 11 de março de 1877, o dr. Prudente de Moraes, então vereador, apresentou a seguinte indicação: – «Indico que esta Câmara represente à Assembléia legislativa

Provincial, sobre a conveniência de ser restituído por lei a esta Cidade, o nome antigo e popular de «Piracicaba», pelo qual é muito mais conhecida, do que pelo nome oficial de «Constituição».

Aprovada essa indicação, no mesmo dia foi redigido e endereçado à Assembléia da Província, o seguinte officio:

«Ilmos. e Exmos. Senhores

A Câmara Municipal da Cidade da Constituição, em sessão extraordinária de hoje deliberou representar a VV. Excias. sobre a conveniência de ser restituído oficialmente a esta povoação o seu antigo nome de «Piracicaba». Esta povoação foi erigida em freguesia com a denominação de freguesia de «Piracicaba» por estar situada à margem esquerda do rio daquele nome, em 1822 foi elevada a Vila com o nome de Constituição, que foi conservado quando foi elevada a Cidade, mas não obstante o longo período de 55 anos decorridos desde aquela época ainda agora esta cidade é muito mais conhecida pelo nome antigo, popular de Piracicaba, do que pelo nome oficial de Constituição, prova de que este nome não pegou e nem foi aceito pelo povo quer do município, quer de fora, o que constitue razão suficiente para que se lhe restitua o nome primitivo e tão conhecido.

A duplicata de nomes, um popular e outro oficial, além de outros inconvenientes, tem dado lugar ao equívoco de supor-se que aqueles nomes referem-se a duas Cidades diversas e isso até em peças officiais, como aconteceu no Relatório do Exmo. Presidente da Província, apresentado a essa Assembléia em 1868 onde tratando de estradas, tratou sobre epígrafes distintas da estrada da Constituição a Campinas, e da estrada da Cidade de Piracicaba a Campinas, como se fossem duas estradas que se dirigiam de duas cidades diversas ao mesmo ponto. Em vista destas razões esta Câmara deliberou solicitar de VV. Excias. que restituam por lei a esta Cidade o seu nome antigo e popular de Piracicaba. Deus guarde a VV. Excias. muitíssimos anos.

Sala das sessões da Câmara Municipal da Constituição, 11 de março de 1877.

José Emídio da Silva Novaes

José Fernando de Almeida Barros Júnior

Albano Augusto Leitão
Prudente José de Moraes Barros
Antônio de Moraes Ferraz.

Atendendo às razões dos piracicabanos, a Assembléia Provincial sancionou em 13 de abril de 1877 a lei n.o 21, pela qual «restituiu à cidade o seu antigo, popular e acertado nome de Piracicaba.»

Handwritten text, likely bleed-through from the reverse side of the page. The text is mostly illegible due to fading and bleed-through.

NOTA F

Discurso do padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, vigário colado da Paróquia:

«Benedicam Dominum in omni tempore, semper laus ejus in ore meo... Louvarei ao Senhor em todo o tempo, a minha boca não cessará de apregoar o seu louvor.

Que belo, que alegre dia amanheceu hoje para o venturoso Brasil! Dia felicíssimo, plausível e que será recordado nas idades futuras como um dia assinalado e sempre novo.

Dia feliz e venturoso que nos fastos da nossa história há de servir de baliza para marcar a época mais feliz e brilhante que nossos pais não tiveram a glória de ver, época memorável que selou a nossa independência! Já sabeis, senhores, que falo da feliz aclamação do muito ilustre e muito alto príncipe o Senhor D. Pedro de Alcântara que no Rio de Janeiro, hoje, é aclamado Imperador Constitucional do Brasil. E não tenho razão para chamar a este dia memorável, dia felicíssimo e que não será jamais riscado da memória dos honrados brasileiros? A! dia sem par! Dia em que as maiores demonstrações de prazer e regosijo ficam sempre inferiores à grandeza do meu assunto! Dia verdadeiramente do Senhor, exultemos nele, saltemos de prazer – haec dies quam fecit Dominus exultemos et daetmur in ea. E porque só Deus é o autor de todo o bem e do céu é que nos vem a felicidade. – De sursum provenit omne datum, descendens a Patre luminum. A Ele só devemos hoje render graças por tão assinalados serviços, dizendo-lhe como

o profeta Rei: Senhor, eu Vos louvarei e agradecerei em todo o tempo, a minha boca não cessará de publicar os Vossos louvores – Benedicam Dominum in omne tempore, semper laus ejus in ore meo.

Senhores, que poderei eu dizer? – orador fraco e sem talentos e até forçado a falar quase tão repentinamente de uma matéria tão importante, de um objeto de maior interesse para glória e felicidade do Brasil como é a aclamação do Senhor D. Pedro?! Em ocasiões como esta é mais expressivo, eloqüente e enérgico o mudo silêncio, porém, tal é a condição do meu ministério sagrado que obriga-me a falar! Mas esqueço-me agora de consultar as regras da eloqüência e absorto no pélogo imenso do júbilo, de prazer e alegria em que nada o meu coração, deixarei falar ele só, rompendo da língua as expressões que ditaram o meu entusiasmo e patriotismo à vista da glória, grandeza e magestade de que se cobre o Brasil!

Atendei-me Senhores, que eu principio:

Do profundo abismo, do lago da miséria em que jazia o Brasil, este grande e rico continente submergido pelo longo espaço de mais de três séculos, sempre gemendo debaixo dos duros ferros da escravidão, nós o vimos surgir desse abatimento, apresentar-se à face do mundo com glória e grandeza quando em 1815 foi aclamado Reino pelo imortal D. João VI, sem dúvida em retribuição ao ter salvado a realeza quando pela invasão do usurpador e déspota da Europa, se viu precisado de abandonar as carunchosas praias do velho e decrepito Tejo para vir com a sua augusta família enobrecer as férteis e amenas praias do Rio de Janeiro. Quem deixará de conhecer neste lance a misteriosa mão do Onipotente obrando quase visivelmente?»

Em seguida o revmo. vigário fez uma longa descrição das belezas e riquezas deste continente criado pelas mãos do Onipotente para ser um vasto e opulento império. Falou dos rigores havidos nos tempos coloniais quando os governos de além mar só ambicionavam tirar das riquezas do Brasil o quanto possível para engrossar os cofres do velho e caduco Portugal – não se importando com a dureza de vida que passavam os pobres brasileiros na mineração e duras lides do campo.

Enalteceu a estadia de D. João VI no Brasil e quem ao deixar esta querida região, nos brindou pondo à testa da Regência o príncipe augusto

tão cheio de belas qualidades. Historiou a vida do Príncipe no tocante aos primeiros movimentos para nossa independência mostrando ser ele já um herói na flor dos anos. E depois assim continuou: «Ouvintes e amados fregueses: entendo que a medida de vossa felicidade deve ser o vosso reconhecimento, assim como o vosso augusto Imperador soube sacrificar-se à cólera e indignação dos Europeus pelo bem dos seus vassallos, assim vós deveis sacrificar tudo em sua defesa. Se os nossos inimigos da Europa quiserem dar ao mundo testemunho de sua maldade e perfídia, mostrai que sois brasileiros e de baixo desse patronímico se compreende não só os naturais do Brasil mas também aqueles que o não são, mas que vivem entre nós, que têm os mesmos sentimentos dos brasileiros, que se unem conosco, que se alegram e se congratulam com a nossa felicidade. Se os nossos inimigos quiserem murchar ou perturbar a glória do Brasil e com ela a de seu Imperador, por meio das armas deveis dar ao mundo uma prova de vossa intrepidez e coragem.

Ouvintes: – quando se combate por motivos tão sagrados como é defender o Soberano, a família e a pátria, o Deus dos exércitos abençoa uma tal peleja e muitas vezes tem mandado cortes angélicas ajudar a tais combatentes. Então Ele lhe comunica tal espírito, valor e coragem que cada soldado é um baluarte, é um rochedo inexpugnável aos golpes dos inimigos. Mostrai, enfim que sois brasileiros honrados, conservando sempre mais inabalável aferro e coesão ao nosso Imperador. Sentimentos de fidelidade, amor e obediência para com ele se manifestem em todas as vossas ações. Em conclusão, senhores, já não há meio termo ou havemos de viver independente ou havemos de morrer todos. E nada mais resta dizer-vos senão que devemos continuamente agradecer ao nosso bom Deus o favor que hoje nos faz e que igualmente sejam incessantes vossas orações pela vida e conservação do nosso excelso Imperador e sua Augusta Família para segurança perpétua do trono brasileiro. E em pública demonstração de vosso prazer clamem todos comigo:

Viva a nossa Religião Católica Apostólica Romana! Viva o nosso Imperador Constitucional Sr. D. Pedro II! Viva a Augusta Imperatriz, sua amada Esposa! Viva toda a sua ilustre prole! Viva a independência do Brasil!» (Publicado por Joaquim Silveira Melo no «Jornal de Piracicaba» de 19-3-1916).

ÍNDICE

Esta edição	9
Mário Neme, homem do povo	13
Prefácio	21
Cronologia dos fatos principais da História de Piracicaba (1693 -1823)	27
CAPÍTULO I	
O primeiro povoador – Uma lenda que se desfaz – Caminho por terra de Itu a Piracicaba – A Capitania de São Paulo – Seus primeiros governadores – As minas de ouro de Cuiabá – Construção da pri- meira estrada de São Paulo a Cuiabá.....	31
CAPÍTULO II	
O governo nefasto do capitão-general Antônio Caldeira da Silva Pi- mentel – Ataques dos índios paiaguá aos navegantes do Tietê – Subs- tituição do governador da Capitania – Combate aos índios que infes- tavam o território de Mato Grosso – Voluntários de Piracicaba. ...	43
CAPÍTULO III	
Extinção e restauração da Capitania de São Paulo – O governo mi- litarista do Morgado de Mateus – Guarneendo a fronteira com o Paraguai – Fundação da Colônia Militar de Iguatemi	47

CAPÍTULO IV

Criação de vilas e povoações – Povoamento das margens do Tietê – Embaraços aos propósitos do capitão-general – Fundação oficial de Piracicaba – Reabertura do primitivo caminho para Cuiabá.53

CAPÍTULO V

Elevação de Piracicaba à categoria de Freguesia – O primeiro pároco, e seu primeiro batizado – Recenseamento de 1775 – Reclamações contra o capitão-povoador de Piracicaba – O prestígio de Antônio Corrêa Barbosa – O caso das sete canoas65

CAPÍTULO VI

Substituição do governador da Capitania – O mau governo de Martim Lopes de Saldanha – Queda da colônia de Iguatemi – Arbitrariedades de Corrêa Barbosa – Abandona a freguesia o seu primeiro vigário – Demissão do comandante da força local – Longa série de desmandos e turbulências77

CAPÍTULO VII

A oposição do capitão-mor de Itu – Procura de um padre para a freguesia – Nomeação de frei Tomé de Jesus – Primeiros indícios do espírito liberal de um povo – Repreensões inúteis a Corrêa Barbosa – Uma «Memória Histórica» – A mudança da povoação para a margem esquerda do rio – Desaparecimento da imagem da padroeira81

CAPÍTULO VIII

Oposição dos moradores ao capitão-povoador – Dificuldades na construção da nova igreja – Deixa a freguesia o vigário, frei Tomé de Jesus – Representação dos piracicabanos contra Corrêa Barbosa – Informações do capitão-mor de Itu – Visita a povoação um embaixador do capitão-general – Nomeação de novo capitão para a freguesia – Frei Tomé de Jesus reassume a direção da paróquia93

CAPÍTULO IX

Governo de Bernardo José de Lorena – Falecimento de Antônio Corrêa Barbosa – Dez anos sem vigário na freguesia – Incremento da agricultura na Capitania – Nomeação de Carlos Bartolomeu de Arruda para o cargo de capitão das Ordenanças de Piracicaba – O governador cuida do progresso da freguesia103

CAPÍTULO X

Substituição de Bernardo José de Lorena – Criação da vila de Porto Feliz – Dualidade de jurisdição – Novas preocupações militaristas do governo de São Paulo – Novamente em busca de um ministro de Deus para a freguesia – Nomeação do padre José Francisco de Paulo109

CAPÍTULO XI

Primeiros anos do século XIX – Prepotências de Carlos Bartolomeu de Arruda – Representação dos piracicabanos e providências do capitão-general – Demissão de Carlos Bartolomeu de Arruda e nomeação de Francisco Franco da Rocha – Os «caprichos» do comandante demitido.117

CAPÍTULO XII

A questão das terras patrimoniais – O partido dos «40 coligados» – Construção da nova igreja – Assume a direção da paróquia o padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel – Oposição aos «40 coligados» chefiada pelo novo vigário.123

CAPÍTULO XIII

A proveitosa administração do governador Franca e Horta – Arruamento da povoação de Piracicaba – «Cinco ruas com seus nomes, e outras tantas travessas...» – A firma Vergueiro & Sousa e a formação da agricultura piracicabana131

CAPÍTULO XIV

Abertura de estradas – Demite-se o capitão Francisco Franco da Rocha – Nomeação de Domingos Soares de Barros – Representação dos piracicabanos pedindo a elevação da freguesia a vila – Advertências do capitão-general a Carlos Bartolomeu – De novo em foco a questão das terras patrimoniais141

CAPÍTULO XV

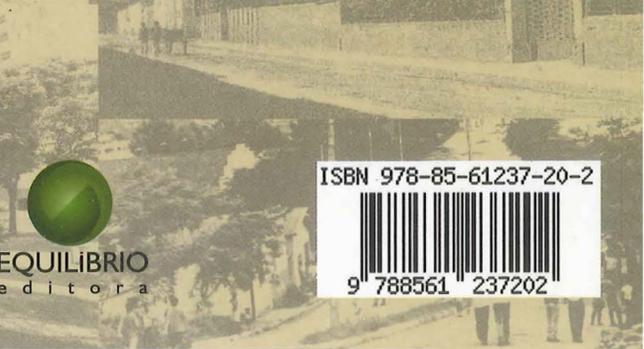
Elevação de Piracicaba à categoria de vila – Levantamento do Pelourinho – A primeira eleição – Derrota dos «40 coligados» – Primeira ata da câmara da nova vila – Medidas tomadas para o «bem comum e da república» – Aclamação de D. Pedro I – Um fato lamentável.153

CAPÍTULO XVI

Reinicia-se a pendência entre o povo e os «40 coligados» – Acordo acerca das terras do rossio – Piracicaba em 1836, comércio, agricultura, população – Uma escola de primeiras letras.....	165
NOTA A	187
NOTA B	191
NOTA C	205
NOTA D	209
NOTA E.....	211
NOTA F	215



*M*emória do estabelecimento da nova povoação de Piracicaba junto à margem da parte dalem do Rio do mesmo nome e da sua mudança e de edificação para a parte daquêm do dito Rio.



INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA



PIRACICABA
Prefeitura do Município
Ação Cultural
Secretaria Municipal



EQUILÍBRIO
editora

ISBN 978-85-61237-20-2



9 788561 237202